



Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação
Programa de Pós-Graduação

AS REPRESENTAÇÕES DOS INDIVÍDUOS ANÔNIMOS
NO TELEJORNALISMO BRASILEIRO
UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE
O *JORNAL NACIONAL* E O *JORNAL DA RECORD*

Fernanda Vasques Ferreira

Brasília, março de 2007



Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação
Programa de Pós-Graduação

AS REPRESENTAÇÕES DOS INDIVÍDUOS ANÔNIMOS
NO TELEJORNALISMO BRASILEIRO
UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE
O JORNAL NACIONAL E O JORNAL DA RECORD

Fernanda Vasques Ferreira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Imagem e Som

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Lavina Madeira Ribeiro

Brasília, março de 2007

AS REPRESENTAÇÕES DOS INDIVÍDUOS ANÔNIMOS NO

TELEJORNALISMO BRASILEIRO

UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE
O JORNAL NACIONAL E O JORNAL DA RECORD

Banca Examinadora

Profª Drª. Lavina Madeira Ribeiro

Faculdade de Comunicação/UnB

(Presidenta)

Profª Drª. Maria Thereza Negrão

Departamento de História/UnB

(Membro Externo)

Profª Drª. Tânia Siqueira Montoro

Faculdade de Comunicação/UnB

(Membro do Programa)

Profª Drª. Dione Moura

Faculdade de Comunicação/UnB

(Suplente do Programa)

Ando devagar porque já tive pressa
E levo esse sorriso porque já chorei demais
Hoje me sinto mais forte, mais feliz, quem sabe
Eu só levo a certeza de que muito pouco eu sei
Eu nada sei

Conhecer as manhas e as manhãs,
o sabor das massas e das maçãs
É preciso amor pra poder pulsar,
é preciso paz pra poder sorrir
É preciso chuva para florir

Penso que cumprir a vida seja simplesmente
Compreender a marcha e ir tocando em frente
Como um velho boiadeiro levando a boiada
Eu vou tocando os dias pela longa estrada eu vou
Estrada eu sou

Conhecer as manhas e as manhãs,
o sabor das massas e das maçãs
É preciso amor pra poder pulsar,
é preciso paz pra poder sorrir
É preciso a chuva para florir

Todo mundo ama um dia, todo mundo chora
Um dia a gente chega, no outro vai embora
Cada um de nós compõe a sua história
E cada ser em si carrega o dom de ser capaz
De ser feliz

Conhecer as manhas e as manhãs,
o sabor das massas e das maçãs
É preciso amor pra poder pulsar,
é preciso paz pra poder sorrir
É preciso a chuva para florir

Ando devagar porque já tive pressa
E levo esse sorriso porque já chorei demais
Cada um de nós compõe a sua história
E cada ser em si carrega o dom de ser capaz
De ser feliz...

Almir Sater e Renato Teixeira

Quem espera que a vida
Seja feita de ilusão
Pode até ficar maluco
Ou morrer na solidão
É preciso ter cuidado
Pra mais tarde não sofrer
É preciso saber viver
Toda pedra do caminho
Você deve retirar
Numa flor que tem espinhos
Você pode se arranhar
Se o bem e o mal existem
Você pode escolher
É preciso saber viver

É preciso saber viver
É preciso saber viver
É preciso saber viver

Toda pedra do caminho
Você deve retirar
Numa flor que tem espinhos
Você pode se arranhar
Se o bem e o mal existem
Você pode escolher
É preciso saber viver

É preciso saber viver...

Roberto Carlos

A Deus, que me ajudou a percorrer este caminho
com força, fé e, sobretudo, perseverança.

A meus pais, Alcidinéia e Antônio, que são os
meus exemplos de coragem, honra, dignidade,
generosidade e minhas fontes de força e otimismo.

A meu irmão, Renato, pela amizade, pelo amor e
pelas palavras de confiança.

A meus amáveis tios Lucy e Anísio e a meus
queridos primos que participaram ativamente dos
meus momentos de angústia e vitória.

Ao futuro, na certeza de oferecer uma contribuição
para construir a realidade de uma sociedade mais
justa e igualitária.

AGRADECIMENTOS

À minha família, fonte de amor, aconchego e ternura. A meus pais que acreditaram no meu potencial e me deram forças para que eu, desde a graduação, alçasse vôos altos. A eles que muitas vezes souberam compreender minhas ausências, os momentos difíceis, de incertezas, angústia e estresse. Por estarem do meu lado, mesmo a quilômetros de distância. A meu pai, Antônio, exemplo de simplicidade, vitória e honestidade, que soube compreender os caminhos que trilhei e que enxerga na minha realização também a sua. A minha mãe, Alcidinéia, fonte de amor, afeto, perseverança e otimismo e que foi minha Nossa Senhora na cura da depressão, na descoberta e valorização da minha capacidade. A meu irmão Renato que, durante muitos anos, esteve distante, mas soube, no momento certo, demonstrar o amor e a amizade realizando um grande sonho meu. A vocês, que, nas suas orações e palavras de aconchego diárias, foram fundamentais para que eu tivesse força para concluir esta etapa, o meu muito obrigada e a minha vitória.

À tia Lucy e ao meu tio Anísio, professores dedicados, pelo carinho, incentivo e amor com que sempre me acolheram. A meus primos Anísio, Luciano e Paulo, que acompanharam e sempre estiveram presentes, por me ensinarem a lutar pelos meus ideais.

À grande família que deixei em Minas Gerais, mas que sempre esteve presente em meus pensamentos e orações e contribuiu para minha caminhada ser mais amena: Márcia, Thaís, Thiago, Áurea, Ana Flávia, Thomas e Daniel.

À minha amiga e colega de profissão Edinha, pelas experiências que compartilhamos. A Hel, minha irmã, por me ouvir, ajudar-me a sorrir nos momentos difíceis pelos quais passei. À minha amiga Dinajara que esteve ao meu lado durante o processo e que sempre soube, com discernimento, entender minhas ausências. A meu amigo André Carvalho pelo incentivo e pela compreensão. À Mima, minha querida, que está sempre orando por mim. À minha amiga Juliana e Tereza, pelo carinho, atenção e dedicação.

A meu professor e mentor Luiz Ademir de Oliveira, que, mesmo distante, participa e colabora com o meu crescimento acadêmico. A minha gratidão por ter me iniciado e não me deixado desistir.

À minha querida professora Lavina, orientadora deste trabalho, que verdadeiramente me acolheu e me ajudou a transformar este sonho em realidade, ensinando-me a compartilhar o conhecimento e, sobretudo, ouvir e ser generosa. Por ter sabido identificar minhas potencialidades quando eu passava por momento de desesperança.

Aos meus chefes Denise, Geraldo e Zequinha, pela amizade, oportunidades e por terem compreendido minhas ausências.

Aos meus alunos, fonte de inspiração e alegria diária, a quem também dedico este trabalho.

A meus amigos e amigas, que, mesmo com minha falta de tempo e atenção pela dedicação aos estudos, foram fontes de compreensão e de amizade para que eu pudesse continuar.

Às professoras Tânia e Thereza pelas contribuições durante a qualificação e pela oportunidade de tê-las avaliando meu trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília pela oportunidade que me concedeu para a realização deste projeto de vida e profissional.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre as representações dos indivíduos anônimos nos dois principais telejornais da televisão aberta brasileira – *Jornal Nacional* e *Jornal da Record* – e entender em quais situações e contextos esses indivíduos são qualificados e postos a participar ativamente da construção midiática dos fatos cotidianos, de forma cidadã e politicamente relevante. Parte-se do pressuposto teórico de que a mídia é o espaço público contemporâneo de preponderante importância na vida social do país, lugar onde são criadas e transformadas continuamente representações hegemônicas da realidade brasileira. Em especial no âmbito da televisão aberta, cuja penetração e força discursiva são decisivas para a sustentação dessas representações hegemônicas, que legitimam ações das forças políticas, sociais e econômicas atuantes na vida pública nacional.

PALAVRAS-CHAVE: mídia, espaço público, cidadania, telejornalismo, indivíduos, representação, *Jornal Nacional* e *Jornal da Record*.

ABSTRACT

This paper objective is to reflect about the representation of the anonymous individuals in the two most important broadcast journals of Brazilian open networks – Jornal Nacional and Jornal da Record – and understand in which situations and contexts these individuals are qualified and the measure in which they participate actively of the mediatic construction of the daily facts, in a citizen and politically relevant way. The theoretical presumption is that media is the contemporary public space of preponderant importance in the country's social life, place where hegemonic representations of Brazilian reality are continuously created and transformed. Especially in the scope of the open broadcast, which penetration and discursive strength are decisive to the sustentation of these hegemonic representations that legitimate political, social and economic forces acting on the national public life.

KEYWORDS: media, public space, anonymous individuals, representation, citizenship, broadcast journalism.

LISTA DE REFERÊNCIAS

Edições do *Jornal Nacional* utilizadas na amostra:

- 23/5/2006
- 31/5/2006
- 8/6/2006
- 16/6/2006
- 24/6/2006
- 4/7/2006
- 12/7/2006
- 20/7/2006
- 28/7/2006
- 31/7/2006
- 8/8/2006
- 16/8/2006
- 24/8/2006

Edições do *Jornal da Record* utilizadas na amostra:

- 23/5/2006
- 31/5/2006
- 8/6/2006
- 16/6/2006
- 24/6/2006
- 4/7/2006
- 12/7/2006

- 20/7/2006
- 28/7/2006
- 31/7/2006
- 8/8/2006
- 16/8/2006
- 24/8/2006

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 – Formatos presentes no conteúdo do <i>Jornal Nacional</i>	64
GRÁFICO 2 – Editorias nas quais foram representados os indivíduos anônimos no <i>Jornal Nacional</i>	67
GRÁFICO 3 – Representação dos indivíduos anônimos no <i>Jornal Nacional</i> e no <i>Jornal da Record</i>	71
GRÁFICO 4 – Categorias de fontes no <i>Jornal Nacional</i>	72
GRÁFICO 5 – Cidadania dos indivíduos anônimos	76
GRÁFICO 6 – Enquadramento dos indivíduos anônimos no <i>Jornal Nacional</i>	80
GRÁFICO 7 – Indivíduos anônimos e a validação da opinião do <i>Jornal Nacional</i>	81
GRÁFICO 8 – Relação entre imprensa e cidadania no <i>Jornal Nacional</i>	83
GRÁFICO 9 – Formatos presentes no conteúdo do <i>Jornal da Record</i>	85
GRÁFICO 10 – Representações dos indivíduos no <i>Jornal Nacional</i> e <i>Jornal da Record</i>	88
GRÁFICO 11 – Categorias das fontes presentes no <i>Jornal da Record</i>	89
GRÁFICO 12 – Condição dos indivíduos anônimos	91
GRÁFICO 13 – Editorias nas quais foram representados os indivíduos anônimos no <i>Jornal da Record</i>	93
GRÁFICO 14 – Enquadramento dos indivíduos anônimos no <i>Jornal da Record</i>	97
GRÁFICO 15 – Indivíduos anônimos e a validação da opinião do <i>Jornal da Record</i>	98
GRÁFICO 16 – Relação entre imprensa e cidadania no <i>Jornal da Record</i>	100

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. UM NOVO OLHAR SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO	22
2. CIDADANIA E ESPAÇO PÚBLICO: UMA RELAÇÃO CONFLITUOSA	27
3. ESPAÇO PÚBLICO TELEVISIVO: O DESAFIO DA IGUALDADE	34
3.1 A televisão no Brasil	39
4. A LÓGICA OPERATIVA DA TELEVISÃO E DO TELEJORNALISMO	43
4.1 O gênero telejornal	52
5. AS REPRESENTAÇÕES DOS INDIVÍDUOS ANÔNIMOS NA TELEVISÃO	57
5.1 As representações dos indivíduos anônimos na televisão brasileira	60
6. INDIVÍDUOS ANÔNIMOS: O PANO DE FUNDO DO <i>JORNAL NACIONAL</i>	63
7. INDIVÍDUOS ANÔNIMOS: UM INGREDIENTE IMPRESCINDÍVEL PARA O <i>JORNAL DA RECORD</i>	84
8. OS INDIVÍDUOS ANÔNIMOS NO <i>JORNAL NACIONAL</i> : NA CONTRAMÃO DA CIDADANIA	101
8.1 Os indivíduos anônimos não participam da vida política	101
8.2 Nos cenários violentos, os indivíduos anônimos existem e são representados	104
8.3 Nacional: os indivíduos sofrem com problemas estruturais, as fontes oficiais e os representantes “defendem” seus direitos	108
8.4 Cidadãos porque são brasileiros ou cidadãos porque são torcedores?	112
8.5 Trabalhadores cidadãos ativos: os indivíduos anônimos na editoria de economia	114
8.6 No exterior: indivíduos anônimos passivos pedem socorro	117
9. OS INDIVÍDUOS ANÔNIMOS E O <i>JORNAL DA RECORD</i> : UM PASSO LENTO RUMO À CIDADANIA	119
9.1 Indivíduos anônimos vítimas da violência urbana	119
9.2 Nacional: indivíduos anônimos divididos entre o lúdico e o polêmico	124
9.3 Esporte e os indivíduos anônimos: eles participam da construção social	127
9.4 Emprego, trabalho e renda são a marca do sorriso dos indivíduos anônimos	131
9.5 Os indivíduos anônimos puderam criticar a vida política	134

9.6 Indivíduos anônimos: os testemunhos oculares dos conflitos internacionais.....	136
10. <i>JORNAL NACIONAL VERSUS JORNAL DA RECORD: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS</i>	
INDIVÍDUOS ANÔNIMOS	138
10.1 As diferentes representações dos indivíduos anônimos na temática da violência	
urbana.....	138
10.2 Política: um assunto distante dos indivíduos anônimos.....	142
10.3 Indivíduos anônimos e suas diferentes representações no dois telejornais	143
10.4 Quando trabalham, os indivíduos anônimos foram cidadãos ativos	145
10. 5 Um Brasil de cidadãos torcedores.....	146
10.6 Indivíduos anônimos testemunhos fora do País.....	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	154

INTRODUÇÃO

A mídia¹ e suas formas de ascensão na Era Moderna introduziram profundas alterações nas sociedades e no modo como os indivíduos que compõem essas sociedades se comunicam. É importante esclarecer que a escolha da utilização do conceito *mídia* se dá pelo fato de fazer referência à produção institucionalizada e à difusão generalizada de bens simbólicos por meio da fixação e transmissão de informação ou conteúdo simbólico pelo jornal impresso, o rádio, pela televisão e a internet. A não-utilização do termo comunicação de massa se justifica pela ressalva que se tem em relação ao termo “massa”, que encerra uma dimensão enganosa.

Partindo dessa premissa, pode-se afirmar que a instância midiática passou, então, a ser objeto de estudo recorrente nas academias, visto que assumiu papel central na vida das pessoas. É por meio do jornal impresso, do rádio, da televisão e da internet que as pessoas comuns tomam conhecimento dos fatos que acontecem a seu redor ou mesmo em lugares distantes do seu convívio, e ainda podem vir a participar da vida pública.

A televisão, em especial, desempenha um importante papel na sociedade brasileira, uma vez que está presente em mais de 90% dos lares e se mostra como instância comunicativa dominante em termos de audiência em relação à mídia impressa e à radiofônica. Nesse sentido, milhões de brasileiros assistem ao conteúdo televisivo na rede aberta da televisão brasileira e constroem sua realidade a partir dos referenciais ali disponíveis – por exemplo, os telejornais que utilizam fontes para validar e conferir credibilidade ao conteúdo apresentado. Entre as fontes que podem ser oficiais, oficiosas ou *experts*, existem aqueles indivíduos anônimos,² que não têm lugar de fala nos telejornais e são representados no conteúdo discutindo e apresentando questões que os envolvem dentro de determinada temática,

¹ THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade* – uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

² Entende-se por indivíduos anônimos aqueles que não se constituem personalidades públicas da área econômica, política ou outras. São pessoas comuns que, normalmente, são os personagens do conteúdo telejornalístico, as quais representam a maioria da população, geralmente não identificadas e sem lugar de fala autorizada nos telejornais, como representantes de setores públicos ou privados da sociedade.

exatamente porque a mídia se tornou o espaço de discussão e estabelecimento de tensões a partir de interesses antagônicos. Esses indivíduos anônimos são os personagens que não se constituem como personalidades públicas da área econômica, política ou outras; pessoas comuns que, normalmente, são ilustram o conteúdo telejornalístico, as quais representam a maioria da população, geralmente não identificada e sem lugar de fala autorizada nos telejornais como representantes de setores públicos ou privados da sociedade.

Ao desempenhar um papel fundamental nas sociedades democráticas contemporâneas, a mídia também foi responsável por uma reestruturação das práticas comunicativas entre os indivíduos e um remodelamento da “esfera pública burguesa”, tal como discutido Jürgen Habermas.³ De acordo com o autor, era neste espaço que os indivíduos discutiam os problemas e as questões que tinham caráter público.

Considerando, então, essa nova realidade que colocou a mídia em um lugar privilegiado na sociedade, é possível afirmar que tais discussões, antes realizadas em praça pública, agora têm um novo *locus* para sua realização: a instância midiática. Com o advento da Modernidade e por ocasião dessa nova esfera pública burguesa, a mídia passou a ser o ambiente no qual se discutem as questões referentes ao público e no qual essas se tornam visíveis a um número maior de indivíduos, possibilitando que as temáticas discutidas sejam (re)apropriadas por diferentes atores e fóruns.

É nessa esfera de grande amplitude e abrangência que, por exemplo, atores políticos buscam visibilidade perante seus eleitores. É esse o espaço em que instituições políticas e pessoas comuns polemizam e, em alguma medida, discutem as questões que interferem na dinâmica social, bem como os indivíduos de classes sociais, posições políticas e culturais diferentes entram em contato e discutem, mesmo em condições de espaço e de tempo diferentes, a temática que os envolvem. Por isso, pode-se presumir que a mídia é o espaço público da contemporaneidade. No Brasil, esse espaço é cada vez mais reforçado pelas necessidades contemporâneas do indivíduo de se informar e de estar localizado no espaço e no tempo, bem como de estabelecer uma referenciação com a realidade.

Com efeito, este trabalho tem como objetivo refletir sobre a representação dos indivíduos anônimos nos dois principais telejornais da televisão aberta brasileira – *Jornal Nacional* e *Jornal da Record* – e buscar entender como essas pessoas são representados, em

³ HABERMAS, J.. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

quais situações e contextos estão inseridos, ou seja, se são indivíduos ativos ou passivos diante dos acontecimentos e fatos que compõem os dois telejornais. O texto procura mostrar que os dois telejornais, por fazerem parte do cotidiano da população brasileira e serem os produtos informativos de maior audiência⁴ da televisão brasileira aberta, têm uma forma peculiar de representação dos indivíduos anônimos.

Ao analisar, portanto, as representações dos indivíduos anônimos nos dois telejornais, pretende-se, nesta dissertação, identificar, analisar e compreender as formas de representação desses indivíduos anônimos, bem como a função que desempenham nos dois telejornais, entendendo, principalmente, a capacidade que esses têm de participar das questões públicas, debater, apresentar seus argumentos e figurar como forças antagônicas efetivas para mobilizar e promover mudanças a partir das questões apresentadas.

A rigor, este trabalho aborda o seguinte problema de pesquisa: quais as representações dos indivíduos anônimos brasileiros no telejornalismo da televisão aberta no Brasil? Ou, em outros termos, quais são os papéis e funções desempenhadas por tais indivíduos no conteúdo informativo dos dois principais telejornais? Para atender a essa problemática, foi necessário articular quatro eixos teóricos: o primeiro deles se refere à esfera pública e à importância da mídia na contemporaneidade; o segundo, à cidadania e ao espaço público midiático, discutindo os direitos dos cidadãos e as classes nas quais podem ser incluídos de acordo com o nível cultural, econômico e social a que pertencem; o terceiro corresponde à questão da cidadania no espaço televisivo, sua lógica operativa e o desafio da igualdade; e, por fim, o que discute as representações dos indivíduos anônimos na televisão e no telejornalismo.

De tal sorte, foi feita uma análise do conteúdo dos dois telejornais a partir de uma amostra construída a partir de duas semanas, totalizando 28 edições,⁵ resultando em extenso material empírico a ser analisado a partir de um questionário aplicado nas edições que renderam dados importantes para que se chegasse, à guisa da conclusão, ao final deste trabalho. Os resultados numéricos e quantitativos contribuíram, em grande medida, para uma

⁴ Entre janeiro e agosto de 2004, a audiência do *Jornal Nacional* foi de 43 pontos pelo Ibope (LIMA, Venício. *Mídia: teoria e política*. Disponível em www.portalimprensa.uol.com.br. Acessado em: visitado em 20 de janeiro de 2007). Na terça-feira, dia 23 de janeiro de 2007, a Record conquistou a vice-liderança na audiência média dia (entre 7h00 e 0h00), garantindo seis pontos de média com *share* (participação de TVs ligadas no mesmo canal) de 14%. A emissora C registrou seis pontos de média na mesma faixa de horário. No horário nobre (entre 18h00 e 0h00), a Record foi vice-líder isolada, com dez pontos de média e *share* de 16%, contra seis de média e 10% de *share* da concorrente terceira colocada (RECORD. Disponível em: www.rederecord.com.br. Acessado em: 12 de dezembro de 2006).

apurada análise qualitativa do conteúdo abordado e para a compreensão dos elementos próprios do telejornalismo, as matrizes analíticas suportadas pelos eixos teóricos que orientam o trabalho e os procedimentos de qualificação e de quantificação do material.

Foram analisadas as edições como um todo para, posteriormente, fazer o exame dos indivíduos anônimos. Na primeira parte da análise, foram levantados os formatos jornalísticos existentes e em quais deles os indivíduos anônimos estavam presentes. Além disso, fez-se necessário criar categorias para enquadrar as fontes do conteúdo informativo, as quais foram divididas em: (1) conteúdos que apresentaram só as fontes oficiais, sem imagem de indivíduos anônimos; (2) conteúdos com fontes oficiais e outras fontes com imagens de indivíduos anônimos, mas sem a fala deles; (3) conteúdos com a fala e a imagem dos indivíduos anônimos e outras fontes; e (4) o conteúdo apenas com a voz do telejornal.

A partir da presença dos indivíduos anônimos por imagem ou por fala e imagem no conteúdo, foi feita uma análise do modo como tais indivíduos eram representados. A pergunta voltava-se a investigar se os indivíduos representados eram ativos ou passivos diante dos acontecimentos sociais, o grau de intervenção no curso dos fatos noticiados e a capacidade argumentativa e mobilizadora para influir sobre a representação da realidade.

Com base nesse questionamento, analisaram-se as formas de identificação desses indivíduos. Em seguida, foram criadas três categorias: (1) indivíduos identificados por legenda; (2) indivíduos anônimos identificados pela locução do repórter; (3) indivíduos que efetivamente não eram identificados de forma alguma. Esse dado tem grande importância pois, dentro do conteúdo dos telejornais, essas três formas aparecem em diferentes contextos e ligadas a diferentes cenários.

Dessa maneira, foi necessário analisar, do ponto de vista técnico, quais eram os enquadramentos utilizados para representar a imagem dos indivíduos anônimos. Para isso, foram considerados três dos principais enquadramentos utilizados pelos telejornais: plano geral ou panorâmico, plano médio e plano *close-up*, por meio dos quais a representação dos indivíduos anônimos diz muito a respeito da forma e da função desses indivíduos nos telejornais.

No que diz respeito à função, um outro dado levantado que faz parte da análise e da

⁵ Os dias analisados foram: 23 e 31 de maio; 8, 16, 24, 26 de junho; 4, 12, 20, 28 e 31 de julho; 8, 16 e 24 de agosto.

metodologia deste trabalho é a participação dos indivíduos anônimos no sentido de validar ou não a opinião da emissora ou telejornal. Para isso, o conteúdo das falas dos indivíduos foi analisado a partir da perspectiva do telejornal quando, por intermédio do apresentador, propunha o assunto ou temática.

Verificou-se, portanto, a necessidade de entender a relação estabelecida entre imprensa e cidadania – se essa relação é horizontal (não-linear) ou vertical (linear). Nesse caso, verificou-se a capacidade de os dois telejornais estabelecerem uma relação de poder, mesmo que subliminar, entre os discursos apresentados tanto pelas fontes oficiais, oficiosas, *experts* quanto pelos indivíduos anônimos e do telejornal. A observação feita resultou na necessidade de discorrer acerca dos tipos de discursos que são utilizados pelos telejornais. Para essa análise foi utilizada a teoria de Eni Orlandi,⁶ segundo a qual existem três tipos de discursos – autoritário, polêmico e lúdico – que permitem definir qual a relação existente entre o telejornal e os indivíduos anônimos.

No primeiro capítulo, busca-se entender a dinâmica social brasileira a partir de objetos próximos à realidade dos indivíduos, o telejornalismo, e entender como se processa a discussão no espaço público contemporâneo a partir das teorias formuladas por Jürgen Habermas.

A segunda parte deste trabalho tem, portanto, a função de esclarecer as relações estabelecidas entre os cidadãos, a mídia, o poder e o espaço público contemporâneo. A partir da noção da mídia como um espaço público contemporâneo e das discussões abordadas, tem-se o fato de que a capacidade argumentativa dos indivíduos envolvidos nem sempre se apresenta com a mesma proporção, reforçando, em alguns casos, a estrutura de poder dos discursos presentes na mídia. Nesse sentido, é possível afirmar que, da maneira como as fontes estão presentes no discurso midiático, há um processo de verticalização das falas, não havendo equidade tanto no que diz respeito ao espaço, tempo e enquadramento quanto acerca da autoridade dos diferentes discursos disponíveis – o que confere a “última palavra” sempre às fontes oficiais ou institucionais e ao telejornal.

A partir dessa observação, no terceiro capítulo, foi necessário estabelecer um percurso teórico acerca das questões que envolvem as discussões sobre cidadania no espaço televisivo, a lógica operativa da televisão e o desafio da igualdade para obter fundamentações para a

⁶ ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento*. 2.ed. Campinas: Pontes, 1987.

análise e o esclarecimento dos itens que dizem respeito a essas temáticas, de fundamental importância para tornar mais claro e próximo do pesquisador o objeto de estudo em questão.

O quarto capítulo, por sua vez, faz a articulação teórica ao oferecer um arcabouço de contribuições acerca da representação dos indivíduos anônimos no telejornalismo brasileiro, contribuindo para o fornecimento de conceitos fundamentais para a análise qualitativa. Em seguida, a última parte deste trabalho tenta estabelecer os principais elementos encontrados e que respondem ao problema formulado inicialmente.

A expectativa é a de que esta dissertação de Mestrado contribua para os estudos atuais acerca das relações entre espaço público, mídia, cidadania e telejornalismo, na medida em que busca identificar e compreender como se dão as representações dos indivíduos anônimos no espaço público midiático brasileiro – a televisão –, bem como o poder e a capacidade deles de intervirem no curso dos fatos sociais apresentados a partir da argumentação, confrontando interesses antagônicos e disputando reconhecimento, legitimidade e espaço nos telejornais.

Espera-se também que esta pesquisa possa oferecer uma perspectiva relevante ao conjunto de estudos acerca da questão da televisão como espaço de debate e da cidadania no Brasil, somando-se às possibilidades de alterar a forma de representação dos indivíduos anônimos no telejornalismo, de modo a esses poderem efetivamente alterar a dinâmica social a partir de sua participação nos telejornais.

Enfim, tem-se a esperança de que a televisão e, em especial, o telejornalismo brasileiro possam estar a serviço da população e do interesse público com o objetivo de transformar-se, efetivamente, em um espaço para debates e discussões não-lineares e horizontais entre atores sociais de diferentes contextos e com interesses divergentes.

1. UM NOVO OLHAR SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO

A mídia assumiu um papel preponderante nas sociedades ditas contemporâneas. É por meio das instituições midiáticas que os indivíduos se vêem expostos e representados, que se informam sobre o que acontece no seu país e no mundo. Grande parte do referencial dos indivíduos é fornecida, constituída e interpretada pela mídia. Sendo assim, a construção social da realidade de cada cidadão se dá, em grande medida, pelas informações veiculadas por meio do jornal impresso, do rádio e da televisão, as quais, posteriormente, são interpretadas por cada um de acordo com o contexto social no qual o indivíduo está inserto e seu quadro referencial.

Ao considerar a importância da mídia na vida moderna e a transformação da visibilidade acarretada pelo seu advento, considera-se como premissa a sua preponderante importância como uma das instituições relevantes para a formação do espaço público contemporâneo. Sendo assim, muitas vezes a mídia atua na sociedade como uma instância central para a resolução de conflitos ou idéias divergentes entre grupos e classes que têm interesses opostos. Para entender como se dá a aparição do cidadão brasileiro nos dois principais telejornais (*Jornal Nacional* e *Jornal da Record*), faz-se necessário conceituar e entender como se constitui o espaço público brasileiro, suas características e limites. Nesse sentido, a discussão elaborada por Jürgen Habermas sobre o conceito de “esfera pública”⁷ é de expressiva importância para a elaboração do presente trabalho.

Jürgen Habermas traça a história do surgimento da esfera pública burguesa a partir do desenvolvimento do capitalismo europeu no século XVI e do surgimento de uma nova classe, a burguesia, interessada em se eximir do domínio do Estado. A assim denominada “esfera pública burguesa” se constitui, segundo o autor, numa esfera de pessoas privadas reunidas em um público, ou seja, de pessoas privadas voltadas para o debate livre e igualitário de temas considerados de relevância para toda a sociedade, sem o arbítrio estatal. A configuração

amadurecida, constituída em sua dimensão política, a partir do fim do século XVIII em muitos centros urbanos de capitalismo mercantil mais desenvolvido, voltou-se, de forma marcante, para a contestação da legitimidade da autoridade do monarca sobre os interesses da sociedade e, por conseguinte, defendeu o princípio da neutralidade de leis genéricas, formuladas no espaço público da sociedade, como instância auto-reguladora da sociedade. Isso implicava o fim do instituto monárquico, ou seja, a emancipação dos indivíduos em relação ao poder monárquico instituído. Essa esfera pretendia discutir questões tidas como relevantes por meio da racionalidade pública com o objetivo de formar uma opinião também pública.

O autor identificou duas configurações básicas da esfera pública burguesa: a esfera pública literária e a esfera pública política. A primeira dizia respeito à emancipação da subjetividade dos indivíduos no interior da pequena família patriarcal, incluindo a intimidade e a privacidade dos membros da família como fatores relevantes para o amadurecimento do exercício da crítica sobre a experiência social, os valores em formação, a sociabilidade e a idéia de liberdade de autoconstrução dos indivíduos a partir de um imaginado livre-arbítrio acerca de questões relativas à constituição da família e ao trabalho. Nesse âmbito, o burguês debate publicamente nos cafés e salões como proprietário de bens e, conforme o autor, como ser meramente humano; considera-se capaz de formular princípios aplicáveis a todos os demais indivíduos. Segundo Habermas, é nessa esfera que as pessoas privadas se reconhecem e se identificam como seres humanos com experiências compartilhadas de suas subjetividades.

Posteriormente, passou-se a discutir questões não apenas de natureza filosófica, estética e de costumes, mas, crescentemente, as de natureza política, em que se questionava, basicamente, a forma política de regulamentação da sociedade civil, ou seja, na oposição entre a soberania absoluta do monarca e o princípio de legitimidade das ações políticas. A esfera pública burguesa acredita que sob condições de igualdade (livres das diferenças hierárquicas) e de liberdade de argumentação em público (livre de coações externas e expressando-se como meros seres humanos), a opinião pública resultante desses debates, orientados normativamente pela força do melhor argumento racional, realize a convergência dos princípios de correção e justiça e, portanto, possua uma racionalidade moralmente pretensiosa, que busca a legitimidade da ação política do Estado baseada em leis genéricas,

⁷ HABERMAS, J.. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

abstratas e permanentes. Para Habermas, na esfera política, as pessoas privadas entendem o discurso político na arena pública como mecanismo de auto-regulamentação da sociedade.

A tentativa, nessa época, era de tornar público os atos que antes se constituíam em segredo de Estado, passando de uma dominação baseada na vontade para a imposição de uma legislação baseada na racionalidade. A opinião pública serviria, portanto, como fonte legítima das leis abstratas, genéricas e permanentes. E legislar na esfera pública burguesa teria o sentido de concordância, de acordo racional, ao contrário da expressão de uma vontade política exercida pela dominação de um monarca. No Estado de Direito burguês, a esfera pública atuaria politicamente como órgão do Estado – o parlamento – para garantir institucionalmente o vínculo entre lei e opinião pública.

Ao considerar a sociedade como algo formado por indivíduos, ao mesmo tempo, cidadãos e proprietários de mercadorias, entretanto, a esfera pública burguesa pretendeu fazer dos seus princípios organizativos postulados comuns ou aplicáveis a toda a sociedade, o que não correspondeu às realidades históricas que sucedeu ao declínio das monarquias e à instalação das repúblicas democráticas. Ou seja, uma vez que as sociedades européias da época não eram totalmente formadas por proprietários de bens e indivíduos bem formados culturalmente, ocorreu, sistematicamente, uma elevação do interesse privado à esfera pública. Os interesses privados de grandes capitalistas, proprietários de terra da aristocracia rural e setores politicamente hegemônicos exerceram forte influência sobre as formulações de leis, revelando uma condição de desigualdade com a maioria da população, composta de cidadãos assalariados. A condição de cidadania mutilada restringiu-se fortemente aos cidadãos proprietários de bens e capital e de sólida formação cultural. Apesar de o direito de voto e de participação política ser legalmente extensivo a todos, a racionalidade que supostamente convergiria o justo com o correto não se efetivou historicamente, criando legiões de indivíduos lesados em seus direitos de real cidadania e de representação política.

Nesse sentido, Jürgen Habermas, desintegra o modelo de esfera pública burguesa ao atestar o declínio dessa proposição a partir da inversão estrutural da esfera pública com a transformação do Estado Liberal de Direito e com o surgimento e o desenvolvimento dos sistemas de comunicação. Em reflexões posteriores,⁸ o autor reconsiderou a importância da defesa dos espaços de debate público como procedimento capaz de criar dinâmicas propícias

⁸ HABERMAS, J. Further Reflexions on Public Sphere. In: CALHOUN, C. *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge: Mit Press, 1993.

ao desenvolvimento de sociedades mais efetivamente democráticas, o que inclui, segundo ele, a participação da mídia. Embora o autor admita a falência da esfera pública burguesa, acredita-se que esse conceito permanece na contemporaneidade com grande força normativa.

Nicholas Garnham,⁹ em uma das reflexões sobre o trabalho de Habermas, ressenete-se da negligência com que fora tratada a importância da mídia para a formação de uma esfera pública do povo em contraposição à esfera pública burguesa, bem como a possibilidade de consenso nessa esfera pública em uma sociedade pluralista. Mas o ponto principal para a discussão sobre o papel da mídia seria a negligência sobre os aspectos retóricos da ação comunicativa que conduz a uma distinção entre informação e entretenimento. A pergunta colocada pelo autor gira em torno de como os meios refletem o contrapeso existente entre forças políticas e a agenda política. Segundo Nicholas Garnham, o debate sobre o relacionamento entre uma comunicação pública e a democracia é dominado ainda pelo modelo da imprensa livre, segundo o qual o mercado forneceria instituições e processos apropriados de uma comunicação pública para suportar uma democracia política.

Habermas, voltando ao tema da permanência do espaço público nos termos da defesa da razão comunicativa, afirma que o entendimento visa à formação do consenso.¹⁰ Ele distingue, ainda, que o agir comunicativo é diferente da ação estratégica,

porque uma coordenação bem-sucedida da ação não depende da racionalidade teleológica das orientações da ação, mas da força racionalmente motivadora de realizações de entendimento, isto é, de uma racionalidade que se manifesta nas condições para um consenso obtido comunicativamente.¹¹

A princípio, qualquer tipo de ação de fala pode ser mobilizado de modo estratégico:

Existe, no entanto, o caso do agir de fala latentemente estratégico, que visa a efeitos perlocucionários não regulados convencionalmente. Esses efeitos só podem surgir quando o falante não declara ao ouvinte seus fins no âmbito da definição comum da situação. Assim procede, por exemplo, um orador na ânsia de persuadir o seu público, talvez porque lhe faltem na situação dada argumentos convincentes. Esses efeitos perlocucionários não-públicos só podem ser obtidos de modo parasitário, a saber, sob a condição de que o falante simule a intenção de perseguir sem reservas seus fins ilocucionários, quando na realidade está ferindo os pressupostos do agir orientado ao entendimento e ocultando esse fato do ouvinte.¹²

⁹ GARNHAM, N. The media and the public sphere. In: CALHOUN, Craig. *Habermas and the public sphere*. Cambridge: Mit Press, 1993.

¹⁰ Nas palavras do autor: “Eu me refiro ao ‘agir comunicativo’, caso em que as ações de vários atores são coordenadas por meio do ‘entendimento’, e ao ‘agir estratégico’, quando essas ações são coordenadas por intermédio da ‘influência’”(HABERMAS, J. *O pensamento pós-moderno – estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990).

¹¹ *Idem, ibidem*, p. 130.

¹² *Idem, ibidem*, p. 132.

Deve-se destacar que o agir comunicativo, segundo o autor, dá-se a partir de um projeto da modernidade que emergiu na contemporaneidade, cujo mecanismo operatório consiste na supremacia de uma racionalidade crítica, emancipatória e potencialmente consensual. Nessa linha, pode-se afirmar que o espaço público continua sendo uma categoria relevante na atualidade e esse espaço assume novas configurações. Entretanto, permanece normativamente como um lugar voltado para a sociabilidade, a integração, a formação de valores, a criação de identidades e normas que visam à formação de consensos e ao entendimento entre os indivíduos que o integram no âmbito de sociedades pluralistas. A mídia permanece como uma das principais instituições do espaço público na contemporaneidade. Em si, segundo Habermas, é potencialmente emancipatória desse espaço, por mais que esteja sob a intervenção de processos e agentes estratégicos.

2. CIDADANIA E ESPAÇO PÚBLICO: UMA RELAÇÃO CONFLITUOSA

O conceito de espaço público na contemporaneidade traz consigo a premissa da possibilidade de promover a cidadania. Em tese, seria nesse espaço público, reservado às pessoas privadas, que aconteceriam as discussões sobre os assuntos de interesse comum a um número maior de cidadãos. Seria o espaço utilizado para a efetivação dos direitos democráticos dos indivíduos, em que eles discutiriam causas comuns e exerceriam sua cidadania. Se houve uma nova configuração do espaço público moderno com o advento da mídia, faz-se necessário entender o que é cidadania, definir suas premissas e limites, bem como avaliar se a mídia contribui para a promoção da cidadania e da democracia.

A discussão acerca do conceito de cidadania está cada vez mais presente nos ambientes acadêmicos. O termo, de acordo com José Murilo de Carvalho “caiu na boca do povo”.¹³ Para ele, a cidadania virou gente e, no auge do entusiasmo cívico, a Constituição de 1988 foi chamada de Constituição Cidadã. Tornou-se, assim, a palavra da vez e está presente no vocabulário de políticos, jornalistas, intelectuais, líderes sindicais, dirigentes de associações e até mesmo dos cidadãos comuns. O grande impulso para o uso da palavra cidadania foi o esforço de construção ou reconstrução da democracia brasileira após o fim da ditadura militar, em 1985.

Para uma discussão mais acertada da importância do termo cidadania no Brasil e de suas premissas, a discussão sobre o contexto brasileiro, suas características peculiares e as características do seu povo é primordial. Dessa maneira, entende-se que o Brasil é rico em extensão territorial e diversidades culturais, que configuram um país complexo. Dada essa complexidade, é importante ressaltar que o Brasil é um país desigual socialmente. Segundo Carvalho, o país é o oitavo do mundo em termos de Produto Interno Bruto (PIB), refletindo uma contradição, pois é o 34^o em termos de renda *per capita*. De acordo com o relatório do

¹³ CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil – o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 7.

Banco Mundial, o Brasil era o país mais desigual do mundo em 1989. Em 1997, o índice de Gini, que mede a desigualdade nos e entre os países, continuava inalterado. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a desigualdade econômica cresceu ligeiramente entre os anos de 1990 e 1998. Vale ressaltar, ainda, que a desigualdade no Brasil é, sobretudo, de natureza regional e racial, e, crescendo ou não, o país continua desigual.¹⁴

Após apresentada, de maneira resumida, a realidade socioeconômica brasileira, deve-se destacar que o conceito de cidadania no Brasil cresce em importância a partir do processo de redemocratização do País, em 1985. Em 1988, foi redigido e aprovado um texto constitucional considerado o mais liberal e democrático que o País já teve. Mesmo tendo representado um avanço nos direitos e na promoção da democracia no Brasil, ainda não se pode falar que exista uma estabilidade democrática fora de perigo. A aquisição de direitos políticos a partir do atual regime democrático não resolveu os problemas econômicos mais sérios, como a desigualdade e o desemprego, bem como problemas da área social, como a educação, o saneamento e o serviço de saúde, além da questão da segurança individual, garantida pelos direitos civis.¹⁵

Nesse sentido, José Murilo de Carvalho acredita que uma cidadania plena é aquela que combina liberdade, participação e igualdade para todos. O autor afirma, entretanto, que a cidadania plena, tal qual foi apresentada, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível. Sem embargo, esse conceito de cidadania plena deve existir e servir de parâmetro para o julgamento da qualidade da cidadania de cada país.

Ainda no que diz respeito à cidadania plena, ser cidadão na sua plenitude significa possuir direitos civis, políticos e sociais. Os direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. É o direito de ir e vir, de escolha do trabalho, da manifestação do pensamento, de ter respeitado os direitos de inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser condenado sem processo regular e, ainda, de não ser preso a menos que seja por autoridade competente. Esses direitos se baseiam numa justiça acessível a todos, eficiente e independente. Direitos civis são os direitos que garantem a

¹⁴ “A persistência da desigualdade é apenas em parte explicada pelo baixo crescimento econômico do país nos últimos vinte anos. Mesmo durante o período de alto crescimento da década de 1970 ela não se reduziu. Crescendo ou não, o país permanece desigual” (*Idem, ibidem*, p. 208).

¹⁵ “Já 15 anos passados desde o fim da ditadura, problemas centrais de nossa sociedade, como a violência urbana, o desemprego, o analfabetismo, a má qualidade da educação, a oferta inadequada dos serviços de saúde e saneamento, e as grandes desigualdades sociais e econômicas continuam sem solução, ou se agravam, ou, quando melhoram, é em ritmo muito lento” (*Idem, ibidem*, p. 8).

liberdade individual e sua existência não está condicionada à existência dos direitos políticos.

Ademais, direitos políticos são aqueles que se referem à participação do cidadão no governo da sociedade. Em geral, é o direito do voto. São os direitos políticos que conferem legitimidade à organização política da sociedade e sua essência está no autogoverno. Sua existência está condicionada à existência dos direitos civis.¹⁶

O terceiro é o direito social que diz respeito à garantia da vida em sociedade. Juntamente com os outros dois, civis e políticos, conferem cidadania plena ao indivíduo. Estão inclusos nesse direito o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. O direito social é aquele que permite a redução dos excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e tem por finalidade a garantia de bem-estar social para todos. A idéia central desse direito é a justiça social. Na teoria, os direitos sociais podem existir sem os direitos civis e políticos, entretanto, na ausência desses dois últimos, o conteúdo e o alcance do direito social tende a ser arbitrário.

Sendo assim, é importante destacar que a natureza histórica da cidadania está relacionada ao surgimento do Estado-Nação, em tempos da Revolução Francesa, de 1789. Os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade propostos pela Revolução contribuíram para a construção da cidadania relacionada ao Estado nacional. Nesse sentido, ser cidadão significa ser leal a um Estado e se identificar com uma nação. E, seguindo essa linha de raciocínio, a maneira como foi formado um Estado condiciona a formação da cidadania. Ou seja, cada Estado-Nação, dependendo de sua construção e do seu contexto histórico, implica no estabelecimento de uma cidadania diferente. Ser cidadão francês é diferente de ser cidadão brasileiro.

De acordo com Liszt Vieira,¹⁷ a partir dos anos 1990, houve uma multiplicação nos estudos sobre cidadania em termos mundiais. As três principais vertentes teóricas que estudam os fenômenos relacionados à cidadania são: a teoria de Marshall (direitos de cidadania); a abordagem de Tocqueville e Durkheim (cultura cívica) e a teoria marxista-gramsciniana sobre a sociedade civil. Nesse sentido, Vieira afirma que o conceito de cidadania, “enquanto direito a ter direitos”, foi abordado por diferentes autores e sob várias

¹⁶ “Sem os direitos civis, sobretudo a liberdade de opinião e organização, os direitos políticos, sobretudo o voto, podem existir formalmente, mas ficam esvaziados de conteúdo e servem antes para justificar governos do que para representar cidadãos” (*Idem, ibidem*, p. 10).

¹⁷ VIEIRA, L. *Os argonautas da cidadania – a sociedade civil na globalização*. São Paulo: Record, 2001

perspectivas.

O estudo clássico é o de Marshall, datado de 1949, quando esse propôs a primeira teoria sociológica de cidadania,¹⁸ ao desenvolver os direitos e obrigações inerentes à condição de cidadão. Foi ele quem estabeleceu a tipologia dos direitos (civis, políticos e sociais).

Na realidade, os autores discutem o conceito de cidadania à luz de suas realidades nacionais. Bendix, por exemplo, enfocou a ampliação da cidadania às classes trabalhadoras por meio dos direitos de associação, educação e voto.¹⁹ Turner, por sua vez, considerou os movimentos sociais como força dinâmica imprescindível para o desenvolvimento dos direitos da cidadania.²⁰ Para Durkheim, no entanto, cidadania não se restringe ao que é sancionado por lei, mas tem na virtude cívica uma grande importância. Por outro lado, os marxistas enfatizam a reconstituição da sociedade civil.

De acordo com Janoski, “cidadania é a pertença passiva e ativa de indivíduos em um Estado-Nação com certos direitos e obrigações universais em um específico nível de igualdade”.²¹ Por pertencimento ao Estado, entende-se o estabelecimento de uma personalidade, de uma identidade em um dado território geográfico. O pertencimento pode ser interno ou externo. O primeiro tipo diz respeito ao modo pelo qual um não-cidadão nos limites do Estado adquire direitos como cidadão. O segundo tipo de pertencimento estabelece como estrangeiros fora do território nacional conquistam sua cidadania.

No que diz respeito ao segundo elemento da definição (passiva e ativa), Vieira explica que a cidadania é constituída tanto por direitos passivos de existência, como por direitos ativos que propiciam a capacidade de influenciar o poder político. O terceiro elemento definidor diz respeito à universalidade dos direitos de cidadania aplicados e garantidos pelo Estado. O quarto elemento, por sua vez, corresponde à afirmação de que a cidadania é uma igualdade, conceito que equilibra direitos e deveres dentro de certos limites. Essa definição dada pelas ciências sociais se difere das demais na medida em que não define o que seja um “bom cidadão” e por não se restringir ao processo de naturalização, como as definições legais.

¹⁸ “A cidadania concerne, desse modo, à relação entre Estado e cidadão, especialmente no tocante a direitos e obrigações” (*Idem, ibidem*, p. 36).

“Cidadania vincula-se intimamente à idéia de direitos individuais e de pertença a uma comunidade particular, colocando-se, portanto, no coração do debate contemporâneo entre liberais e comunitaristas” (VIEIRA, *op. cit.*, p. 227).

¹⁹ BENDIX *apud* VIEIRA, *op. cit.*

²⁰ TURNER *apud* VIEIRA, *op. cit.*

²¹ JANOSKI *apud* VIEIRA, *op. cit.*, p. 34.

Somers rejeita a cidadania como sendo um *status* e propõe uma definição como processo.²² Turner, por sua vez, considera a cidadania como sendo um conjunto de práticas econômicas, políticas, culturais e jurídicas que fazem com que uma pessoa seja ou não membro competente de uma sociedade.

A relação existente entre cidadania e Estado-Nação traz uma complicação para a definição de cidadania. Segundo Carvalho (2004), existe um consenso de que a sociedade atual vive uma crise ou falência do Estado-nação.²³ Outras instituições assumem, em determinados momentos, responsabilidades do Estado. A instituição midiática, por exemplo, passa a ter uma importância fundamental e ser o local de resolução de conflitos, por exemplo, entre cidadãos e o Estado, muitas vezes ineficaz no cumprimento de suas responsabilidades. Essa relevância da mídia pode ser justificada pela impaciência popular diante da lentidão do processo de funcionamento dos mecanismos democráticos de decisão na solução dos problemas que envolvem cidadãos e Estado. A mídia torna-se, em princípio, o espaço público da modernidade e o lugar de promoção da cidadania no Brasil.

Segundo Paulo Meksenas, após a redemocratização,

o poder institucional da comunicação se consolidou com o objetivo de apresentar-se como o articulador de espaço substituinte à sociedade civil. Formado pelas grandes empresas que monopolizam os canais de informação por meio da mídia audiovisual e escrita, o poder institucional da comunicação incorporou o debate, as pesquisas de opinião e as denúncias da violação de direitos como ingredientes dos produtos culturais oferecidos aos seus telespectadores, ouvintes, leitores e internautas. O esforço dessa mudança consistiu em remeter a formação da opinião pública à esfera da intimidade, em substituição à participação política na esfera pública.²⁴

Meksenas pondera, ainda, que o resultado desse processo de preponderância do espaço midiático resultou na manipulação crescente que o poder institucional da comunicação exerce sobre os grandes temas que emergem da sociedade civil. Com base em Oliveira, o autor afirma que a comunicação midiática se transformou em substituto da política e, nessa lógica, opera uma exclusão da fala daqueles indivíduos que contestam e reivindicam seus direitos. Mesmo que Oliveira defenda essa proposição, ele assume que ela é vital para a formação de

²² SOMERS *apud* VIEIRA, *op. cit.*, p. 35.

²³ “A redução do poder do Estado afeta a natureza dos antigos direitos, sobretudo dos direitos políticos e sociais. Se os direitos políticos significam participação no governo, uma diminuição no poder do governo reduz também a relevância do direito de participar” (CARVALHO, *op. cit.*, p. 13).

²⁴ MEKSENAS, P. *Cidadania, poder e comunicação*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 181.

uma arena pública democrática.²⁵

Maria Luiza Belloni acredita que os ideais e a idéia de cidadania se dissolvem no discurso da mídia audiovisual. Segundo ele, a comunicação passa a desempenhar um papel cada vez mais importante na formação de consensos (que pretende manter a vida em sociedade) e, enquanto ator político com papel próprio, a mídia tende a enfraquecer ou substituir a atuação das instituições democráticas de representação política. Sua tese é de que os meios audiovisuais podem falar “quase” diretamente ao seu público, na privacidade do seu lar, mantendo uma relação muito mais próxima com o cidadão do que as instâncias democráticas representativas.²⁶

Dessa maneira, a cidadania acaba tendo alguns desafios a serem superados. O primeiro deles seria seu âmbito potencialmente ilimitado, podendo abranger qualquer problema envolvendo as relações entre cidadãos e Estado. O segundo obstáculo é a dualidade no interior do conceito: concepção fina como *status* legal, isto é, cidadão como membro pleno de uma comunidade política particular; uma concepção espessa, como atividade desejável, na qual a extensão e a qualidade da cidadania estariam ligadas à função de participação do cidadão em determinada comunidade.

Vieira defende, então, o fato de não haver uma teoria da cidadania, e sim importantes contribuições teóricas a respeito dos assuntos que constituem o tema. Não há, portanto, um consenso na definição de cidadania. Por um lado, defende-se o fato de a cidadania ser baseada nos direitos individuais e no tratamento igual; e, por outro, cidadania se definiria como sendo a participação no autogoverno como essência da liberdade.

Sendo assim, há o surgimento de uma “nova cidadania”, que tem uma natureza econômica e social com a capacidade de substituir a noção clássica de cidadania. Para tanto, são criadas instituições supranacionais e imigrantes, que vão constituindo a população de determinado local. Dessa maneira, a cidadania não se define mais como sendo um conjunto de direitos e liberdades (definição política), mas sim direitos econômicos e sociais que vão se tornar direitos políticos. Portanto, a cidadania clássica, baseada na nacionalidade, excluía os não-cidadãos dos direitos da cidadania, constituindo um fator de desigualdade no que diz respeito aos cidadãos estrangeiros. Sob essa ótica, a cidadania fundada na nacionalidade se tornou um obstáculo à igualdade e à liberdade de todos os indivíduos.

²⁵ OLIVEIRA *apud* MEKSENAS, *op. cit.*

Desenvolve-se, então, uma noção de cidadão global:

A cidadania global repousa, assim, na noção de sustentabilidade, fundada na solidariedade, na diversidade, na democracia e nos direitos humanos, em escala planetária. Com raízes locais e consciência global, as organizações transnacionais da sociedade civil emergem no cenário internacional como novos atores políticos, atuando, em nome do interesses público e da cidadania mundial, no sentido de construir uma esfera pública transnacional fertilizada pelos valores da democracia cosmopolita.²⁷

No que diz respeito ao cidadão, vale ressaltar a divisão do cidadão em três classes, como proposta de Carvalho: primeira classe (doutores), segunda classe (cidadãos simples) e terceira classe (a população marginal). Os doutores são invariavelmente ricos, brancos, bem vestidos e com formação universitária. São cidadãos bem-sucedidos que têm acesso ao poder, prestígio social e dinheiro. Os cidadãos de segunda classe são os que estão sujeitos aos rigores e aos benefícios da lei. “São a classe média modesta, os trabalhadores assalariados com carteira de trabalho assinada, os pequenos funcionários, os pequenos proprietários urbanos e rurais”.²⁸ Esses cidadãos comuns ou simples podem ser brancos, pardos ou pretos, chegam a ter educação fundamental completa e o segundo grau em parte. Nem sempre esses cidadãos têm noção e conhecimento acerca dos seus direitos e quando os têm carecem dos meios necessários para fazer valer esses direitos. Finalmente, há os “elementos”, no jargão policial, que são os representantes da terceira classe. Fazem parte da grande população marginal das grandes cidades, trabalhadores urbanos e rurais sem carteira assinada, posseiros, empregadas domésticas, biscateiros, camelôs, menores abandonados e mendigos. Invariavelmente são pretos e pardos, analfabetos ou com educação fundamental incompleta. Ignoram seus direitos civis ou são constantemente desrespeitados pelo Estado ou pela polícia. São aquelas pessoas que não acreditam na lei ou na justiça, porque quando se aproximam delas, geralmente, vivem experiências desagradáveis.

São, em particular, as duas últimas classes o objeto de interesse deste trabalho. A partir do ponto de vista da cidadania, o estudo pretende entender quais são as representações construídas no telejornalismo brasileiro de maior audiência nacional sobre os integrantes dessas classes? Quando e como esses indivíduos são representados no telejornal brasileiro?

²⁶ BELLONI *apud* MEKSENAS, *op. cit.*, p. 250

²⁷ VIEIRA, *op. cit.*, p. 253.

²⁸ CARVALHO, *op. cit.*, p. 216.

3. ESPAÇO PÚBLICO TELEVISIVO: O DESAFIO DA IGUALDADE

No Brasil, a televisão é uma das estruturas mais importantes do espaço público midiático. Por estar presente em mais de 90% dos lares brasileiros e por ter uma audiência significativa, a televisão aberta brasileira é, particularmente, a estrutura comunicativa mais importante dentro desse espaço público. Nesse sentido, faz-se necessário entender como esse espaço é construído, quais suas peculiaridades, qualidades e atributos.

Quando a televisão surgiu no Brasil, na década de 1950, existiram alguns incentivos por parte de canais de televisão e pelo governo para que a população tivesse mais acesso aos aparelhos televisores. Dessa maneira, a audiência seria garantida. Por parte do governo, houve grande interesse porque a televisão seria uma ferramenta eficiente para a manutenção do poder e da ideologia dos grupos dominantes da época.

Ademais, a televisão enfrentou alguns obstáculos para se estabelecer. Era necessário criar uma nova linguagem para esse novo meio. Com o passar dos anos, mediante a contratação de alguns profissionais estrangeiros para trabalhar no Brasil e constantes ajustes no modo de fazer televisão e jornalismo televisivo, essa estrutura midiática se constituiu tal como é hoje. Dinâmica, com uma linguagem de fácil entendimento, rápida, aliando recursos de áudio e vídeo, a televisão foi conquistando, garantindo e dividindo espaço com o jornal impresso e o rádio.

Um outro motivo para essa nova mídia ter se expandido tão rapidamente se deve ao fato de a população brasileira, em sua maioria, constituir uma população de baixa renda. A televisão como, em princípio, não é “paga”, ou seja, é barata, teve sua audiência aumentada e, cada vez mais, foi ganhando espaço, representatividade e credibilidade perante seu público. Um outro fator também que contribuiu para ser um veículo de credibilidade é o fato de associar imagem e som. As pessoas podem acompanhar e ver os fatos no exato momento em que acontecem.

Pelos motivos mencionados, Eugênio Bucci chega ao extremo de afirmar que o espaço público no Brasil começa e termina nos limites postos pela televisão.²⁹ O que é invisível para as objetivas, não faz parte do espaço público brasileiro. O autor afirma que dentro desses limites postos pela televisão, o país se informa sobre si mesmo, situa-se dentro do mundo e se reconhece como unidade. Diante da tela, os brasileiros torcem unidos nos eventos esportivos, choram unidos nas tragédias e acham graça, também unidos, das comédias apresentadas no espaço televisivo.

Nesse sentido, o autor diz que olhar a televisão é olhar o Brasil e algo muito maior que o próprio País. É olhar o modo como o indivíduo se constitui no mundo. “Num país como o Brasil, em que a televisão redefiniu o espaço público e reconfigurou a própria face da nacionalidade”, a televisão está em 90% dos lares.³⁰ Eugênio Bucci alerta quanto à presença massiva dessa estrutura comunicativa em uma sociedade que lê pouco. Desta feita, a televisão acaba por desfrutar uma condição de monopólio da informação, ou seja, dialoga sem que outras mídias a contraponham. A televisão é, pois, capaz de atrair duas vezes mais público do que todos os meios impressos (livros, jornais e revistas).

Ao discutir a importância da televisão para a população brasileira, Paulo Meksenas afirma que essa estrutura comunicativa forja os costumes sociais com uma rapidez e eficiência absolutamente nova na história.³¹ A televisão tende a ser a principal matriz dos valores sociais, superando, até mesmo, a família, a escola, a Igreja e os partidos políticos. Nesse sentido, os telespectadores, muitas vezes, adotam posturas, valores e crenças não apenas porque refletem sobre o conteúdo, mas porque são veiculados pela televisão.

Nessa linha, José Arbex diz que a televisão é composta por imagens sem reflexão, posto que, na maioria das vezes, os indivíduos que constituem o grupo de receptores não criticam o conteúdo e os valores veiculados nessa estrutura midiática. “Essa ordem absorvida pelo telespectador não passa, em geral, por nenhuma crítica. A televisão não é como um livro, ou sequer como um jornal impresso, cuja leitura podemos interromper, refazer, submeter a reflexões demoradas”.³² A televisão pode influenciar mentes e corações e, nesse sentido, reprimir o *sujeito-telespectador*.³³ A partir dos argumentos de Maria Rita Kehl, Eugênio Bucci

²⁹ BUCCI, E. *Brasil em tempo de TV*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1996.

³⁰ *Idem, ibidem*, p. 17

³¹ MEKSENAS, P. *Cidadania, poder e comunicação*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

³² ARBEX, J. *O poder da TV*. São Paulo: Scipione, 2001, p. 13.

³³ BUCCI, op. cit., p. 38

demonstra que o modo como a televisão suprime o pensamento em favor de uma identificação imaginária acaba precipitando a fantasia em ação.

Em razão dessa supremacia que a televisão tem como maior estrutura midiática no Brasil, ela é vista como sinônimo de poder. Segundo Bucci, a televisão é poder porque ela se confunde com o próprio poder.³⁴ Nesse contexto, a televisão no País é fruto do atraso, uma vez que sua importância é diretamente proporcional às taxas de analfabetismo e subdesenvolvimento, e sua influência tende a ser maior na pobreza do que na riqueza, maior em espaços como a América Latina, menor em outros como os Estados Unidos. Bucci aponta, ainda, para uma disputa de paradigmas da atualidade. Segundo ele, ou a televisão continua a delimitar o espaço público ou o espaço público decide, por suas forças legítimas, disciplinar a televisão que o ocupa.

Em artigo sobre a relação entre a imprensa e a cidadania, Luis Martins Silva discute as possibilidades e contradições dessas duas instâncias. Silva começa a discussão a partir da noção que se tem da relação entre imprensa e sociedade num sentido linear, partindo da primeira para a segunda. Ele aponta que a relação estabelecida entre imprensa e cidadania não é diferente. De acordo com o comunicólogo, o caso brasileiro revela a herança de uma sociedade que ainda não assumiu a primazia e, por isso, mantém a relação Estado – Sociedade. O autor questiona, portanto, a função social da mídia, visto que essa é uma representação dos fatos a partir do social e para o social, não significando, entretanto, que ela seja inteiramente permeável ao social.³⁵

Luis Martins Silva destaca que, embora a mídia seja uma praça pública, ela é seletiva. Por isso, às vezes é comum um drama humano individual aparecer no telejornal, enquanto um drama coletivo não merecer a mesma atenção.

O interesse público e a opinião pública sob a égide da liberdade de expressão sempre foram apontados como condições essenciais para a vida democrática. Na prática, no entanto, toda uma gama de interveniências se encarrega de descumprir princípios e propósitos, de forma que o mundo da vida acaba sendo colonizado pelo mundo sistêmico e o social sendo subjugado às categorias maiores da dominação, o poder e o dinheiro.³⁶

O autor destaca, portanto, que cada vez mais as estruturas comunicativas interagem

³⁴ *Idem, ibidem*, p. 23. O autor faz referência às concessões de rádio e televisão que eram dadas pelo governo por critérios políticos.

³⁵ SILVA, L. M. da. Imprensa e cidadania: possibilidades e contradições. In: MOTTA, L. G. (org.). *Imprensa e poder*. Brasília: UnB, 2002, p. 47-74.

com seus públicos e encaminham soluções perante as autoridades públicas competentes, bem como alguns programas tiram proveito da miséria social, travestidos de um falso serviço público em favor dos pobres e desassistidos. Portanto, a mídia seleciona e tem critérios para realizar a escolha do que será publicado ou ir ao ar, no caso do rádio e da televisão. Quanto a isso, Silva sentencia: “De maneira acentuada, o espaço público da imprensa não está aberto às classes mais pobres, a não ser quando essas se vêem em meio a acidentes, assassinatos, conflitos, tragédias e elevado número de mortos”.³⁷

Essa discussão é de grande relevância, visto que, como ressalta Silva, a instância mediadora entre Estado e sociedade é o espaço público midiático, que dá voz aos cidadãos comuns apenas quando esses se apresentam em situações de dor, desvantagem social, em situações conflitantes e trágicas. Isso acaba revelando uma contradição entre os pressupostos da cidadania e os da aparição pública dos cidadãos, como indivíduos que utilizam essa esfera comunicativa como um espaço de consenso e entendimento.

Abordando a questão do jornalismo público, Luiz Martins Silva enfatiza que nesse tipo de jornalismo, os fatos noticiosos não constituem apenas incidentes fenomenais, mas, ao contrário, na condição de produtos de empresas jornalísticas, criam eventos, fatos promocionais e mobilizações que se tornam notícia.³⁸ No caso da televisão, o cidadão aparece na programação não como infrator ou transgressor, mas como sujeito-cidadão capaz de se mobilizar e promover a transformação de uma realidade.

Silva faz, ainda, uma crítica ao jornalismo quando esse apresenta a violência, o crime, a crueldade (às vezes associados à sexualidade) como fato social e público a serem publicamente debatidos e controlados no espaço de debate. Chama esse tipo de jornalismo, que expõe causas individuais ou fatos que não têm interesse público nos noticiários, de protojornalismo (algo primitivo), porque se volta às banalidades do mundo da vida, atendendo a uma demanda emocional, catártica e, por vezes, patológica.

Um outro ponto de vista expresso por Roberto Amaral³⁹ é de que a imprensa – como esfera de mediação por meio da difusão de informação –, ao contrário do que fez

³⁶ *Idem, ibidem*, p. 52.

³⁷ *Idem, ibidem*, p. 54.

³⁸ *Idem, ibidem*, p. 29. O autor cita a programação da TVE que se diz uma televisão cidadã dado o número de programas relacionados com os interesses de comunidades.

³⁹ AMARAL, R. Imprensa e controle da opinião pública (informação e representação no mundo globalizado). In: MOTTA, L. G. (org). *Imprensa e poder*. Brasília: UnB, 2002 p. 75-101.

historicamente, ou seja, contestou o poder político, cada vez mais se identifica com esse. Tal identificação é diretamente proporcional ao desenvolvimento do capitalismo, juntamente com o avanço das empresas de comunicação – cada vez mais comerciais, pertencentes a grandes grupos econômicos que concentram sua propriedade. Como observa Luiz Gonzaga de Mello Beluzzo:

Há muito tempo as relações de poder entre a mídia e o Estado estão de cabeça para baixo, ou melhor, foram colocadas de cabeça para cima pela celebrada “revolução das comunicações”. Os partidos, os governos e os fatos políticos só existem pela via dos meios de comunicação. O poder real há muito migrou para os cérebros e para as mãos dos donos da informação, que se entregam ao trabalho de “orientação” das massas desarvoradas. O eleitor pode mudar de partido, o espectador, de canal; e tudo continua na mesma. Os amigos dos reis costumam contra-atacar, argumentando que é ridículo supor uma conspiração entre a mídia, os governos e os negócios. Têm toda a razão: o pior é que não há mesmo nenhuma maquinação. São apenas consensos produzidos pelo andamento normal dos negócios.⁴⁰

Néstor García Canclini argumenta que, num tempo em que a televisão tomou dos comícios as campanhas eleitorais, ocorre o confronto de imagens no lugar de polêmicas doutrinárias; em vez de persuadir ideologicamente, há a utilização de pesquisas de *marketing*; os consumidores de bens apresentam um desenvolvimento muito superior ao que é apresentado pela prática da cidadania. Não por outro motivo, a introdução de seu livro tem como título “Consumidores do século XXI, cidadãos do XVIII”, ali criticando o descrédito do mercado em relação à política, submetendo-a às regras do comércio e da publicidade. O autor aponta que os indivíduos têm uma capacidade de consumir superior à capacidade do exercício de sua cidadania plena.⁴¹

Eugênio Bucci e Maria Rita Kehl propõem, então, que o telespectador seja tratado como cidadão e não apenas como consumidor. Para isso, enumeram os direitos do telespectador, entre os quais, deve-se destacar: o direito de ser informado de maneira independente; a importância da construção de bancos públicos de imagens em vídeo; e, finalmente, a participação do cidadão na outorga e no controle do cumprimento dos termos das concessões de canais às empresas privadas.⁴²

A partir do exposto, pode-se depreender a não existência de uma relação de horizontalidade entre os atores na produção midiática, o que acaba prejudicando o pleno

⁴⁰ BELUZZO *apud* AMARAL, *op. cit.*, p. 81.

⁴¹ CANCLINI, N. G. *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

⁴² BUCCI, E.; KEHL, M. R. *Videologias – ensaios sobre televisão*. São Paulo: Bomtempo, 2004.

exercício da cidadania nessa nova esfera pública moderna. Em outras palavras, o conteúdo veiculado pela mídia, principalmente na televisão brasileira, demonstra certa desigualdade. Essa noção acaba por evidenciar um conflito existente entre espaço público, arena midiática e cidadania.

3.1 A TELEVISÃO NO BRASIL

A televisão revelou-se um dos maiores fenômenos tecnológicos ocorridos no século XX, causando uma readaptação tanto por parte dos profissionais da área da comunicação quanto por parte dos usuários dessa nova estrutura comunicativa, os telespectadores. No Brasil, a primeira transmissão experimental de televisão ocorreu durante o Estado Novo, em 2 de junho de 1939, patrocinada pelo governo de Vargas. Por ocasião da Segunda Guerra Mundial, o mundo passou por um remodelamento. Em virtude do aprimoramento das transmissões televisivas, o desenvolvimento da televisão ficou relegado a segundo plano, uma vez que todo o esforço da produção industrial passou a se voltar para fins bélicos.

A partir da década de 1950, o mundo passou por profundas mudanças tecnológicas que acabaram por definir novos hábitos e costumes. A televisão era uma dessas inovações introduzidas na vida das pessoas. Em 1947, Assis Chateaubriand⁴³ começou a pensar na implantação de uma estação de televisão no Brasil, que viria se chamar TV Tupi.⁴⁴ Para viabilizar audiência, Chateaubriand contrabandeou 200 aparelhos de televisão e os colocou em pontos estratégicos da cidade de São Paulo. Essa foi a maneira que Chateaubriand encontrou para que a programação da emissora fosse assistida pela população. A década de 1950 no Brasil foi, portanto, marcada pela implantação da televisão, pela supremacia das empresas Associadas e pela busca de uma nova linguagem para esse novo veículo que surgia, bem como de aprimoramento técnico para a instauração dessa nova mídia.

Mas foi a TV Rio⁴⁵ que inovou fazendo a primeira transmissão por microondas entre São Paulo e Rio de Janeiro, apresentando programas noticiosos, como o *Telejornal Pirelli*, apresentado por Léo Batista e Heron Domingues. Ao terminar o contrato com a Pirelli, o

⁴³ Proprietário do maior conglomerado brasileiro de comunicação dos anos 1950, os Diários Associados.

⁴⁴ A TV Tupi foi inaugurada às 17 horas do dia 18 de setembro de 1950.

⁴⁵ Inaugurada em 17 de julho de 1955 e pertencente ao grupo da TV Record.

telejornal passou a se chamar *Jornal Nacional*,⁴⁶ patrocinado pelo Banco Nacional.

A propriedade dos canais de televisão mudava por conta de crises financeiras e falta de planejamento por parte de seus proprietários. Em 1965, iniciou-se a transmissão do Canal 4, no Rio de Janeiro, sob a propriedade do empresário e jornalista Roberto Marinho. Para viabilizar e formar uma rede nacional de televisão, Marinho associou-se ao grupo norte-americano de mídia *Time-Life*.⁴⁷

O primeiro telejornal da televisão brasileira foi *Imagens do Dia*, que nasceu com a TV Tupi. Entretanto, o primeiro telejornal de sucesso, foi o *Repórter Esso*, com estréia em 1953, também nessa emissora, e que ficou no ar por quase vinte anos. O primeiro telejornal em rede nacional foi criado pela TV Globo, em 1^o de setembro de 1969, com locução de Cid Moreira e Hilton Gomes. Nessa linha, o telejornal reunia as características de ser um fator de integração nacional, aspecto valorizado pelo governo naquele momento. Foi o primeiro telejornal a apresentar reportagens em cores, a mostrar, via satélite, imagens de acontecimentos internacionais no mesmo instante em que elas ocorriam. Pouco a pouco, a TV Globo começou a liderar a audiência com sua programação diversificada e de qualidade técnica superior a de outras emissoras.

A TV Record entrou no ar no dia 27 de setembro de 1953 com uma programação musical. Naquela época, apenas a TV Tupi estava no ar na televisão brasileira. Nos seus primeiros anos de existência, a TV Record dedicou-se à veiculação de programas musicais e esportivos. A emissora tinha, ainda, programas infantis, de auditório e humorísticos. Somente em 1972, passou a exibir seu primeiro telejornal, chamado *Tempo de Notícias*.⁴⁸

Com o início da participação do empresário Silvio Santos na TV Record, a programação passou por uma reestruturação e expansão da sua atuação em São Paulo, bem como de sua programação. Todavia, foi apenas em 1991 que, ao mudar o controle acionário da televisão, o jornalismo passou a ser o carro-chefe da programação da TV Record, que, por sua vez, se tornara rede de televisão. Em 1997, contando com a participação do jornalista

⁴⁶ O nome foi utilizado, posteriormente, pela TV Globo em 1969.

⁴⁷ O acordo feito entre Marinho e o grupo norte-americano infringia a Constituição Brasileira e o Código Penal. Os investimentos feitos no Brasil sempre ficaram à margem da legislação vigente, e, portanto, a televisão brasileira tem, já no seu histórico, um caráter de desregulamentação, desrespeito às leis, inconstitucionalidade, bem como, um “apadrinhamento” do poder político da época que fazia vista grossa à atuação ilegal de Marinho.

⁴⁸ Esse telejornal que era apresentado pelo jornalista Hélio Ansaldo, posteriormente, passou a ser chamado de *Record em Notícias*. Esse último era apresentado por Murilo Antunes Alves. (RECORD. Disponível em: www.rederecord.com.br. Acesso em: 23 de março de 2006).

Boris Casoy, o jornalismo da rede passa por uma reestruturação e ganha posição nas medições do Ibope. Posteriormente, cria-se o *Jornal da Record – Segunda Edição*, com a apresentação de Salete Lemos. O principal jornal da Rede Record é apresentado pelos jornalistas Celso Freitas e Adriana Araújo.

Atualmente, quatro grandes redes de televisão compõem o cenário nacional: Globo, Record, SBT e Bandeirantes. Os telejornais de maior audiência são: *Jornal Nacional* (Rede Globo) e *Jornal da Record* (Rede Record). Eis aqui o motivo para que o presente trabalho fizesse a escolha de analisar comparativamente os dois telejornais e entender como se estabelece a aparição do brasileiro no telejornalismo brasileiro.⁴⁹

De acordo com dados atuais, o mercado de televisão no Brasil é dominado pela Rede Globo, que detém US\$ 1,59 bilhão, representando o maior e mais poderoso conglomerado de mídia. Depois dela, está o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), com US\$ 600 milhões; a Bandeirantes, com US\$ 300 milhões; e a Rede Record, com US\$ 240 milhões.⁵⁰

Um outro dado importante é o tempo médio diário que um brasileiro dedica à televisão: 81% da população assistem à televisão todos os dias e se dedicam a ela cerca de três horas e meia. Essa hegemonia da televisão sobre as outras estruturas midiáticas se justifica porque, atualmente, a televisão está presente, como já foi mencionado, em mais de 90% dos domicílios.

No *ranking* de audiência, a Rede Globo destaca-se com 54%, ou seja, só essa emissora é capaz de ter mais da metade da audiência televisiva nacional. O que sobra, em termos de recepção, é dividido entre as outras redes. A Rede Record tem pouca representatividade, apesar de o *Jornal da Record* ter índices de audiência elevados que concorrem com o *Jornal Nacional*.⁵¹

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em setembro de 1995, existiam 38,9 milhões de domicílios com TV no Brasil, 60,9% deles coloridos. Em novembro de 1996, uma

⁴⁹ Ao generalizar a pesquisa ao “telejornalismo brasileiro” e, ao mesmo tempo, restringir aos dois telejornais já mencionados, pretende-se com isso entender a representação dos indivíduos comuns, na medida em que os dois telejornais são os de maior audiência no País e, portanto, têm uma influência maior perante o público telespectador.

⁵⁰ Dados fornecidos pelas emissoras ao Informativo Intervozes de novembro de 2005.

⁵¹ Dados retirados do Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação – Epcom, em 2002, e do Anuário de Mídia de 2000.

estimativa da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros) indicava exatos 40 milhões, dos quais 28,6 milhões teriam televisor em cores.

4. A LÓGICA OPERATIVA DA TELEVISÃO E DO TELEJORNALISMO

A televisão é constituída por uma seqüência de imagens e sons e por um texto – o texto televisivo – disposto sobre uma tela. De um lado, está o emissor; de outro, o telespectador; e, finalmente, o mediador na relação entre os dois personagens anteriormente referidos, ou seja, o receptor ou o aparelho de televisão. Sendo assim, ao colocarmos-nos diante do texto televisivo, estamos nos posicionando diante de algo que tem suas regras próprias. Por esse motivo, a televisão é objeto de debates e críticas dentro da academia no mundo inteiro.

No que toca suas especificidades, no Brasil, deve-se ter cuidado ao considerar as críticas feitas à televisão.⁵² As três características mais fortes e freqüentes apontadas na avaliação do “modo de falar” da TV, e que, na maior parte das vezes, são negativas, se referem ao ritmo, à densidade, à superficialidade e ao espetáculo da sua linguagem. Dessa forma, aponta-se para uma excessiva velocidade do texto apoiado sobre uma ação constante, ininterrupta, tornando o texto televisivo bastante efêmero e minimizador dos temas e assuntos.

A segunda característica diz respeito à densidade e à superficialidade. A audiência televisiva é formada por um público bastante heterogêneo e, dessa forma, o conteúdo que é passado para o público tem de ser diluído para que se torne acessível a todos os níveis culturais, econômicos e políticos. A dinâmica da imagem televisiva solicita respostas imediatas de quem a ela está submetido, promovendo reações reflexas e rápidas. Ou seja, o telespectador, mesmo se quisesse, não conseguiria voltar para ver e ouvir novamente no caso de não ter entendido uma passagem, a menos que estivesse gravando a programação.

A terceira característica é motivo de críticas e se refere ao tom de espetáculo da linguagem televisiva, que está ligado às duas características anteriores pela necessidade de uma suposta massificação do público da televisão. Como toda estrutura comunicativa, a

televisão depende de telespectadores que garantam uma audiência para a venda de espaços publicitários. Para garantir esse número de telespectadores, recorre ao espetáculo no processo de composição do seu conteúdo. Tornar as notícias mais breves, menos densas, mais superficiais, ilustradas com recursos audiovisuais, que, muitas vezes, chegam a parecer um show pirotécnico de imagens e sons, é uma forma de espetacularizar as notícias, que, do contrário, não receberiam atenção do telespectador.

Por isso, o texto jornalístico, tanto impresso quanto televisivo, deve ser claro, conciso, direto, preciso, simples e objetivo. Uma vez que uma das características do rádio e da televisão é a instantaneidade, a notícia deve ser entendida pelo receptor no exato momento da sua transmissão. Ou seja, na televisão, o texto deve ser coloquial e deve ser lido como uma história que está sendo narrada ao telespectador. Segundo Heródoto Barbeiro e Paulo Rodolfo de Lima, “o texto do telejornal tem uma estrutura de movimento, instantaneidade, testemunhalidade, indivisibilidade de imagem e som, sintetização e objetividade”.⁵³

Sendo assim, a televisão tem uma estrutura própria que a difere das demais mídias. Destaca-se por transmitir mensagens visuais que podem prescindir, em certa circunstância, do conhecimento de um idioma ou da escrita por parte do receptor. A televisão, portanto, mostra e o telespectador vê – ou seja, ela dispõe de informação visual. Essa característica somada ao fascínio que exerce no telespectador, por ter a capacidade de transmitir informação contemporânea quando mostra o fato no exato momento em que acontece por meio da imagem, faz com que seja uma estrutura comunicativa especial.⁵⁴

Sobre a dinâmica televisiva e sua composição, os autores afirmam que as imagens pesam mais do que as palavras e que essa é a explicação para a conquista de seu público. Para esse, a televisão é o “veículo mágico do século XX”. Embora os telespectadores dêem grande importância à imagem televisiva, Heródoto Barbeiro e Paulo Rodolfo de Lima ressaltam que, no noticiário, a imagem não deve se contrapor às palavras e vice-versa, sob pena de confundir o telespectador e abalar a credibilidade da televisão e do telejornal.

A imagem, por vezes, é chamada de linguagem universal, uma vez que, em princípio, todos, independentemente de idioma, raça ou cor, podem perceber a mensagem visual. Isso se

⁵² Cf. MIRANDA, R.; PEREIRA, C. A. *Televisão – o nacional e o popular na cultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

⁵³ BARBEIRO, H; LIMA, P. R. de. *Manual de telejornalismo – os segredos da notícia na TV*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p. 52.

⁵⁴ *Idem, ibidem*.

dá também pela rapidez da capacidade de percepção visual inerente ao ser humano, bem como a aparente simultaneidade do reconhecimento do seu conteúdo e da sua interpretação. Entretanto, Martine Joly ressalva a comum confusão entre percepção e entendimento (interpretação).⁵⁵ Uma pessoa que recebe uma imagem e a percebe não necessariamente a compreendeu, mesmo que tenhamos a impressão de que as duas ações são simultâneas.

Por estar tão presente na vida das pessoas, em suas mais variadas formas de apresentação, a imagem é considerada natural em nossa cultura. Aprendemos, por exemplo, a falar associando palavras às referidas imagens. Nesse sentido, analisar uma imagem significa “decifrar as significações que a ‘naturalidade’ aparente das mensagens visuais implica. ‘Naturalidade’ que, paradoxalmente, é alvo espontâneo da suspeita daqueles que a acham evidente, quando temem ser ‘manipulados’ pelas imagens”.⁵⁶

A autora discute que tentar interpretar uma imagem não deve ser o exercício de saber o que o autor “quis dizer”, mas um exercício de entendimento das significações que essa imagem possa gerar em dado contexto social. O resultado do trabalho será, como afirma Joly, uma interpretação razoável da mensagem visual, num dado momento e em circunstâncias específicas.

Com efeito, para se analisar uma imagem é preciso passar por um processo de desconstrução artificial dela, para, talvez, uma posterior reconstrução melhor fundamentada. Mediante os conhecimentos adquiridos a partir dessa desconstrução, o receptor (analista) poderá captar mais informações durante a recepção espontânea das imagens. Uma das funções da análise da imagem pode ser a busca da explicação para o bom ou o mau funcionamento de uma determinada mensagem visual. Trata-se, conforme Joly, de:

Demonstrar que a imagem é de fato uma linguagem, uma linguagem específica e heterogênea; que, nessa qualidade, distingue-se do mundo real e que, por meio de signos particulares dele, propõe uma representação escolhida e necessariamente orientada; distinguir as principais ferramentas dessa linguagem e o que sua ausência ou sua presença significam; relativizar sua própria interpretação, ao mesmo tempo em que se compreendem seus fundamentos: todas garantias de liberdade intelectual que a análise pedagógica da imagem pode proporcionar.⁵⁷

Nesse sentido, uma imagem pode ser composta de diversos tipos de signos: icônicos, lingüísticos, plásticos, que juntos integram o todo da mensagem visual e fazem ter

⁵⁵ JOLY, M. *Introdução à análise da imagem*. Campinas: Papyrus, 1996.

⁵⁶ *Idem, ibidem*, p. 43.

⁵⁷ *Idem, ibidem*, p. 48.

significado. Uma análise que pode ser feita é a da escolha dos elementos presentes ou ausentes em determinada imagem. Por exemplo, ao analisar o *Jornal Nacional* e o *Jornal da Record*, é preciso estar atento ao fato de que um determinado argumento (fala, entrevista, notícia) é apresentado por um homem (e não por uma mulher). Essa percepção é extremamente significativa e deve ser interpretada.

Uma outra questão abordada por Martine Joly que deve ser objeto de análise é a capacidade de uma mensagem visual ser explícita ou implícita, produzindo significações bastante diferentes em cada caso e em cada contexto sociocultural. Em seu entendimento, duas premissas devem nortear o estudo da imagem: a função e o contexto do argumento. Primeiramente, deve-se identificar para quem essa mensagem foi produzida. Mas isso não basta. É importante definir quais são as funções dessa mensagem visual. A função denotativa, cognitiva ou referencial⁵⁸ concentra o conteúdo da mensagem naquilo sobre o que se está falando. É um tipo dominante, mas quando o receptor está atento, é possível detectar a presença de outras funções.

Kênia Maria Menegotto Pozenato afirma que, na apresentação de uma reportagem, é fundamental verificar a cadência na qual a notícia é difundida.⁵⁹ É importante observar se o apresentador das notícias mantém a mesma duração, se o ritmo da apresentação é alterado, ressaltando uma notícia em detrimento de outra, se o fato jornalístico é apresentado com ou sem imagem. Se for com imagem, é importante verificar se ela está acompanhada de som (música e som ambiente) ou se é veiculada apenas com a fala do apresentador. Se uma notícia é apresentada com som, ela poderá ter significações diferentes para os receptores, pois o som pode aumentar significativamente o valor de uma imagem.

Uma outra análise plausível das notícias apresentadas no telejornalismo diz respeito ao corte. Uma mesma notícia pode ser veiculada de diferentes formas pelos diversos canais de televisão. Um telejornal pode apresentá-la apenas com a narrativa do apresentador; outro com a narrativa do apresentador e acompanhada de imagem; outro com a narrativa, som e imagem; por inteiro ou apenas uma parte da notícia segundo sua intenção e ideologia.

A imagem televisiva é um importante elemento de análise. Não se deve apenas conjugar os elementos icônicos (figura, textura, cor, composição), mas também elementos de ordem psicológica e do posicionamento das câmeras. Ou seja, um acontecimento pode ser

⁵⁸ Linguagem jornalística ou científica.

visto sob vários pontos de vista, dependendo da angulação que se dá a ele ou mesmo do local em que está inserido o receptor da mensagem televisiva. Quanto ao posicionamento da câmera, é importante ressaltar que existem várias formas de enquadramento da imagem, quais sejam: grande plano geral, plano de conjunto, plano americano, plano médio, plano próximo, *close-up*, *superclose* e plano detalhe.

O uso de planos faz o telespectador ver pessoas e objetos (mais de perto) ou (mais de longe), permitindo, por esse artifício de delimitação do espaço imagístico, maior (participação) ou (afastamento) deste telespectador em relação ao que se passa na tela. O enquadramento consiste na força da imagem, a limitação do campo visual. Essa limitação permite a quem produz o conteúdo jornalístico dirigir a visão e a participação do telespectador, fazendo-o ver apenas o que lhe é mostrado ou sugerido no plano. No telejornalismo, os planos mais freqüentes são o americano e o máximo, ou a exploração do detalhe, em função das características da televisão. Segundo Pozenato, “pode-se, portanto, ver que uma imagem, segundo a aproximação da câmera, segundo o emprego dos planos de filmagem, pode ser ‘trabalhada’ para influenciar psicologicamente o telespectador, pois os planos ‘criam’ a ação”.⁶⁰

Lorenzo Vilches explica que, na televisão, as notícias têm uma estrutura estandardizada, que constitui a regra do jornalismo e pode ser resumida em sete perguntas: quem, o que, quando, onde, como, por que, com que conseqüências.⁶¹ Em um esquema ilustrado em sua obra, Vilches demonstra que todas as imagens informativas podem ser fixas ou móveis e a expressão de seu conteúdo pode ser dada por meio de categorias como: marco, enfoque, tema e tópico. A novidade apresentada no esquema consiste em introduzir os atores (quem) que narram o acontecimento. O autor conclui, portanto, que:

Podemos decir que em toda representación de la imagen informativa se construye un discurso retórico com sus propias reglas de funcionamiento (mostrar la causa por el efecto, mostra la parte por el todo, producir redundância em detrimento de la cantidade de información semântica, repetición de um elemento a fin de producir mayor énfasis em la comunicación).⁶²

Não se deve desprezar, no entanto, a ordem em que são colocadas as informações. Segundo Kênia Maria Menegotto Pozenato, “a imagem de um massacre, por exemplo,

⁵⁹ POZENATO, K. M. M. *Retórica e jornal televisivo*. Caxias do Sul: Educus, 1997.

⁶⁰ *Idem, ibidem*, p. 48.

⁶¹ VILCHES, L. *La lectura de la imagen – prensa, cine, televisión*. Barcelona: Paidós, 1984.

⁶² *Idem, ibidem*, p. 178.

precedida de uma notícia amena como a de um jogo de futebol terá um grande impacto”.⁶³ Nesse caso, o telespectador não estará preparado para receber a notícia. Pozenato explica que o ato de estruturar o *Jornal Nacional* é:

Uma rotina na qual, todos os dias, procura-se estabelecer critérios de hierarquia para as informações. Muitas vezes, alguns assuntos transcendem a esfera de notícia local, ganham maior interesse e tornam-se notícias nacionais. Para equilibrar, colocamos uma matéria de sabor popular, uma matéria econômica, uma matéria política, uma matéria de uma cobertura internacional, uma matéria esportiva, pois...com a violência e o impacto do veículo, se nos restringirmos à realidade pura da vida, faremos as pessoas chorarem todo dia. A televisão é poderosa demais para que não se faça uma dosagem, um equilíbrio dos assuntos que estejam mais próximos do interesse do telespectador.⁶⁴

Ao considerar-se a importância e preponderância da televisão na contemporaneidade, Gustavo Bueno pondera sobre o fato de a televisão ter sido uma invenção “assombrosa” para as culturas e civilizações, mudando suas estruturas e alterando a sociedade.⁶⁵ O autor discute a televisão sob dois aspectos: a aparência e a verdade, a partir de cinco modelos que criou para a análise do conteúdo imagético da televisão. No primeiro modelo, afirma, numa visão positivista, que o que não está no mundo também não está na televisão, partindo da definição de que televisão é um registro, uma crônica da realidade, tal qual essa nos é apresentada.

Apesar da proposição do primeiro modelo, o autor afirma a existência de uma realidade do mundo que está fora da tela da televisão, ou seja, muitas outras aparências que, até por uma limitação temporal e técnica, são impossibilitadas de estar no conteúdo da televisão. Nesse caso, há uma prevalência do que está no mundo sobre o que está na tela, mesmo porque situações abstratas não podem ser representadas imageticamente na televisão, como o cheiro de uma flor e o odor de um determinado lugar. Dessa forma, o que está no mundo, no tecido social, não constitui, necessariamente, elemento significativo, ou seja, pode não aparecer na tela. Isso também pode acontecer quando um valor, conceito ou realidade é apresentado na televisão. Uma coisa é a imagem que aparece na tela; outra é a possibilidade de essa imagem ser incorporada à estrutura social, uma vez que isso depende da natureza de cada grupo que receberá essa mensagem. Então, a realidade, a verdade se faz presente a partir das aparências apresentadas na televisão.

⁶³ POZENATO, *op. cit.*, p. 60.

⁶⁴ *Idem, ibidem*, p. 60.

⁶⁵ BUENO, G. *Televisión: apariencia y verdad*. Barcelona: Gedisa editorial/Capellades, 2000.

Nesse aspecto, alguns autores já mencionaram o importante papel que a Rede Globo desempenha na construção do imaginário social, na medida em que os fatos noticiados por ela, de algum modo, são “incontestáveis”. Essa formulação se resume numa afirmação do senso comum, sendo bastante corriqueira entre a maioria dos receptores que afirmam que se “deu na Globo”, então, é verdade. Isso denota a importância que a televisão assumiu na contemporaneidade na vida dos indivíduos. Elas acompanham os fatos e seus desfechos por meio dessa tela que pode direcionar o olhar dos receptores.

As pessoas, entretanto, tendem a assimilar as mensagens dos telejornais como verdadeiras, objetivas, não como recortes intencionais e subjetivos do real. Idealmente, segundo a teoria liberal da imprensa, a informação deveria conter os atributos de verdade e objetividade da realidade social, no entanto, tendem a legitimar práticas sociais dominantes, como denunciou a Teoria Crítica. Essa decompôs a noção de objetividade num conjunto de situações específicas na relação entre emissor e receptor. Os sentidos de objetividade e imparcialidade foram relativizados e contestados pelos críticos.

No segundo modelo, Bueno afirma que o que não está ou não aparece na tela, tampouco existe no mundo e faz uma análise afirmando que essa formulação tem sua dimensão de verdade, tendo em vista que, numa sociedade como a brasileira, o reconhecimento de um ator político pela sociedade, por exemplo, depende de sua presença nas telas da televisão:

*Evidente que se un pintor, de un novelista, o de un cantante que no logre aparecer regularmente em las pantallas una fracción de su tiempo, podemos decir que “no existe” como elemento estable constituído en esa sociedad. Diremos de él que carece de “existencia pública”.*⁶⁶

Nesse modelo, é importante ressaltar que o mundo do cérebro real não é independente do mundo das aparências. Sendo assim, é correto afirmar sobre a possibilidade de se estabelecer uma relação entre o mundo real e o mundo da televisão. Na medida em que o que constitui nossa realidade é também o que está nas telas da televisão e, portanto, na formulação do modelo em discussão, é possível demonstrar que há uma correspondência entre a realidade do mundo e a realidade da televisão. A verdade, nesse caso, está relacionada muito mais à realidade aparente do que com a realidade do mundo.

⁶⁶ É evidente que se um pintor, um novelista ou um cantor que não consiga aparecer regularmente na televisão uma fração de seu tempo, podemos dizer que “não existe” como elemento estável constituído na sociedade. Diremos que ele carece de “existência pública” (*Idem, ibidem*, p. 106-107).

Uma outra forma de analisar a televisão é quando se tem que o que está na tela está no mundo e o que está no mundo está na tela, numa relação diretamente proporcional. Negando os dois primeiros modelos, Bueno tenta defender uma possibilidade “não delirante” para essa tipologia, afirmando que pode ser uma interpretação da teoria da aldeia global: “*El delirio de quien, viviendo de la televisión, y teniendo la televisión como ‘su mundo entorno’, como su casa, se comporta como si el Mundo estuviese para él formando por todo aquello que gira en torno a la imagen de la telepantalla*”.⁶⁷ Para que faça algum sentido, a interpretação de mundo do modelo três deve ser dada a partir da hipótese de uma multiplicidade de mundos. A interpretação crítica desse modelo, portanto, mostra que as aparências oferecidas pela televisão formam parte do mundo, mas o mundo que envolve a televisão e se faz presente nessa tela é um mundo de aparências, um mundo fragmentado, uma vez que se supõe que o mundo total não pode se fazer presente na televisão, pois o que se faz presente nela é um todo fragmentado do mundo.

Nesse caso, o conceito de aparência pode ser dois: as aparências visíveis e audíveis e as aparências relacionadas com o mundo social, fragmentadas. Ademais, o conceito de verdade carrega uma teoria muito positiva a seu respeito, enquanto correspondência das aparências e das realidades que têm a ver com a qualidade técnica da transmissão, ou seja, com a fidelidade que equivale, nesse contexto, ao conceito de verdade técnica. Verdade equivale agora à veracidade das aparências (uma veracidade que não se confunde com a verossimilhança). Esse conceito também tem a ver com a noção de adequação: se há duas informações distintas, elas se neutralizam e caberá ao receptor considerar uma ou outra como verdadeira ou falsa.

Ao apresentar o quarto modelo, ele formula que nem a televisão é uma parte do mundo, nem o mundo envolve a televisão, contrapondo-se aos três outros modelos apresentados. A aparência, nesse caso, diz respeito às imagens da tela que, no momento em que são interpretadas como signos formais das realidades, serão reabsorvidas, assumindo o valor máximo de realidade. Em si mesma, a realidade não poderá ser qualificada como verdadeira ou falsa. É como se a tela oferecesse um recorte da realidade: “*Sólo podría manifestarse en la pantalla la realidad dada a una escala capaz de ser captada por las*

⁶⁷ O delírio de quem, vivendo da televisão e tendo a televisão como “seu mundo entorno”, como sua casa, comporta-se como se o mundo estivesse para ele formado por tudo aquilo que gira em torno da imagem da tela da televisão (*Idem, ibidem*, p. 138).

câmaras".⁶⁸ As aparências, portanto, podem ser entendidas como o reflexo imediato de uma realidade ou, ainda, como aparências que refletem uma realidade que está além das câmeras.

A partir desses modelos, o autor conclui que a televisão exerce um modo de projeção social e política característica derivada da sua estrutura de distribuição e relativamente independente dos conteúdos oferecidos. A televisão, então, forma parte da vida em família e da vida privada e, ao mesmo tempo, não oferece privacidade, visto que seu conteúdo é distribuído a todas as casas da mesma maneira. Programas idênticos são distribuídos e compartilhados por um número muito grande de indivíduos em distintos lugares do globo. A televisão, nas sociedades contemporâneas, tem, portanto, o efeito que o terço tinha nas sociedades agrícolas: no momento em que a televisão está ligada, os membros de uma família não conversam entre si, não discutem os assuntos, mantendo apenas uma comunicação não verbal.

Nesse sentido, a televisão é capaz de apresentar suas aparências e realidades dando continuidade aos cenários de origem, exigindo do telespectador que sejam interpretadas como se as suas aparências e realidades fossem o mesmo cenário real que se faz presente aos olhos do receptor. Admite-se, portanto, que a televisão é um instrumento que nossa sociedade utiliza não apenas para registrar o mundo, mas também para construí-lo, tendo, muitas vezes, um efeito de fabricação ideológica:

*Esto supuesto, se procede a denunciar situaciones concretas en las cuales la "construcción ideológica" del mundo parece ser resultado puntual de las "manipulaciones" de las cámaras, o de los productores o de los programadores. Sin embargo, la expresión "construcción del mundo" tiene un alcance mucho más general y profundo. La "construcción ideológica de mundo llevada a cabo por la televisión nos obliga a regresar algo más atrás, a saber, al análisis de la llamada (metafóricamente) "construcción perceptual" del mundo, llevada a cabo por la visión ordinaria.*⁶⁹

Essa análise recai sobre uma questão: quem é o responsável pela degradação que tantas vezes se atribui à televisão? Bueno afirma que a audiência tolera qualquer confusão de verdades como se tratassem de jogos ou gêneros literários, visto que trata o momento da recepção da televisão como sendo um momento de desfrute ou de relaxamento. Ou seja, a

⁶⁸ Somente poderia se manifestar na tela a realidade dada uma escala capaz de ser capturada pelas câmeras (*Idem, ibidem*, p. 164).

⁶⁹ Supondo isso, procede-se a denunciar situações concretas com as quais a "construção ideológica" do mundo parece ser resultado pontual das "manipulações" das câmeras ou dos produtores ou dos programadores. Sem embargo, a expressão construção do mundo tem um alcance muito mais geral e profundo. A "construção ideológica" do mundo levada a cabo pela televisão nos obriga a regressar a algo, a saber, a análise da chamada (metaforicamente) "construção conceitual" do mundo, levada a cabo pela visão ordinária (*Idem, ibidem*, p. 249-250).

demanda cria a oferta; e a despeito de qualquer que seja a variedade do poder do controle exercido por uma rede de televisão, é evidente que esse poder tem de se adaptar de um modo ou outro aos comportamentos da sua audiência. É nessa área que reside o verdadeiro poder. É a audiência quem dirige a orientação da televisão. Portanto, esse é um importante aspecto a ser considerado, visto que a representação dos indivíduos anônimos na televisão, em tese, pode ser alterada pela audiência que também se confunde com os indivíduos que aparecem na tela.

Ao considerar-se que o telejornal é entendido pela maioria da população como sendo um produto informativo que transmite informações reais e verdadeiras, Bueno oferece uma importante contribuição, na medida em que formula e apresenta os cinco modelos de verdade, aparência e realidade na televisão. Esses modelos irão contribuir no esclarecimento e na análise dos dois telejornais que são objetos de estudo deste trabalho.

4.1 O GÊNERO TELEJORNAL

Arlindo Machado define o gênero telejornalístico como sendo o lugar em que se dão atos de enunciação a respeito dos eventos: “Sujeitos falantes diversos se sucedem, se revezam, se contrapõem uns aos outros, praticando atos de fala que se colocam nitidamente com o seu discurso com relação aos fatos relatados”.⁷⁰ Na maioria das vezes, as vozes do telejornal são identificadas (os repórteres e as fontes que têm lugar de fala). Nos telejornais, a notícia vem quase sempre personalizada por meio de legendas que especificam quem pode falar. Em algumas ocasiões, a legenda não designa quem fala, mas a origem do material audiovisual que está sendo exibido. Nesse caso, vale ressaltar que os indivíduos anônimos não têm expressividade, na medida em que, quando aparecem, não são identificados, continuam no anonimato e quase sempre têm suas falas utilizadas para reforçar uma fala autorizada.

José Carlos Aronchi de Souza explica que o gênero informativo telejornal pode ser definido também como um programa que apresenta características próprias e evidentes e com apresentador em estúdio chamando matérias e reportagens sobre os fatos mais recentes. Dada

a sua importância, as grades horárias da televisão podem deixar de apresentar um ou outro gênero, mas o telejornalismo ocupa espaço e visibilidade fundamentais para o conceito de rede de televisão. Portanto, o telejornal tem como dever informar, educar, servir, interpretar e entreter. Souza demonstra que nos telejornais é possível identificar apenas dois gêneros: o informativo e o opinativo. Os outros dois gêneros: diversional e interpretativo possivelmente não se adaptam à lógica dos telejornais.⁷¹

Ao partir desse ponto, Arlindo Machado diferencia os modelos centralizado e opinativo e o modelo polifônico. No primeiro, o âncora, apresentador, tem poderes de decidir sobre as vozes que entram e saem, portanto, de delegar voz aos outros e se torna fonte principal de organização dos enunciados.

O tipo polifônico pode ser chamado de moderno ou pós-moderno, no qual o apresentador aparece como uma voz que expressa a opinião mais esparsa ou mais difusa de um corpo de redatores. No modelo polifônico,⁷² o apresentador é um condutor, em geral, impessoal, cuja função principal é ler as notícias. O enunciado televisual se constrói mediante um discurso indireto com o apresentador chamando o repórter, que irá chamar o entrevistado. No modelo polifônico, também chamado de tradicional ou convencional, tanto apresentador quanto repórter evitam dizer o que pensam sobre a notícia.

Nessa linha argumentativa, Machado discorre acerca da objetividade e da imparcialidade que podem ser pontos discutíveis nos dois modelos:

Por sua vez, o modelo “polifônico” de telejornalismo pode ser acusado, não sem razão, de tentar mascarar o fato de que toda produção de linguagem emana de alguém, ou de um grupo, ou de uma empresa, portanto nunca é o resultado de um consenso coletivo, mas de uma postura interpretativa “interessada” diante dos fatos noticiados. No entanto, ao contrário do modelo anterior, ele não pode ser acusado de tentar contra a inteligência do espectador ou de pressupor qualquer incapacidade interpretativa por parte da audiência.⁷³

Ainda nessa discussão, Arlindo Machado faz uma importante ressalva, uma vez que acredita ser ingenuidade de outros autores a tentativa de provar que os telejornais não são neutros, objetivos e imparciais, refletindo, portanto, uma produção ideológica. Ele exemplifica:

⁷⁰ MACHADO, A. *A televisão levada a sério*. São Paulo: Senac, 2000, p. 104.

⁷¹ SOUZA, J. C. A. de. *Gêneros e formatos na televisão brasileira*. São Paulo: Summus, 2004, p. 151.

⁷² Atualmente, os dois telejornais analisados se enquadram nesse modelo. *O Jornal da Record*, na época em que tinha como âncora o jornalista Boris Casoy, enquadrava-se no modelo de telejornal opinativo.

⁷³ MACHADO, *op. cit.*, p. 109-110.

se a televisão coloca três opiniões favoráveis ao governo e apenas uma contra, não se pode daí deduzir que o espectador vai necessariamente endossar as opiniões majoritárias. Pode até ser que, a partir das opiniões apresentadas, ele forme uma terceira, nem sequer cogitada na tela.⁷⁴

Ou seja, mesmo que em um telejornal predomine matérias, entrevistas e depoimentos tomados de um dos lados do conflito, e da desconfiança de que a empresa tenha certa simpatia institucional com esse lado, não se pode concluir que o espectador vai fazer uma “leitura” previsível das imagens e dos sons veiculados. O autor completa afirmando que mesmo os telejornais opinativos não impedem os telespectadores de uma leitura individualizada e personalizada. Sendo assim, não se pode afirmar que, ao dispor de uma apresentação desigual dos argumentos, do tempo de argumentação, bem como das fontes que estão envolvidas em um conflito mediado pelo telejornal, o veículo necessariamente esteja se posicionando em relação ao assunto proposto.

Da mesma forma que a audiência pode ser responsável pelos rumos que a programação da televisão venha a tomar, é também essa audiência que muitas vezes é representada nessa estrutura comunicativa reprodutora de um simulacro do real. E, como já foi dito, esses simulacros são tão próximos da realidade sensível que, por vezes, é difícil perceber se a realidade objetiva é aquela, do lado de fora, ou a que se vê do lado de dentro do aparelho televisor.

Assim, alguns autores se dedicam e apontam para a necessidade de saber a natureza e como se compõe o público que vê televisão. Por ter um grande alcance, a televisão é uma estrutura abrangente que não distingue classe social, econômica ou cultural. Essa característica se revela um desafio para a produção jornalística, uma vez que o profissional tem de ter um cuidado com a maneira como irá tratar uma notícia, visto que ela será vista e ouvida por pessoas diferentes em diferentes contextos sociais e culturais. O envolvimento é mais uma característica da televisão que exerce fascínio e sedução sobre o telespectador, uma vez que o público estabelece uma relação de familiaridade com repórteres e apresentadores.

Do ponto de vista da composição, o público da TV é bastante diversificado. O modo como ele “vê” televisão também tem implicações importantes. Por exemplo, enquanto o telespectador assiste à televisão, ele pode ter sua atenção dividida entre atividades diferentes, o que pode ocasionar uma dispersão, uma perda parcial ou total da compreensão do material

⁷⁴ *Idem, ibidem*, p. 112.

imagético e sonoro que está sendo veiculado.

Entretanto, esse trabalho não tem a pretensão de se estender para um estudo de recepção, apesar de considerar a audiência televisiva, uma audiência especial. O que se propõe aqui é fazer um estudo sobre a representação dos indivíduos anônimos que compõem o conteúdo informativo, que, de algum modo, também são os receptores desse conteúdo.

A superficialidade é uma outra característica do texto televisivo e se justifica pelo alto custo das transmissões, acarretando um ritmo rápido que impede o aprofundamento e a análise da notícia no telejornal,⁷⁵ alterando a compreensão do público em relação ao conteúdo e a forma como os indivíduos anônimos são representados.

Maria Thereza Fraga Rocco, ao discutir a autoridade no discurso televisivo, afirma que existem falas que se sobrepõem, em importância e verdade, a outras.⁷⁶ Há situações em que se reconhece a qualidade e o domínio de um indivíduo sobre outro ou sobre uma situação. E isso é perceptível nas vozes do telejornal. É notório que, durante a sua produção, o telejornal privilegia uma fonte em detrimento de outra; bem como a maneira como serão dispostas e o lugar que elas vão ocupar no discurso televisivo (se aparecem em primeiro lugar ou por último) definem a fala que irá prevalecer dentro do contexto de determinada notícia. Do mesmo jeito, existem duas outras estratégias que podem ser utilizadas por um narrador: a do afastamento tático, diante de uma situação desfavorável; e a comunhão oratória, quando é necessário entrar em cumplicidade com os interlocutores.

Por isso, nesse trabalho é útil a distinção de Eni Orlandi⁷⁷ sobre as três formas de discurso:⁷⁸ polêmico, o lúdico e o autoritário. O discurso polêmico é aquele em que há uma polissemia controlada. Os interlocutores participam, mas não são livres para agir e dizer como pensam. O discurso autoritário, por sua vez, tem um baixo nível de polissemia e se realiza por meio de uma voz auto-suficiente que emite o discurso, nem sempre havendo, portanto, reais interlocutores. As marcas desse tipo de discurso são expressões do tipo: “dever”, “ser preciso”, “é porque é”. Ou seja, essas expressões são formas de legitimação que, segundo

⁷⁵ Na maioria dos casos, os indivíduos anônimos aparecem muito rapidamente no telejornal. O tempo na televisão é caro e escasso. Esse é um dos motivos que fazem com que esses indivíduos tenham pouca representatividade e expressão no telejornal brasileiro.

⁷⁶ ROCCO, M. T. F. As palavras na TV: um exercício autoritário?. In: NOVAES, A. (org.). *Rede imaginária – televisão e democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991

⁷⁷ ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento*. 2.ed. Campinas: Pontes, 1987.

⁷⁸ “É uma configuração de traços formais associados a um efeito de sentido, caracterizando a atitude do locutor em face de seu discurso e, por meio dessa, em face do destinatário” (*Idem, ibidem*, p.252).

Berger e Luckmann⁷⁹ são pré-teóricas.

Por isso, no que diz respeito ao discurso autoritário, M. G. Dyer afirma que o verbal, na televisão, quase sempre indica a relação antes e depois, mostrando-se sempre por meio de entrevistas e depoimentos, seja com pessoas comuns, seja com celebridades e *experts*, aparecendo como discurso definitivo e verdadeiro, não passível de ser desmentidos ou invalidados.⁸⁰ Quase sempre são utilizados imperativos, adjetivos superlativos, palavras usualmente curtas a fim de facilitar as repetições, utilizando-se de rimas, ritmo, aliterações e figuras de linguagem que geralmente se dão por meio de monólogos ou diálogos montados.

Sendo assim, as falas na televisão têm uma intencionalidade e podem ser tipificadas. Os depoimentos podem ser analisados a partir da pessoa que diz, do que diz e de que forma diz. Nas palavras de Rocco: “A pessoa que diz é a autoridade, portanto goza de prestígio e, por conseguinte, o que disser será acatado, sobretudo levando-se em conta a forma pela qual acaba por dizer algo. Assim o verbal interage com o pessoal, tornando-se indissociável”.⁸¹

Os padrões do noticiário televisivo, portanto, apresentam um conjunto de regras que levam a falhas e erros por conta dessa excessiva padronização da linguagem. A falta de pluralidade de fontes, a fragmentação e a espetacularização da informação, bem como a dramatização dos fatos são exemplos de como a televisão incorre em erros.

⁷⁹ BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 24.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

⁸⁰ DYER *apud* ROCCO, *op. cit.*, p. 242.

⁸¹ ROCCO, *op. cit.*, p. 243.

5. AS REPRESENTAÇÕES DOS INDIVÍDUOS ANÔNIMOS NA TELEVISÃO

Dada a importância assumida pela televisão no Brasil como um dos principais instrumentos de referencialidade para os indivíduos, o telejornal cumpre papel importante que é o de fornecer à população uma atualização da ação dos indivíduos, grupos e setores econômicos e políticos do País, tornando-se uma das principais estruturas comunicativas nacionais e desempenhando papel decisivo para a promoção da integração do País e na constituição de identidades.⁸² Boa parte da realidade que é apresentada ao indivíduo e o constitui é fornecida pelas notícias e pelos elementos que a compõe (fato, fontes, imagens e sons). Da mesma maneira, a representação que ele tem de si próprio é constituída pelas representações veiculadas na televisão.

Ao serem representados nos telejornais, os indivíduos anônimos reproduzem uma percepção retida na lembrança ou no conteúdo do pensamento dos grupos sociais, influenciando na configuração da realidade, interferindo nas percepções e na constituição da identidade grupal. Uma vez que essas representações⁸³ formam categorias de pensamento que expressam e explicam a realidade, justificando-a ou questionando-a, dependendo da intenção⁸⁴ ou da pretensão do telejornal. Ou seja, os indivíduos anônimos acabam por dizer qual é o sentido que o telejornal quer produzir ou reproduzir em dado momento para a sua audiência. Se for levado em consideração que somos indivíduos capazes de ter “visões de mundo”,⁸⁵ a representação da vida social e cotidiana, dos fenômenos e fatos sociais no telejornal reproduz uma ou mais visões de mundo que irão constituir um todo significativo para aqueles que são

⁸² WOLTON, D. *Pensar a comunicação*. Brasília: UnB, 2004.

⁸³ O conceito de representação social foi trabalhado explicitamente pela primeira vez por Émile Durkheim. Usado no mesmo sentido de representações coletivas, o termo se refere a categorias de pensamento por meio das quais determinada sociedade elabora e expressa a sua realidade. Essas representações não são dadas *a priori*. Surgem dos fatos sociais, transformando-se, elas próprias, em fatos sociais que podem ser observados e interpretados. As representações sociais são definidas por um grupo de fenômenos reais, dotados de propriedades específicas e que se comportam de maneira específica

⁸⁴ A intencionalidade e objetivos do telejornal já foram discutidos no item anterior.

⁸⁵ Essas visões de mundo são coletivas, são as concepções de mundo elaboradas pelos grupos dominantes que cada sociedade necessita ter para se manter.

os receptores do conteúdo telejornalístico. Dessa maneira, ao representarem uma visão de mundo, esses indivíduos têm valores e os reproduzem por intermédio de tipificações. Essas, por sua vez, fazem com que haja uma identificação entre o indivíduo que aparece na tela da televisão e o que está do outro lado, na condição de receptor. Os indivíduos, portanto, por meio das tipificações se reconhecem e reconhecem o outro significativo.

Essas representações são coletivas e traduzem a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que o afetam. Se determinada sociedade aceita ou condena certos modos de conduta, é porque entram em choque ou não com alguns dos seus sentimentos fundamentais. Para isso, é importante entender como essa sociedade se constitui, qual é a sua natureza e como os seus símbolos refletem uma estrutura pré-estabelecida entre interesses divergentes ou concorrentes dos grupos dominantes e dos grupos dominados⁸⁶ que determinam, de algum modo, a maneira de pensar da coletividade. Ou seja, a representação que uma coletividade tem de si mesma é o resultado de uma concorrência de interesses, onde prevalece a visão de mundo dos grupos mais favorecidos econômica e politicamente. O jornalismo, portanto, e, especificamente, o telejornalismo, ao reproduzir a tendência das forças hegemônicas,⁸⁷ sem autonomia de perspectiva diante dos fatos, legitima essas forças, em detrimento da informação e do seu potencial esclarecedor da realidade.

O modo, então, como o indivíduo é representado no telejornal, bem como a maneira como se apropria dessa representação dizem muito sobre a estrutura, a formação e a natureza de determinada sociedade. Grosso modo, a representação da estrutura da sociedade brasileira é perceptível ao ser representada pelos indivíduos anônimos no telejornalismo brasileiro, particularmente, no *Jornal Nacional* e no *Jornal da Record*, uma vez que esses dois, como foi demonstrado, têm os maiores índices de audiência. Os telejornais que mostraram, no mês de maio de 2006, o atentado do Primeiro Comando da Capital (PCC), facção criminosa em São Paulo, ofereceram à população uma representação de indivíduos fragilizados, em condição de desvantagem social, sem poder de ação, porque estavam passivos e submetidos às ações do PCC – Indivíduos anônimos que ganharam espaço nos dois telejornais como jamais fora visto antes.⁸⁸ O número e o tempo de depoimentos desses anônimos foram surpreendentes nesse

⁸⁶ O conceito de Durkheim é criticado por Marx uma vez que não considera essas relações de antagonismos e de poder.

⁸⁷ RIBEIRO, L. M. Comunicação, Cultura e Cidadania no Brasil. *Revista Comunicação e Espaço Público*, Brasília, ano IV, vol. 1, nº 2, dezembro de 2001.

⁸⁸ Telejornais gravados no dia 15 de maio de 2006, uma segunda-feira que mostrou o terror em São Paulo provocado pela atuação do grupo organizado PCC. Policiais, bombeiros e civis foram mortos, ônibus incendiados, e a população ficou à mercê, submetida ao terror que era espalhado.

dia. As várias falas eram reproduzidas e denotavam a falência, a miopia e a incapacidade do Estado diante do crime organizado; a insegurança nas ruas de São Paulo; a fragilidade das pessoas; a falta de poder de ação; o caos social demonstrado pela ausência de transporte público e privado (táxi), situações corriqueiras no telejornal, mas que foram evidenciadas especialmente nesse dia por conta das ações do PCC.

Por exemplo, a falta de planejamento urbano e de transporte, a falta de segurança que produz uma sociedade amedrontada, a deficiência de treinamento dos policiais, os baixos salários dessa classe formam o cotidiano da realidade da população brasileira. São, pois, situações corriqueiras que constituem o dia-a-dia, mas, no dia 15, tudo isso foi evidenciado pelos telejornais. Os indivíduos anônimos puderam falar e falaram muito mais do que geralmente falam. Tiveram voz, espaço, todavia, uma voz que demonstrava um clima de sofrimento, angústia e medo. O cotidiano do brasileiro, dessa vez, revelou-se na tela da televisão, só que de uma maneira muito mais acentuada. E a forma espetacular, repetitiva, fragmentada, dramatizada com que os fatos foram representados por meio das notícias provocou um estado de alerta, medo e comoção generalizados na população de todo o País.

Em um manual sobre os direitos do telespectador, Eugênio Bucci afirma que os indivíduos têm de ser protegidos do sensacionalismo que potencializa a violência e a criminalidade.⁸⁹ Pessoas humildes são, geralmente, presas como suspeitas, humilhadas e convertidas em atrações mórbidas para assegurar a audiência. Ao contrário, indivíduos com uma classe socioeconômica melhor não são extensivamente expostos na televisão. É essa a diferença entre indivíduos anônimos, que não têm seu direito a ter direitos assegurados pela ausência e a falha do Estado, em relação aos integrantes de classes sociais mais abastadas.

Desse modo, as imagens que a televisão e seus telejornais oferecem aos telespectadores cumprem importante papel, pois constroem a realidade dos indivíduos a partir de suas várias representações no conteúdo imagético, constituem uma identidade grupal a partir dos seus modos de ver o mundo, bem como são responsáveis pela constituição de um imaginário⁹⁰ no receptor que, algumas vezes, é também o emissor das mensagens.

⁸⁹ BUCCI, E. *Brasil em tempo de TV*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1996.

⁹⁰ O imaginário, conforme discussão de Maria Rita Kehl, é uma forma inconsciente produzida a partir da realidade e dos fatos sociais que constituem o conteúdo da televisão

6.1 AS REPRESENTAÇÕES DOS INDIVÍDUOS ANÔNIMOS NA TELEVISÃO BRASILEIRA

Armand e Michèle Mattelart acreditam em um retorno do indivíduo a partir de uma nova configuração da relação sociedade civil e Estado, mas questionam também qual é a importância desse indivíduo para a construção da cidadania e da democracia cotidiana, já que a posição dos indivíduos anônimos sempre foi desfavorecida nos órgãos e instituições existentes.⁹¹ É possível afirmar que no telejornal, os indivíduos anônimos não têm representatividade, poder de ação e não constroem a realidade social sob sua ótica, mas sob a ótica da televisão, da emissora ou do grupo de comunicação, tendo excluída toda a sua possibilidade de mobilização, mesmo em uma nova ordem, na qual esses indivíduos são os responsáveis pelo financiamento e manutenção dessa importante estrutura comunicativa chamada televisão.

Sobre essa questão das fontes, Nelson Traquina chega à conclusão de que nem todos os agentes sociais são iguais no seu acesso aos jornalistas e de que as fontes de informação oficiais são aquelas dominantes na produção de notícias.⁹² Isso porque as fontes não são iguais. Uma vez que tiverem poder, serão procuradas pelos jornalistas. Caso contrário, dificilmente serão abordadas pelos profissionais da informação. Esses indivíduos anônimos que não têm poder não são procurados até que suas ações produzam notícias de desordem social ou moral. Dessa maneira, o autor reforça a condição desfavorável e hierárquica das falas no telejornal, pois as fontes oficiais são consideradas credíveis, de fácil acesso e, por isso, colaboram com a estrutura e a rotina produtiva das redações, sendo, então, consideradas definidores primários para uma notícia.

Por outro lado, os que não têm acesso ao telejornal precisam recorrer a um acesso

⁹¹ MATTELART, A.& MATTELART, M. *Pensar as mídias*. São Paulo: Loyola, 2004.

desordenado para conseguir espaço na televisão. Essas fontes compostas por indivíduos anônimos têm de “fazer notícias” de algum modo invadindo os preparativos contínuos da realização das notícias, gerando surpresa, choque, comoção ou alguma forma mais violenta de perturbação. E isso é o que acontece geralmente nos dois principais telejornais quando essas falas são representadas – em desvantagem social, exprimindo sofrimento, dor e humilhação. Em função da permanente necessidade de renovar os conteúdos produzidos e expostos na televisão, há, na atualidade, uma crescente abertura para a representação das experiências da vida cotidiana de segmentos os mais diversificados da sociedade.

Cresce a criação de gêneros televisivos que se baseiam em indivíduos anônimos como objeto de exposição de práticas, comportamentos e valores. Por exemplo, programas de auditório onde são convidados indivíduos que expõem suas intimidades, dificuldades, aberrações genéticas e fragilidades.

Na mesma proporção, crescem documentários que utilizam indivíduos anônimos e grupos sociais que, em geral, não eram representados, como fontes de informação para contarem suas histórias, seus “casos” de vida, como e de que forma vivem, o que fazem. São histórias, pautas que surgem do cotidiano, quando, por exemplo, são mostradas mulheres que do artesanato tiram sua renda e sustentam uma família. São os chamados “exemplos” de indivíduos que superam os limites e obstáculos que as desigualdades existentes no Brasil lhes impõem, bem como as falências e ausências do Estado.

Dessa maneira, em documentários, há uma nova forma de representar esses indivíduos anônimos, como observa Armand e Michèle Mattelart quando discute o retorno desses indivíduos.⁹² Essa nova forma, esse retorno do indivíduo comum é o resultado da necessidade de dinamizar o conteúdo televisivo. Histórias belas que emocionam pela perseverança de homens e mulheres comuns, capazes de se sobressair com suas habilidades, conhecimentos e técnicas. Indivíduos anônimos que são representados e ganham, cada vez mais, espaço em gêneros televisivos especiais.

Nos telejornais, sobretudo, a recorrência de imagens e representações de indivíduos fragilizados é preponderante. Raras são as vezes em que os telejornais representam esses

⁹² TRAQUINA, N. *Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*, vol. 2. Florianópolis: Insular, 2005.

⁹³ MATTELART & MATTELART, *op. cit* Mantém-se aqui a utilização do termo “indivíduo” mesmo tendo o autor utilizado o termo “sujeito”.

indivíduos com algum poder de ação, fala, capacidade criadora e realizadora, como sujeitos ou como cidadãos. Conforme a definição dada por José Murilo de Carvalho a respeito dos três tipos de cidadãos,⁹⁴ é válido ressaltar que a segunda e a terceira classes são os indivíduos que são representados no telejornal sem poder de ação, reforçando mais uma vez um discurso vertical, em que há prevalência das fontes oficiais sobre as fontes oficiosas e personagens.

⁹⁴ CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil – o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

6. INDIVÍDUOS ANÔNIMOS: O PANO DE FUNDO DO *JORNAL NACIONAL*

O *Jornal Nacional*, telejornal da Rede Globo, tem duração de aproximadamente trinta minutos e, conforme descrito em capítulo anterior, segue o modelo “padrão Globo de qualidade”. Com um formato definido, o *Jornal Nacional* se consagrou no Brasil como o telejornal de maior índice de audiência e foi o pioneiro no que diz respeito à técnica e à qualidade audiovisual. O *Jornal Nacional* foi responsável por oferecer formato e padrão para outros telejornais. Um outro exemplo é o *Jornal da Record*, que aproveitou o modelo do pioneiro que “deu certo”. Por isso, existe hoje uma concorrência acirrada pela audiência do *Jornal da Record* com o jornal da Rede Globo.

Para garantir esse “padrão Globo de qualidade”, o telejornal é apresentado quase sempre pelo casal de jornalistas William Bonner e Fátima Bernardes, que, de certa forma, são uma representação da família brasileira na televisão. É nesse horário que muitos brasileiros estão sentados à frente do aparelho televisor para se informar sobre os principais fatos que aconteceram no Brasil e no mundo.⁹⁵ O período analisado – 4 de julho a 24 de agosto de 2006 – constituiu duas semanas num total de 14 telejornais analisados. Tem-se, com isso, um panorama do *Jornal Nacional* no que diz respeito ao formato, ao conteúdo, às temáticas, à técnica e à representação dos indivíduos anônimos.

A amostra revelou que o *Jornal Nacional* apresentou 206 produções jornalísticas que variavam em formato. Desse total, 97 eram matérias,⁹⁶ 40 eram notas cobertas,⁹⁷ 25 notas secas,⁹⁸ 30 eram passagens ao vivo.⁹⁹ É possível afirmar que o *Jornal Nacional* apresentou o conteúdo informativo de maneira menos fragmentada no que diz respeito à apresentação das

⁹⁵ William Bonner, editor chefe do *Jornal Nacional*, em palestra conferida à Universidade de Brasília, em 2005 definiu que notícia para o telejornal é “tudo aquilo que de mais importante aconteceu no Brasil e no mundo”.

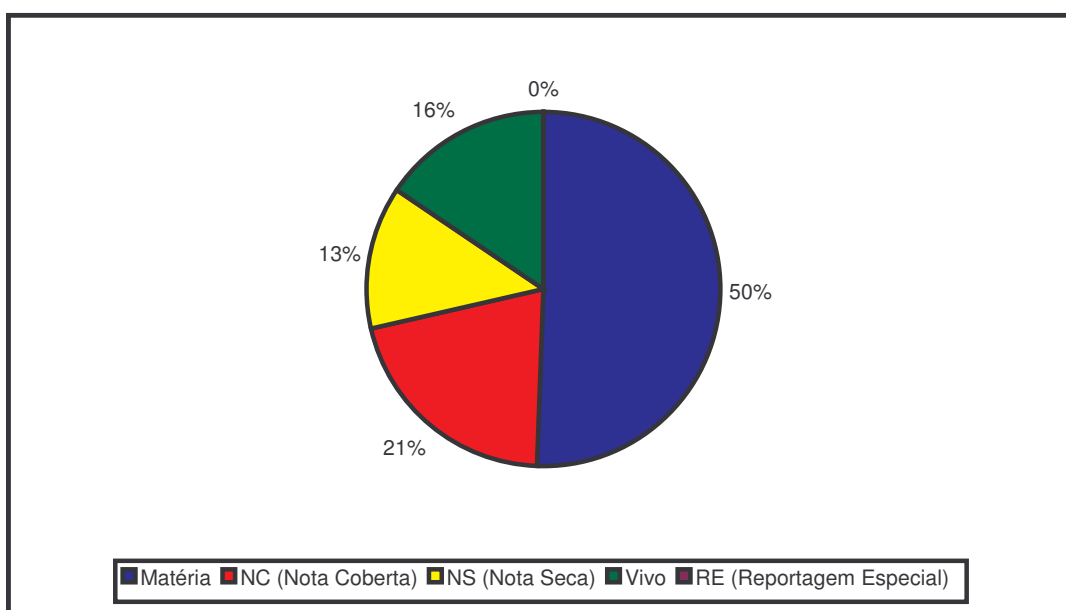
⁹⁶ O termo matéria refere-se ao formato telejornalístico que apresenta o conteúdo por intermédio da fala do apresentador que chama um repórter e, esse, por sua vez, introduz um ou mais entrevistados, com imagens do fato noticiado. Esse formato geralmente tem começo, meio e fim.

⁹⁷ O termo nota coberta refere-se ao texto lido pelo apresentador em estúdio com imagens do fato.

⁹⁸ Nota seca corresponde ao texto lido pelo apresentador em estúdio, mas sem imagem do fato.

produções informativas, já que na análise diária, o telejornal tinha um caráter mais rápido e menos contextualizado, considerando o fato de a duração das produções jornalísticas em questão serem de curta a média. As matérias, as notas cobertas e as passagens ao vivo tiveram, em sua maioria, uma duração mais longa do que as notas secas.

GRÁFICO 1 – Formatos presentes no conteúdo do *Jornal Nacional*



FONTE: FERREIRA, Fernanda V. Elaborado a partir de dados coletados em edições do *Jornal Nacional*. Brasília, 2007.

No *Jornal Nacional*, conforme demonstra o gráfico 1 o número de matérias manteve-se como um dos maiores índices do gráfico, perdendo apenas em um período para o número de notas secas que cresceu, vertiginosamente, na amostra entre os dias 23 e 31 de maio de 2006, quando o houve maior incidência dos ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC)¹⁰⁰ na cidade de São Paulo, no interior do estado e do País. As matérias do *Jornal Nacional*, em geral, têm início na bancada, quando o apresentador lê a cabeça (parte

⁹⁹ O termo passagem ao vivo diz respeito ao momento em que o repórter está cobrindo o fato, podendo se desdobrar em imagens ao vivo, quando o repórter comenta, mas não aparece.

¹⁰⁰ A facção criminosa PCC é a maior e mais organizada do país na atualidade. O PCC foi criado por oito presos, em 31 de agosto de 1993, no anexo da Casa de Custódia de Taubaté (130 km de SP), no Piranhão, tida naquela época como a prisão mais segura do Estado. O chefe do PCC é Marcos Willians Herbas Camacho, que está preso e dentro da amostra foi objeto de matérias jornalísticas (FOLHA DE S. PAULO. *Facção criminosa PCC foi criada em 1993*. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u121460.shtml. Acessada em: 9 de março de 2007).

introdutória) do assunto e segue com o conteúdo de uma externa (conteúdo que o repórter traz das ruas), que pode conter sonora (fala dos entrevistados), passagens do repórter, *off* (imagens cobertas pela voz do apresentador ou repórter), além de recursos gráficos para melhor ilustrar o conteúdo.

Sob o ponto de vista dos formatos apresentados no telejornal, as notas cobertas representaram, no *Jornal Nacional*, o segundo formato em número de ocorrência, depois das matérias, e eram responsáveis pelo ritmo dado ao conteúdo. Elas apareceram normalmente quando o assunto esteve ligado à editoria internacional e diziam respeito aos conflitos ocasionados por disputas territoriais, étnicas ou religiosas, como massacres de civis iraquianos por fuzileiros navais estadunidenses; notícias referentes à morte, no norte de Bagdá, do terrorista mais procurado do Iraque; atentado a uma mesquita xiita na qual foram mortas onze pessoas e 25 ficaram feridas em Bagdá; forças internacionais que mataram mais de 200 talibãs no Afeganistão; atos terroristas que mataram 48 pessoas e deixaram 90 feridas em Hilla e Baquda, no Iraque; notícias que mostraram Israel invadindo o Líbano na tentativa de resgatar soldados israelenses seqüestrados pelos terroristas e guerrilheiros do Hezbollah; assuntos ligados às questões climáticas que provocavam tragédias, como o vulcão do Monte Merapi, na Indonésia, que deixou uma grande nuvem de fumaça na região e provocou pânico nos moradores, deixando dois soterrados em Java, terremotos na Indonésia, deixando mais de 5.800 mortos na Ilha de Java; uma tempestade de granizo que castigou moradores da Espanha; ondas de calor que provocaram a morte de cem pessoas nos Estados Unidos; a nevasca na Cordilheira dos Andes que fechou a principal rodovia que liga o Brasil ao Chile; e acordos comerciais entre países que compõem o Mercosul e entre Brasil e Estados Unidos.

Na amostra analisada, as notas cobertas também serviram para representar os ataques do PCC no Brasil. Muitas vezes o telejornal se utilizou desse formato para representar o mapa da ação do crime organizado no País, mostrando cidade por cidade, com uma leitura tensa e ritmo que alternava entre rápido e acelerado, dependendo da idéia que o telejornal queria passar em relação à matéria.

O terceiro formato em número de ocorrência do *Jornal Nacional* foram as notas secas (podem ter a função de nota pé, lida ao final da matéria apresentada), as quais são caracterizadas pela fala do apresentador na bancada do telejornal, geralmente finalizando e atualizando a matéria ou o conteúdo ao vivo apresentados anteriormente. As notas secas lidas pelo apresentador quase sempre tinham um tom de indignação em relação ao fato noticiado ou

com algum juízo de valor, principalmente quando se referiam à violência e ao caos estabelecido pelo crime organizado naquele período.¹⁰¹ O *Jornal Nacional* utilizou notas secas para emitir opiniões, mesmo que sutis, acerca dos fatos apresentados. O telejornal emitiu sutilmente sua opinião quando noticiou assuntos ligados aos ataques do PCC e quando os apresentadores liam notas divulgadas por políticos à imprensa retratando algum assunto discutido antes. Nesses casos, o tom de juízo de valor ficava claro nas notas secas apresentadas.

Um outro formato a ser destacado refere-se às passagens ao vivo do repórter. Essas não foram utilizadas em excesso pelo telejornal, uma vez que requerem equilíbrio e devem ter curta duração para que o telespectador não se canse do assunto apresentado e o telejornal mantenha ritmo de apresentação dos fatos. Além disso, as passagens ao vivo requerem aparato tecnológico e preparo do repórter. Caso contrário, as imagens ao vivo devem ser dispensadas sob risco de comprometerem o conteúdo e a credibilidade do telejornal. Seguindo esses parâmetros, no *Jornal Nacional*, a utilização da cobertura ao vivo se justifica quando é necessário atualizar o assunto e quando o telejornal dispõe do repórter no local, podendo mostrar imagens, ou ainda, com a finalidade de conferir um tom de maior realidade e concretude aos fatos apresentados.

O maior índice de cenas ao vivo foi no dia 26 de junho, quando foram apresentados assuntos ligados a violência na editoria de polícia. Geralmente, o telejornal dispôs de helicóptero e de repórter para mostrar, com imagens aéreas, as dificuldades e os transtornos ocasionados para a população da cidade de São Paulo por ocasião da ação do crime organizado. O telejornal, ao utilizar as passagens ao vivo, tentou prender a atenção do telespectador, que tenderia a se chocar com o caráter real das imagens.

Há de se destacar, entretanto, que a amostra também é caracterizada pela ocasião da realização da Copa do Mundo. Nesse período, a jornalista Fátima Bernardes, que participou da cobertura jornalística, fez diversas passagens ao vivo, mostrando a preparação da seleção

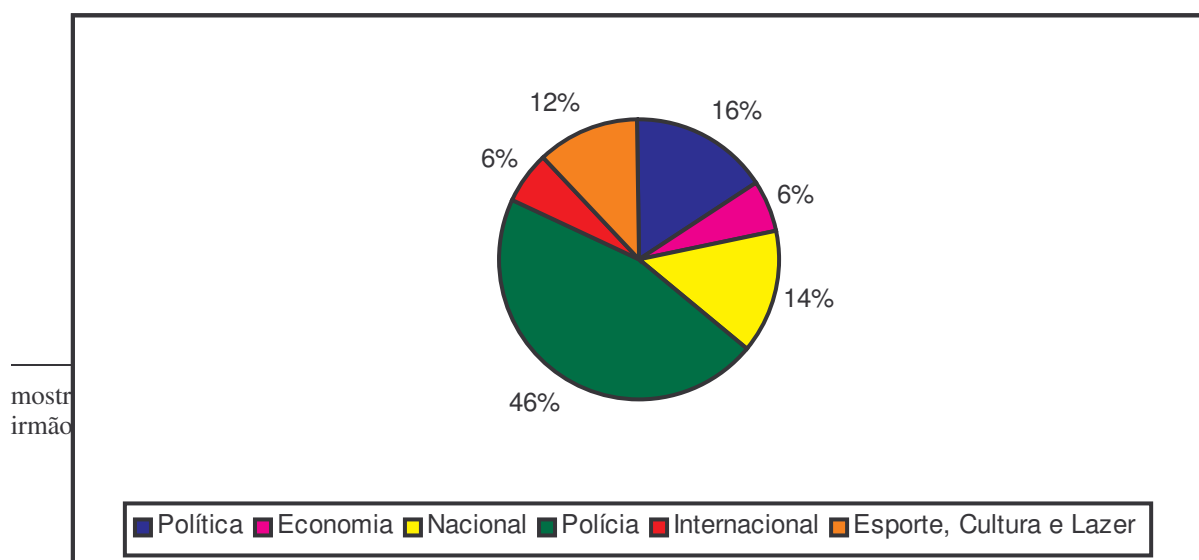
¹⁰¹ É válido ressaltar que a maior parte dos fatos noticiados em relação à editoria de *polícia* dizia respeito aos ataques do PCC a São Paulo, região metropolitana, cidades do estado, e outras cidades do País, como Campo Grande, em Mato Grosso do Sul; Vitória, no Espírito Santo; e no Rio de Janeiro. Outras ocorrências de crimes foram relativas ao tráfico de combustível, em que cidadãos foram presos por transportar gasolina da Argentina R\$ 1,00 (um real) mais barata do que a vendida no Brasil, presos suspeitos de falsificar documentos para receberem dívidas de empresas estatais e, ainda, violência entre torcidas organizadas, como foi o caso da torcida do Grêmio, punida pelo time depois das cenas de violência mostradas por cinegrafistas durante a final de um dos jogos. Pessoas presas por roubos e assaltos à mão armada na conhecida Rua 25 de março, em São Paulo, foram

brasileira e também apresentou chamadas para a programação da Copa do Mundo e dos jogos que seriam transmitidos pela Rede Globo. Estratégias de jogos, a preparação da seleção, a opinião dos jogadores sobre a Copa, notícias divulgadas sobre a situação física dos atletas, além do ânimo e da disposição de cada um durante os treinos e jogos. Somente no dia 26 de junho, foram apresentadas nove matérias sobre esportes; entre as quais, seis da seleção brasileira e três de outros times que disputaram a Copa do Mundo, como Portugal, Itália e França.

Fato curioso, no período analisado, o *Jornal Nacional* não apresentou uma reportagem especial ou entrevista sequer. Apesar de não ter apresentado qualquer desses dois formatos, o telejornal esporadicamente expôs alguma temática por meio das matérias e que, dependendo da relevância, se tornou objeto de reportagem especial. No que diz respeito às entrevistas, entretanto, o telejornal raramente se utiliza desse formato. O *Jornal Nacional* tende a recorrer a esse tipo de formato quando, em ano eleitoral, é necessário fazer a rodada de entrevista com os candidatos, ou ainda, quando há um assunto extremamente polêmico e de abrangência nacional que requeira a presença do entrevistado no estúdio.

Nesse sentido, os formatos apresentados na amostra estiveram insertos em temáticas específicas, que, no jargão jornalístico, são chamadas de editorias. Para entender as representações dos indivíduos anônimos no *Jornal Nacional*, foi necessário apontar, por meio do gráfico 2, a variação temática e o índice de aparição de cada uma das editorias nas quais foram inseridos os indivíduos anônimos.

GRÁFICO 2 – Editorias nas quais foram representados os indivíduos anônimos no *Jornal Nacional*



FONTE: FERREIRA, Fernanda V. Elaborado a partir de dados coletados em edições do *Jornal Nacional*. Brasília, 2007.

Ao observar o gráfico, é possível afirmar que a editoria de polícia é a que teve o maior número de representações dos indivíduos anônimos em relação a todo o conteúdo em que apareceram representados. Do total do telejornal, 46% das vezes em que os indivíduos anônimos foram incluídos nas produções jornalísticas, sua representação estava direta ou indiretamente ligada a assuntos como violência, crimes e tragédias que ocorriam, principalmente em São Paulo, no Rio de Janeiro e no interior do País, por ocorrência dos ataques do PCC, como mencionado anteriormente. Dessa forma, os indivíduos anônimos representados quase sempre eram protagonistas da violência ou sofriam a ação da criminalidade.

Aqueles que protagonizavam os crimes (10%) foram cidadãos de terceira classe, em sua maioria, sem educação formal, pertencentes a classes sociais mais desfavorecidas, moradores de favelas e morros nos grandes centros urbanos, pertencentes a facções criminosas, principalmente ao PCC, e eram representados sendo presos, promovendo desordens sociais ou provocando pânico nas cidades e em presídios em todo o País. Ademais, existiam aqueles indivíduos anônimos representados que eram moradores de favela, aposentados, parentes de policiais mortos, donas-de-casa, pedreiros e motoristas, ou seja, foram indivíduos da primeira e segunda classe. No total, os indivíduos anônimos que foram fontes do telejornal, representaram cerca de 15% dos 46%.

As fontes oficiais da editoria de polícia eram, geralmente, delegados de polícia, o secretário de Segurança Pública de São Paulo, o secretário de Administração Penitenciária, representantes do Departamento Nacional de Penitenciárias e o governador do estado de São Paulo. Nessa editoria predominou o uso de fontes oficiais representando um total de 85% das fontes utilizadas, enquanto o uso de fontes oficiosas quase não teve significância, visto que, quando o representante do Movimento Nacional dos Direitos Humanos foi citado, não pôde falar ao telejornal.

Outra editoria que noticiou violência foi a internacional, quando retratou a situação vivida por brasileiros em meio a conflitos no sul do Líbano. Nesse período, matérias divulgaram as ações diplomáticas brasileiras mostrando que autoridades do Brasil estavam

fazendo de tudo para resolver os problemas desses cidadãos, em torno de 1,6 mil pessoas envolvidas nesses conflitos. Aviões foram enviados no sentido de resgatar os brasileiros que não foram representados pelo telejornal, mas tiveram sua situação de risco publicizada. Nessa matéria, a idéia passada foi a de que o Brasil faria de tudo para resolver a situação, demonstrando um Estado forte e capaz de sanar os problemas de seu povo. Em menor proporção, 16%, os indivíduos anônimos foram representados na editoria de política. Nesse caso, o eram apenas por imagem e não falavam para o telejornal. Essa temática tinha como fontes de informação as de caráter oficial (70%), que sempre foram identificadas por legenda e correspondiam ao alto escalão do governo (presidente da República, ministros da Justiça, da Fazenda, do Trabalho, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, deputados, governadores, principalmente do estado de São Paulo, presidente do Senado, e presidentes das Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs) do tráfico de armas, ambulâncias e dos Conselhos de Ética que investigavam os casos de corrupção). As fontes oficiais representaram 100% da editoria de política, na qual não houve participação de indivíduos anônimos, salvo quando funcionavam como pano de fundo para o conteúdo do telejornal, representados apenas por imagens rápidas e, muitas vezes, desfocadas.

A editoria nacional, com um percentual de 14% em relação à totalidade da amostra, tratou de assuntos ligados a saúde, educação e infra-estrutura. Nessa editoria, os indivíduos anônimos normalmente eram apresentados sofrendo com a falta de infra-estrutura, a precariedade do atendimento na rede pública de saúde e em matérias que buscaram demonstrar a carência de educação básica e formal dos brasileiros. Os indivíduos ofereceram os seus relatos ao telejornal e contaram as suas angústias que viviam pela ausência do Estado nessas áreas. Os assuntos mais comuns diziam respeito à educação superior, em que movimentos de organizações que lutam contra a discriminação racial, como a Educafro, bem como o Movimento dos Sem-Universidade e a Associação Nacional dos Dirigentes do Instituto Federal de Ensino Superior (Andifes) eram fontes oficiais de informação; a temática de saúde também foi importante, visto que doenças desconhecidas faziam vítimas no Rio Grande do Norte e no Maranhão, nesse caso, as fontes oficiais eram médicos, pediatras, secretários de estado de saúde; matéria sobre a necessidade de doar sangue, na qual pôde contribuir a diretora do hemocentro Hemorio; matérias que noticiaram desmoronamentos e chuvas que deixaram desabrigados e cidades em estado de calamidade pública, como Xaxim, em Santa Catarina, e aquelas que mostravam a situação dos aeroportos e, sobretudo, da venda da Varig.

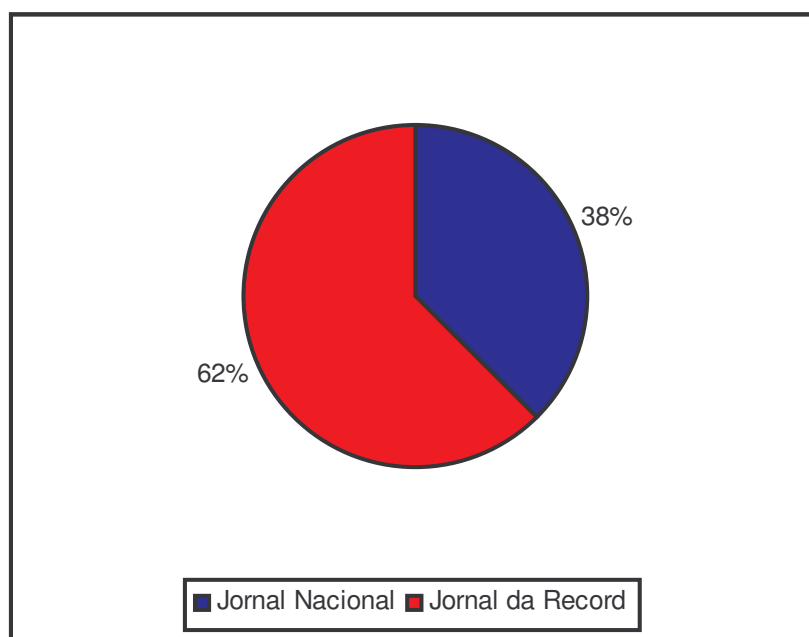
Nessa editoria, poucos indivíduos anônimos falaram para o telejornal, apenas donas de casa desabrigadas pelas chuvas e pessoas que faziam campanha para que mais indivíduos contribuíssem doando sangue. Sobre a venda da Varig, indivíduos anônimos (passageiros) puderam falar para o telejornal, entretanto, mesmo que tratando de um assunto em que demissões seriam inevitáveis, o telejornal não ouviu os trabalhadores da Varig. Nesse assunto, as principais fontes foram as oficiais, tais como juízes encarregados de analisar o processo de venda da empresa e representantes e diretores da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

A editoria de esporte destacou-se pela presença dos indivíduos anônimos de maneira menos negativa do que nas editorias anteriores. A área de esporte foi a que teve maior relevância em comparação com as temáticas que envolveram cultura e lazer na amostra, e tratou de assuntos ligados à Copa do Mundo, enfatizando, principalmente, a seleção brasileira. Torcedores adultos, jovens e crianças foram representados de maneira positiva no telejornal, acreditando nos jogadores da seleção brasileira e fazendo de tudo para ver os jogos da seleção na Alemanha – como uma torcedora que não havia conseguido comprar entradas para o treino, mas em um pequeno espaço dizia conseguir ver tudo, e, mesmo que daquela forma, ela estava satisfeita.

Na editoria de economia, os assuntos que envolveram os indivíduos anônimos estiveram ligados ao mercado de trabalho e aos direitos dos trabalhadores. Nesses casos, os indivíduos foram retratados por imagem ou ainda por imagem e fala. Geralmente, foram representados de maneira positiva¹⁰² em matérias que mostraram índices de admissões e pesquisas indicando que havia aumentado o número de pessoas com mais de 50 anos e estavam no mercado de trabalho. Os depoimentos de comerciantes e profissionais liberais demonstraram que eles não queriam sair do mercado de trabalho porque se sentiam ativos, tinham a responsabilidade de sustentar a família, mas preferiam ser patrões porque, dessa forma, sentiriam mais liberdade para trabalhar. Uma outra matéria sobre o crescimento da economia e do Produto Interno Bruto (PIB) da indústria e da construção civil representou um carpinteiro otimista com o mercado de trabalho. As matérias nas quais os indivíduos anônimos foram representados reclamando seus direitos, por sua vez, a cidadania que exerciam foi passiva, como foi o caso da matéria que mostrou que consumidores queriam saber quantos impostos pagavam pelos produtos. Apenas uma consumidora foi representada e se mostrou indignada com a falta de conhecimento da classe dos consumidores.

Dentro dessa compreensão, fez-se necessário discutir a representação desses indivíduos anônimos em termos quantitativos. Uma importante observação a ser feita é que das 206 produções jornalísticas, 48 delas contaram com a representação desses indivíduos, seja por meio de imagem, fala ou imagem e fala. Tomando o período de análise como referência, esse dado mostra que os indivíduos anônimos estiveram presentes em 23,3% do conteúdo do *Jornal Nacional*, de forma que nos outros 76,7%, não foram representados e, por conseguinte, não foram incluídos no conteúdo do telejornal, tanto no que diz respeito à imagem quanto à fala.

GRÁFICO 3 – Representação dos indivíduos anônimos no *Jornal Nacional* e no *Jornal da Record*



FONTE: FERREIRA, Fernanda V. Elaborado a partir de dados coletados em edições do *Jornal Nacional* e *Jornal da Record*. Brasília, 2007.

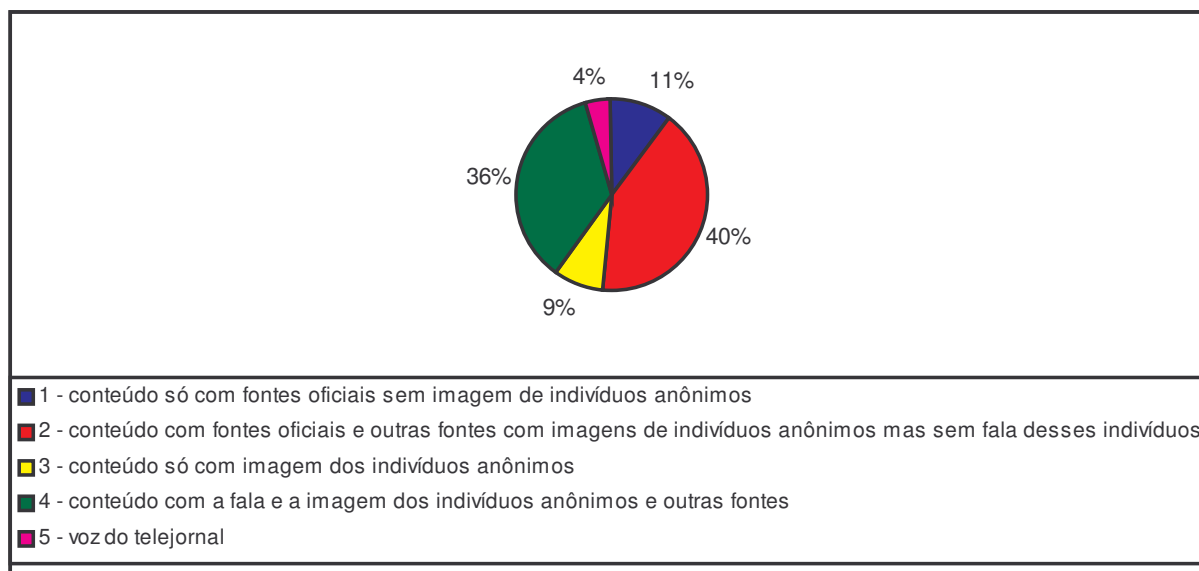
Os indivíduos anônimos em geral foram representados em matérias jornalísticas e, algumas vezes, por meio de imagens em notas cobertas. Entretanto, para entender como esses

¹⁰² “Foi no mesmo dia que eu fui contratado. No mesmo dia. Cheguei, tava precisando e encaixei”, conta Cival – carpinteiro (Edição do *Jornal Nacional* de 31 de maio de 2006).

indivíduos participaram do conteúdo do telejornal, foi necessário criar algumas categorias de análise que garantiram maior clareza e precisão na forma como eles foram incluídos ou excluídos do conteúdo.

Conforme é possível visualizar no gráfico 4, as categorias criadas para enquadrar as fontes utilizadas no conteúdo do *Jornal Nacional* mostraram que é possível haver a presença de conteúdo só com a fala das fontes oficiais sem a presença de imagem e fala dos indivíduos anônimos; com a fala das fontes oficiais e outras fontes (oficiosas e *experts*) com a imagem dos indivíduos anônimos, mas sem a fala desses indivíduos; conteúdos só com a imagem dos indivíduos anônimos sem imagem de outras fontes; conteúdos com a fala e a imagem dos indivíduos anônimos e outras fontes e, por último, uma categoria para analisar, principalmente, as notas cobertas que apresentaram o conteúdo apenas com a voz do telejornal.

GRÁFICO 4 – Categorias de fontes no *Jornal Nacional*



FONTE: FERREIRA, Fernanda V. Elaborado a partir de dados coletados em edições do *Jornal Nacional*. Brasília, 2007.

De acordo com o gráfico apresentado, pode-se entender que a categoria de maior ocorrência no *Jornal Nacional* é a que representa o conteúdo com fontes oficiais e outras fontes (oficiosas e *experts*), com imagem dos indivíduos anônimos, mas sem a fala deles. Essa

categoria apareceu 19 vezes e representou aproximadamente 40% do conteúdo do telejornal. Esse dado reafirma o dado anterior, que demonstra que os indivíduos anônimos foram representados em uma pequena fatia do conteúdo do *Jornal Nacional*. Isso significa que os indivíduos anônimos não foram incluídos (imagem e fala) em 60% do conteúdo telejornalístico apresentado na amostra analisada.

Essa categoria se refere ao material em que as fontes oficiais e as outras fontes foram as únicas referências para o assunto, as quais realmente tiveram poder de intervenção sob o curso dos fatos. Muitas vezes, a temática estava ligada direta ou indiretamente aos indivíduos anônimos, mas eles não eram representados nem como pano de fundo ou paisagem por meio de imagem e também não eram convidados a participar da discussão do fato noticiado. Essas fontes variaram entre as fontes da esfera privada e as da esfera pública. As falas que geralmente pertenciam, sobretudo às instituições públicas, foram, por exemplo, as falas do Presidente da República, de governadores de estado, ministros, especialistas nas áreas de economia, política e saúde. Além dessas, observou-se a presença de fontes oriundas da esfera privada, tais como as fontes oficiosas, compostas por representantes de classes (sindicatos e organizações não governamentais).

No período que compreendeu as edições dos dias 16 e 24 de junho, 12, 20 e 31 de julho, nas quais as fontes oficiais ligadas às instituições públicas prevaleceram em relação às outras, é possível afirmar que a temática mais frequente disse respeito às editorias de polícia e de política. Nas matérias na área de política, os indivíduos anônimos praticamente não apareceram, ou seja, não participaram. É como se a arena política fosse um espaço em que não coubesse a participação popular, mesmo que assuntos como violência urbana, roubos, assaltos e investigação de esquemas de corrupção, articulações partidárias não estivessem diretamente ligadas à cotidianidade e não interferissem na vida do brasileiro.

Outra característica do *Jornal Nacional* que pôde ser observada e deve ser salientada é a de o telejornal evitar a apresentação de indivíduos anônimos no conteúdo, principalmente na editoria de política. Quando esses foram representados apareceram em imagens de pano de fundo, como uma paisagem, sem poder de intervenção sob o curso dos fatos noticiados. O *Jornal Nacional* não deu espaço aos indivíduos anônimos, a despeito de esse procedimento ser imprescindível para a compreensão geral dos fatos, como, por exemplo, as matérias que estavam relacionadas às eleições e à alteração na legislação, votações no Congresso Nacional.

A segunda categoria de maior ocorrência é a que se enquadra no conteúdo com a fala e a imagem dos indivíduos anônimos, além de outras fontes (oficiais, oficiosas e *experts*). Essa categoria teve dezessete ocorrências, o que significa aproximadamente 36% do conteúdo do telejornal. De acordo com a amostra, os períodos com maior índice de vezes em que os indivíduos anônimos e outras fontes falaram e foram representados por imagem corresponderam aos dias 16 de junho, 20 e 31 de julho, totalizando, só nesses dias, dez matérias que se enquadraram nessa categoria.

Em contrapartida, nos dias 23 de maio, 8 e 26 de junho e 24 de agosto, nenhuma matéria teve a presença dos indivíduos anônimos juntamente com outras fontes por meio de imagem e fala. Essas datas marcaram os períodos em que as temáticas recorrentes foram: violência, política, economia, problemas de saúde pública que atingiam a população. Todavia, os indivíduos anônimos não participaram da discussão. Como dito anteriormente, o telejornal em questão costuma evitar a utilização de fontes (personagens) comuns, recorrendo quase sempre às de vínculos institucionais, principalmente às falas ligadas ao Estado, deixando de lado a dos que muitas vezes estão envolvidos diretamente com os assuntos que constituem a pauta.

Ainda sobre o número de ocorrência das categorias das fontes utilizadas no *Jornal Nacional*, a terceira dizia respeito ao conteúdo que contém somente fontes oficiais e não apresentam nem a fala nem a imagem dos indivíduos anônimos. Essa categoria aparece cinco vezes, representado 11% do total. Nesse caso, percebeu-se a utilização apenas da fonte oficial, em que os indivíduos anônimos efetivamente não foram incluídos no conteúdo. Nesse caso, as matérias que apresentaram apenas fontes oficiais foram as ligadas à editoria de política, tratando de CPIs que aconteciam no Congresso Nacional.

Com menor proporção, a categoria seguinte que apresentou apenas imagens dos indivíduos anônimos estava ligada às editorias de polícia e de esporte. No período em que essas categorias apareceram na amostra, o telejornal apresentava fatos ligados à violência urbana, conforme mencionado, e à Copa do Mundo, além de uma matéria que mostrou brigas de torcidas organizadas em estádios de futebol. Muitas vezes, os indivíduos anônimos validavam o que a emissora propunha que os telespectadores pensassem a respeito do assunto e ficavam apenas como pano de fundo ou tinham função meramente ilustrativa. Essa categoria representou 4% de todo o conteúdo produzido pelo *Jornal Nacional*.

O telejornal também marcou o seu lugar de fala quando apresentou notas secas que continham, implicitamente, o discurso da emissora sobre os fatos sociais. A categoria que analisou a presença da voz do telejornal como fonte informativa mostrou que em 4% do conteúdo, o *Jornal Nacional* deixou implicitamente suas opiniões em relação aos fatos noticiados, uma delas em 31 de maio e outra em 20 de julho, quando o assunto dizia respeito à ação do crime organizado no Brasil. O telejornal terminou o assunto com juízos de valor sobre a situação caótica e de desordem social que vivia os principais centros urbanos do País em virtude de ações criminosas e violentas. Nessa ocasião, o semblante do apresentador, demonstrando tristeza, indignação e discordância, dizia mais do que a própria nota lida no ar.

Ao estabelecer uma relação entre os formatos jornalísticos, a presença dos indivíduos anônimos, as temáticas que os envolviam e a identificação de quem eram as pessoas que falavam para o telejornal, fez-se necessário o estabelecimento de outra categoria analítica: a possibilidade de agir e sofrer a ação do ponto de vista da cidadania. Em sua maioria, os indivíduos anônimos foram representados de maneira passiva e sem poder de intervenção no curso dos acontecimentos noticiados pelo *Jornal Nacional*.

Os indivíduos anônimos foram representados por meio de imagem ou fala ou ainda por meio de imagem e de fala em 66% do conteúdo analisado, dos quais em 84% eles foram representados de maneira passiva, submetidos às ações do Estado, às ações criminosas ou ainda de empresas privadas que lesaram seus direitos como consumidores de produtos e serviços.¹⁰³ Esses indivíduos anônimos não apresentaram capacidade e poder para intervir no conteúdo informativo, o que demonstra um índice alarmante. A maior parte dos indivíduos anônimos representados no telejornal esteve numa condição de passividade em relação aos fatos sociais e foi submetida às situações em que estava envolvida, como a falta de acesso às universidades públicas, falta de saúde pública de qualidade, indivíduos sem direitos enquanto consumidores e ausência de segurança pública que, em tese, deveria ser garantida pelo Estado e ainda ao Poder Público, que sempre deu a última palavra no conteúdo contribuindo para a formação da opinião dos telespectadores.

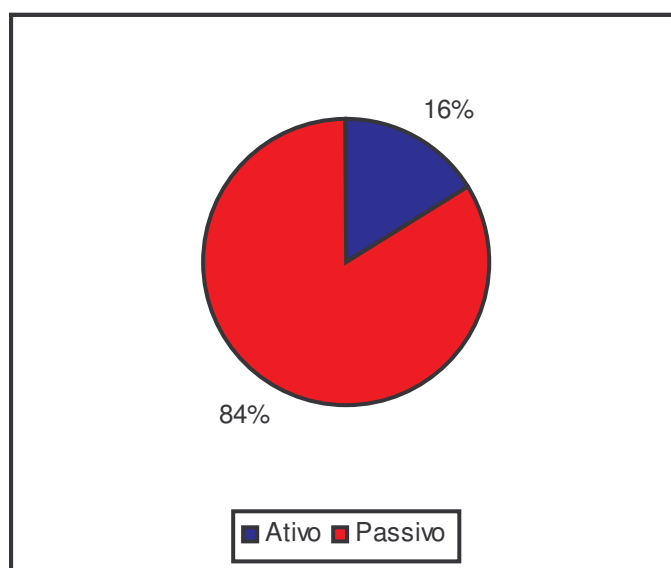
É possível afirmar que, quase sempre quando foram representados na condição passiva, os indivíduos anônimos infringiam a lei (criminosos e presos), praticando a ação; que estiveram submetidos à violência e à criminalidade, ou seja, sofrendo a ação, quando não

¹⁰³ Matéria divulgada no dia 31 de maio mostrou que consumidores reclamavam por não ter informações adequadas e precisas nos rótulos dos produtos e se queixavam de ser “enganados” e de “não saber de nada”.

tinham seus direitos garantidos e eram lesados pelos órgãos públicos e por empresas privadas. Tais indivíduos anônimos, que eram representados de maneira passiva, serviram apenas para reforçar o que o telejornal pretendeu afirmar a respeito do assunto em questão. Na amostra analisada, nenhum dos depoimentos desses indivíduos anônimos serviu como agente efetivamente capaz de mobilizar ou de alterar os acontecimentos.

No que diz à representação ativa dessas fontes no *Jornal Nacional*, é possível afirmar que representa uma pequena parcela do conteúdo, apenas 16%. Nesse caso, os indivíduos foram representados de modo ativo, quando identificados como trabalhadores e inseridos no mercado de trabalho realizando atividades consideradas positivas dentro da dinâmica e da cultura nacional, bem como quando foram representados como torcedores otimistas, como foi o caso de pessoas comuns entrevistadas durante a Copa do Mundo. Os dias de maior ocorrência dessa forma de representação foram 16 de junho, 20 de julho e 16 de agosto, ocasiões em que essas temáticas também foram observadas. Para um melhor entendimento, é interessante visualizar o gráfico 5.

GRÁFICO 5 – Cidadania dos indivíduos anônimos



FONTE: FERREIRA, Fernanda V. Elaborado a partir de dados coletados em edições do *Jornal Nacional*. Brasília, 2007.

A partir dessa análise, surgiu a necessidade de entender por que em alguns momentos os indivíduos anônimos foram identificados pela legenda do telejornal e, ainda, como isso ocorreu. Para tanto, foram criadas três categorias: a dos indivíduos não identificados (aqueles que falaram ao telejornal, mas não foram identificados de maneira alguma), a dos indivíduos identificados apenas pelo repórter ao longo de sua locução (por exemplo: “‘Eu só vi os fios soltando, passando perto da gente’, contou uma moradora da região”;¹⁰⁴ e a dos indivíduos anônimos que efetivamente receberam a identificação por legenda, com lugar de fala bastante definido.

Dessa forma, das vezes em que os indivíduos anônimos tiveram voz e fala no telejornal, não foram identificados em 71,6% dos casos. Isso significa que o personagem não recebeu identificação nem por legenda nem pelo repórter, caindo literalmente no anonimato. O telespectador não soube o nome e nem a ocupação/profissão desses indivíduos que falaram para o telejornal. É importante ressaltar que quando isso ocorreu, os indivíduos anônimos enquadraram-se em cerca de 70% dos casos como indivíduos de segunda e terceira classe. Respectivamente, eram aqueles cidadãos comuns trabalhadores e os marginalizados que cometeram algum crime ou transgrediam a norma social. Esses últimos, geralmente, eram sem escolaridade e emprego.

A outra categoria que se destacou foi aquela que identifica os indivíduos anônimos por intermédio do repórter. Essa categoria representou 18,18% do total de vezes em que os indivíduos falaram ao telejornal e exprimiu a importância do discurso do telejornal ao identificar, a seu modo, os indivíduos anônimos entrevistados. Normalmente, o telejornal identificou da seguinte forma: “um morador, uma consumidora, uma passageira, a aposentada, o motorista, um comerciante, uma torcedora brasileira”.

O índice surpreendente foi, entretanto, a porcentagem baixa de indivíduos efetivamente identificados. Apenas 10,2% dos indivíduos que falaram ao *Jornal Nacional* foram identificados com legenda, na qual ficava registrado o nome da fonte e sua ocupação/profissão, ou seja, essas fontes anônimas tiveram lugar de fala quando eram economistas, funcionários públicos, jornalistas, médicos e advogados.

Cabe salientar que em alguns momentos, em uma mesma matéria, o telejornal utilizou para alguns indivíduos anônimos as três categorias, ora não identificava, em outro momento

¹⁰⁴ *Jornal Nacional*, 12/7/2007.

identificava apenas pelo repórter e, às vezes, os indivíduos anônimos foram representados pelas suas falas com identificação por legenda. Geralmente, os que não foram identificados ou que receberam identificação por intermédio do repórter pertenciam à segunda e à terceira classe; e aqueles identificados por legenda pertenciam basicamente à primeira e à segunda classe. Isso dependia, em geral, da classe social que aparentemente ocupava e da profissão desempenhada pelo indivíduo entrevistado.

Ao analisar ainda a importância, a relevância e a forma como foram representados os indivíduos anônimos no *Jornal Nacional*, vale ressaltar que o enquadramento da câmera também foi uma categoria analítica importante, uma vez que se configura como uma forma de maximizar ou minimizar a relevância de quem diz e do que diz e representa, ainda, sentimentos, formas de ser, agir e pensar. Para representar os indivíduos anônimos por imagem, o *Jornal Nacional* utilizou 47% de enquadramento no plano geral e panorâmico. Os outros 35% representaram a ocorrência da utilização do plano médio – em geral para mostrar os indivíduos anônimos que falaram ao telejornal e, por último, os 18% que representaram os indivíduos anônimos que falaram e tiveram suas imagens representadas em plano detalhe ou *close-up*.

O plano *close-up* mostrou os indivíduos anônimos que estiveram, quase sempre, envolvidos com assuntos ligados à editoria de polícia ou algum tipo de emoção ocasionada por crimes, tragédias ou conflitos internacionais, na editoria internacional. O plano detalhe mostrou com riqueza a face, as mãos dos entrevistados e tinha como principal objetivo provocar impacto ou chocar o telespectador, demonstrando com mais propriedade as emoções ou caracterizando e expressando ainda mais a angústia ou o sofrimento dos indivíduos que falaram para o telejornal. Por meio do plano *close-up*, o *Jornal Nacional* representou os sentimentos (dor, angústia, choro, revolta, nervosismo, indignação); caracterizou a fragilidade e o medo desses personagens que, quando se sentiam ameaçados, não permitiam que o telejornal gravasse imagens do seu rosto. Nessas situações, a imagem representada foi escura, às vezes, sem foco e com a fala distorcida, na maioria dos casos.

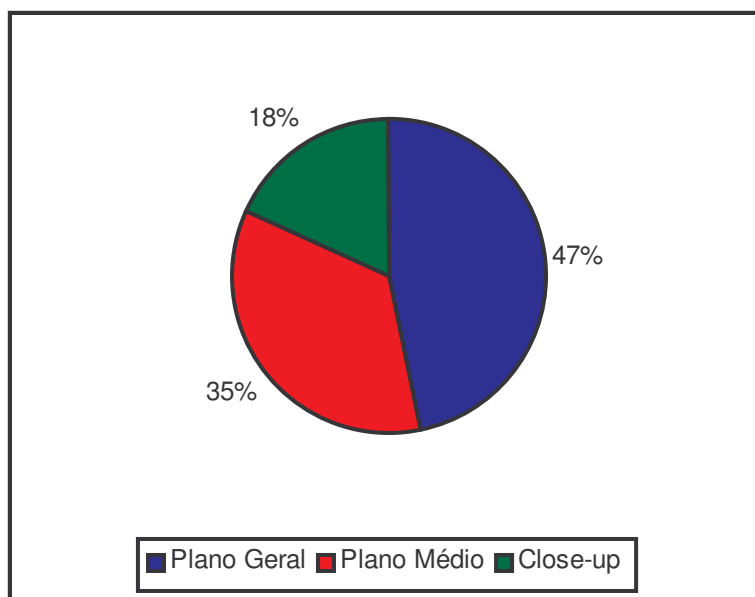
Ademais, na editoria de política, os indivíduos anônimos foram representados quase sempre em plano médio e em segundo plano, com pouca importância em relação aos objetos ou personagens mostrados em primeiro plano. As imagens de pessoas passando atrás de políticos, personalidades e autoridades públicas prevaleceram na amostra. Quase sempre,

foram essas as situações em que os indivíduos anônimos foram representados dentro do espaço político.

Na editoria nacional e de economia, por sua vez, os indivíduos anônimos foram representados em plano geral e médio. Nessas situações, as imagens não conferiram grande importância para os personagens comuns. O movimento das câmeras foi quase sempre do geral para o particular, terminando com a representação das imagens dos indivíduos anônimos. A editoria de esporte utilizou os dois tipos de planos, mas o que se pôde observar na amostra é que foi dada uma maior importância, ao contrário do que aconteceu com as duas editorias citadas anteriormente, para as falas e imagens dos indivíduos anônimos ainda que enquadradas em plano médio.

As imagens que representaram os indivíduos anônimos no *Jornal Nacional* e disseram respeito às matérias sobre violência foram caracterizadas por um ritmo mais acelerado, com imagens que mostraram atos de vandalismo que poderiam provocar atitude de repúdio da população em relação aos fatos apresentados. Cenas de agências bancárias e ônibus sendo queimados, imagens de cinegrafistas amadores que retrataram o crime organizado representaram o terror, o medo, a insegurança e a falta de tranquilidade da população brasileira. Juntamente com imagens rápidas, o ritmo de leitura dos apresentadores também caracterizou as cenas: a leitura de matérias sobre violência urbana foi alternada entre William Bonner e Fátima Bernardes com o objetivo de gerar tensão e expectativa no telespectador.

GRÁFICO 6 – Enquadramento dos indivíduos anônimos no *Jornal Nacional*



FONTE: FERREIRA, Fernanda V. Elaborado a partir de dados coletados em edições do *Jornal Nacional*. Brasília, 2007.

A partir disso, é importante mencionar que, além de ter sido representado poucas vezes no telejornal e ter tido pouco poder de intervenção no curso dos acontecimentos, uma outra análise feita e deve ser destacada é a de que as falas e os depoimentos dos indivíduos anônimos no telejornal tinham pouca duração na amostra analisada, o que variava entre quatro a, no máximo, sete segundos. Quando o mesmo indivíduo falava mais de uma vez na matéria, sua fala era entrecortada pela narração do repórter, um recurso de edição, demonstrando que, de certa forma, os indivíduos anônimos não podiam ter domínio do conteúdo e da fala.

Essa observação remeteu a um importante dado, a saber, a maioria dos indivíduos anônimos que falou ao *Jornal Nacional* ou foi representado apenas por imagem o fizeram somente para validar a opinião do telejornal. Os dados coletados apontam para um índice alarmante de 98% de indivíduos que servem apenas para validar a opinião do telejornal a respeito de assuntos, como: violência urbana, precariedade da saúde pública, ausências e falhas do Estado, mostrando a impotência do indivíduo comum diante dos fatos sociais apresentados. Dessa maneira, foram representados, como mencionado anteriormente, de modo passivo e tinham pouca ou nenhuma autoridade de fala.

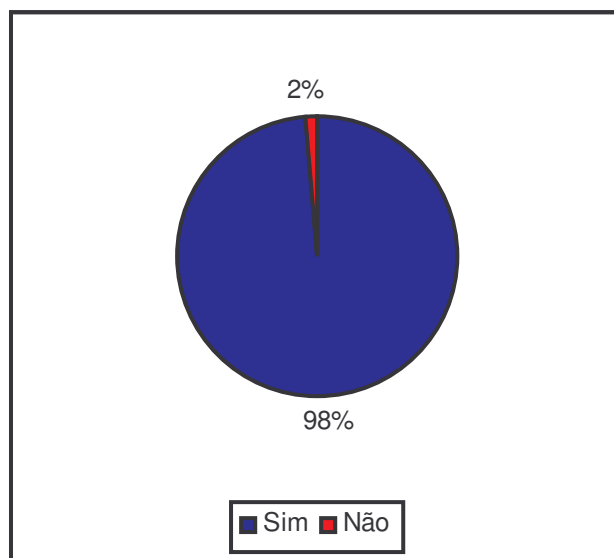


GRÁFICO 7 – Indivíduos anônimos e a validação da opinião do *Jornal Nacional*

FONTE: FERREIRA, Fernanda V. Elaborado a partir de dados coletados em edições do *Jornal Nacional*. Brasília, 2007.

O índice irrisório de 2%, o qual indicou que os indivíduos anônimos representados no telejornal não validaram a opinião da emissora em relação ao conteúdo apresentado, correspondeu àqueles indivíduos que divergiram da opinião das fontes oficiais e oficiosas, mas foram representados apenas por imagens que mostraram a contradição entre o discurso do telejornal e das fontes apresentadas e a realidade mostrada. Isso aconteceu quando eles reivindicaram seus direitos como consumidores, em matérias que discutiam projetos de lei, como o que dizia respeito à obrigatoriedade do diploma para jornalistas. As manifestações populares e as imagens mostradas no telejornal contradisseram o discurso hegemônico do *Jornal Nacional* e, por isso, não validaram a opinião da emissora.

Por isso, vale mencionar que dos três tipos de discursos analisados a partir da teoria apresentada nos capítulos anteriores, o que prevaleceu no *Jornal Nacional* foi o autoritário, seguido do polêmico e, muito raramente, o discurso lúdico. Os dois primeiros foram uma constante no telejornal, ou seja, em todas as edições analisadas, o *Jornal Nacional* apresentava na fala das fontes oficiais ou ainda do próprio telejornal uma vertente de autoritarismo ao definir a sobreposição das falas, bem como ao incluir ou excluir

determinados depoimentos. Em uma matéria do dia 4 de julho que tratou do reajuste salarial dos aposentados e pensionistas garantido pelo Congresso Nacional, nenhum aposentado teve lugar de fala. Do mesmo modo, nas matérias que trataram da venda da Varig, nenhum trabalhador da empresa pôde falar para o telejornal. O discurso era autoritário e incluía a fala de juízes, da ANAC e de entidades representativas da área da aviação civil. Na matéria do dia 28 de julho, quando foram anunciadas 5,5 mil demissões, nenhum funcionário foi ouvido.

Em todas as edições analisadas houve presença expressiva (100%) dos discursos autoritário e polêmico. As fontes comuns do discurso autoritário foram as oficiais e oficiosas. O conteúdo era editado de forma que a última palavra era dada por essas fontes, ofuscando e, praticamente, anulando o discurso das fontes anônimas. O discurso polêmico sempre estava relacionado com o discurso autoritário: existiu uma contradição ou conflito de interesses de integrantes da sociedade (pessoas comuns) com o Estado ou ainda com empresas privadas, mas sempre foi anulada pela fala hegemônica dos grupos que detêm poder na sociedade.

Ademais, o tipo de discurso denominado lúdico teve pouca representação na amostra em relação aos outros dois tipos de discursos apresentados anteriormente. Presente em 50% de todo o período, essa forma discursiva esteve ligada às experiências dos indivíduos anônimos, aos sonhos, à carga emocional e afetiva que estavam envolvidos. Dentro da editoria de esporte, bem como na editoria de economia, os discursos lúdicos diziam respeito à Copa do Mundo e ao mercado de trabalho, quando os indivíduos anônimos foram representados pertencendo ao grupo de pessoas economicamente ativas. Nesses casos, a representação das fontes era positiva.

Nesse sentido, verificou-se que em 83% dos casos em que os indivíduos anônimos foram representados pelo telejornal, houve o estabelecimento de uma relação linear entre imprensa e cidadania. Isso significa que na maioria das vezes em que tais indivíduos falaram ao telejornal, essa discursividade não tinha relação dialógica com o *Jornal Nacional* e, por conseguinte, era perceptível a verticalidade da relação estabelecida entre imprensa e cidadão. Pode-se concluir, portanto, que no *Jornal Nacional*, não foi possível promover uma horizontalização das falas, mas ao contrário, uma verticalização, na qual a própria escolha da ordem de apresentação dos fatos, bem como dos diferentes argumentos das fontes envolvidas, incluindo aí os indivíduos anônimos, foi uma forma de manter estável a linearidade e a verticalidade na relação entre imprensa e cidadania, demonstrando as estruturas de poder que deviam ser estabelecidas em determinados assuntos.

Vale destacar também que quando essa relação era dita não-linear, os assuntos diziam respeito à editoria de esporte e economia, envolvendo temáticas que, geralmente, estabeleciam um discurso lúdico e colocavam os indivíduos em condição de igualdade com o telejornal. A relação dita não-linear teve poucas ocorrências no *Jornal Nacional*, representando 17% do total apresentado, conforme gráfico 8.

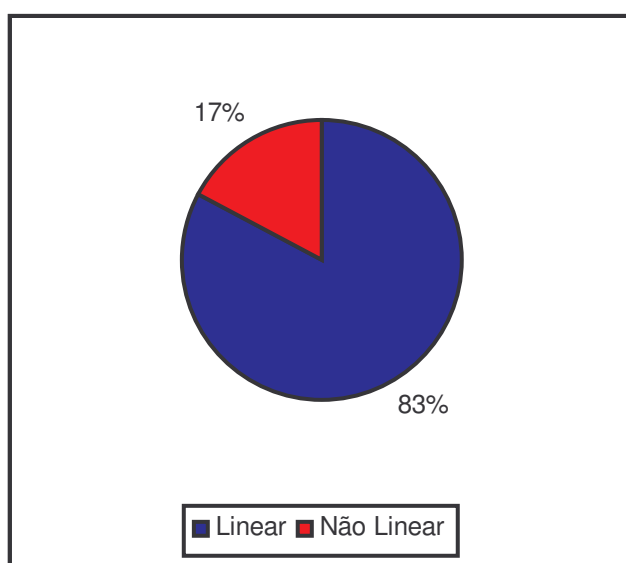


GRÁFICO 8 – Relação entre imprensa e cidadania no *Jornal Nacional*

FONTE: FERREIRA, Fernanda V. Elaborado a partir de dados coletados em edições do *Jornal Nacional*. Brasília, 2007.

Assim, observa-se que o *Jornal Nacional* tem como característica geral marcante o fato de não ceder espaço significativo aos indivíduos anônimos e quando tais indivíduos conseguem esses espaços são representados de forma passiva, sem poder de intervenção, com capacidade argumentativa reduzida, em uma condição de linearidade com a imprensa, aparecendo geralmente em cenários de tragédias, violência, crimes, desconhecendo seus direitos e em situação de desvantagem social.

O que se observou é que quando tais indivíduos anônimos foram representados de maneira ativa, constituíram exceções à regra que admitiram, mas apenas para validar a opinião do telejornal ou para servir de cenário ou pano de fundo para a temática em questão.

Diante do que foi exposto neste capítulo, tem-se uma caracterização e descrição do conteúdo e do formato do *Jornal Nacional*, bem como da representação dos indivíduos anônimos nesse produto e ainda a relação estabelecida entre cidadania e imprensa.

7. INDIVÍDUOS ANÔNIMOS: UM INGREDIENTE IMPRESCINDÍVEL PARA O *JORNAL DA RECORD*

O *Jornal da Record*, conforme descrito em capítulo anterior, foi um produto informativo de cunho opinativo, passando, posteriormente, a entrar nos moldes do formato do pioneiro e líder de audiência *Jornal Nacional*. Em matéria publicada no *site* e na revista *Imprensa*,¹⁰⁵ editores e jornalistas afirmaram que “nada se cria, tudo se copia” e que seria esse o lema do *Jornal da Record*, após perceber, estrategicamente, que o modelo do concorrente é o que dá certo e garante audiência. O *Jornal da Record* preferiu, então, “não reinventar a roda”. Atualmente, está em segundo lugar no *ranking* de audiência com dez pontos percentuais de média no horário nobre da televisão brasileira.¹⁰⁶

Atualmente, o telejornal tem a duração aproximada de trinta minutos e está na vice-liderança de audiência do telejornalismo da televisão aberta no Brasil. Para garantir identificação com o telespectador, é apresentado diariamente de segunda a sábado pelos jornalistas Celso Freitas e Adriana Araújo. De acordo com informações do *site* da emissora, o *Jornal da Record* tem como características matérias curtas com o objetivo de dinamizar o produto informativo.

Para a referida análise, foi utilizado o mesmo procedimento metodológico adotado para o *Jornal Nacional*. O período analisado estendeu-se de 4 de julho a 24 de agosto de 2006

¹⁰⁵ Matéria publica em 1º de março de 2006 no *site* www.portalimprensa.uol.com.br, visitado em 20 de janeiro de 2007.

¹⁰⁶ Na terça-feira, dia 23 de janeiro de 2007, a Record conquistou a vice-liderança na audiência média dia (entre 7h00 e 0h00), garantindo seis pontos de média com *share* (participação de TVs ligadas no mesmo canal) de 14%. A emissora C registrou seis pontos de média na mesma faixa de horário. No horário nobre (entre 18h e

– constituiu duas semanas construídas –, com um total de 14 edições analisadas. A partir disso, teve-se um panorama do telejornal no que diz respeito ao formato, ao conteúdo, às temáticas, à técnica e à representação dos indivíduos anônimos.

A amostra empírica relativa ao *Jornal da Record* apresentou um total de 236 produções jornalísticas. Dessas 236 unidades, 138 eram matérias; 49 notas cobertas; 21 passagens ao vivo; 12 notas secas e duas reportagens especiais. As matérias do telejornal eram mais longas e tinham uma maior variação temática apesar de apresentar uma maior variedade de formatos. As matérias jornalísticas, geralmente, ofereceram espaço para o entrevistado falar. Por isso, a duração das entrevistas também foi mais longa do que normalmente se vê no telejornalismo.

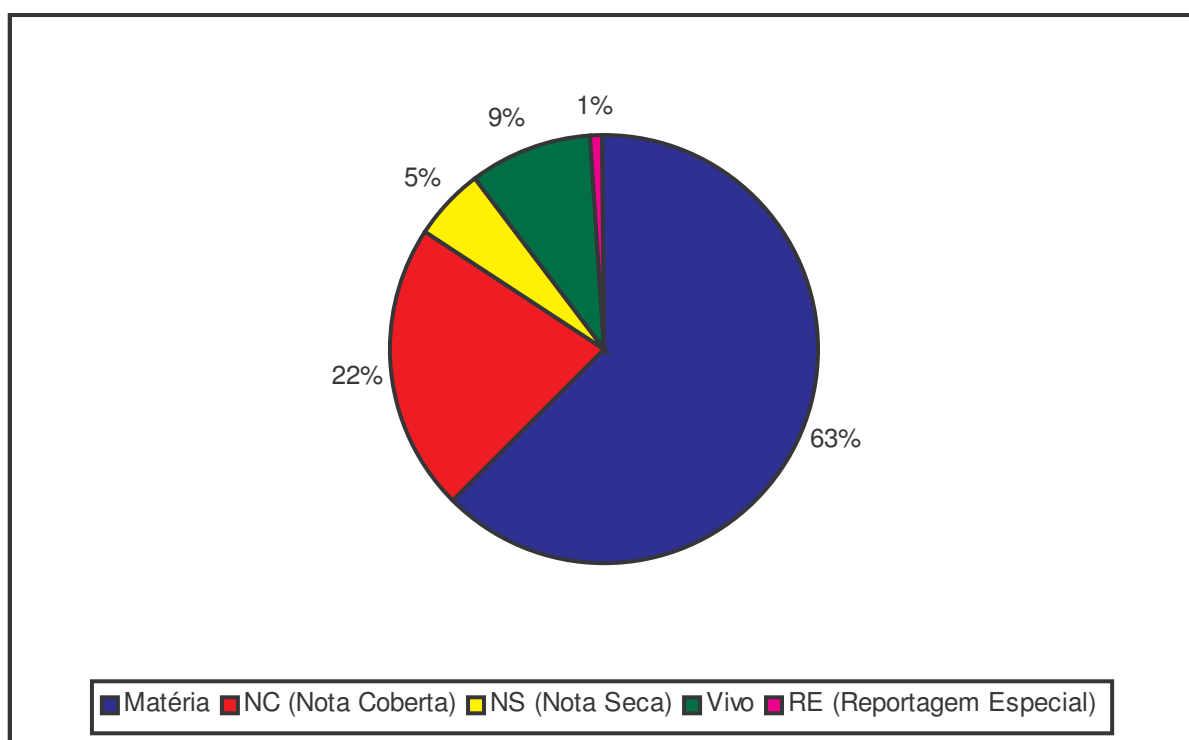


GRÁFICO 9 – Formatos presentes no conteúdo do *Jornal da Record*

FONTE: FERREIRA, Fernanda V. Elaborado a partir de dados coletados em edições do *Jornal da Record*. Brasília, 2007.

De acordo com o que o gráfico 9 aponta, o *Jornal da Record* apresentou um número de matérias bastante superior aos outros formatos. As notas cobertas e passagens ao vivo ocuparam também um lugar de destaque, ao tempo em que essas últimas normalmente diziam respeito à situação caótica estabelecida pela incidência dos ataques do PCC na cidade de São Paulo, no interior do estado e do País. Percebeu-se, até mesmo, que o período no qual o número de passagens ao vivo cresceu foi exatamente o que condiz com a época da divulgação de inúmeras matérias sobre violência – temática mais comum no *Jornal da Record* que, na maioria das vezes, envolveu e inseriu os indivíduos anônimos no conteúdo.

Com a mesma estrutura e formato do *Jornal Nacional*, o *Jornal da Record* tem início na bancada, quando o apresentador lê as principais notícias, as chamadas manchetes do dia. As matérias são apresentadas pelos apresentadores, que lêem a cabeça (parte introdutória) e seguem com o conteúdo de uma externa (conteúdo que o repórter traz das ruas), no qual pode conter sonora (fala dos entrevistados), passagens do repórter, *off* (imagens cobertas pela voz do apresentador ou repórter), além de recursos gráficos para melhor ilustrar o conteúdo informativo.

Sob o ponto de vista dos formatos apresentados no telejornal, as notas cobertas representaram o segundo formato em ocorrência depois das matérias jornalísticas e foram responsáveis pelo ritmo dado ao conteúdo. No *Jornal da Record*, o formato de notas cobertas foi utilizado para cobrir matérias das editorias internacional, política e economia. O apresentador lia a notícia ao mesmo tempo em que as imagens eram mostradas. As notas cobertas serviram também para explicar as imagens e gerar um clima de tensão ao mostrar as conseqüências dos ataques do PCC no Brasil. A leitura dos textos teve um ritmo tenso e era intercalada entre um apresentador e uma apresentadora, sinalizando rapidez e tensão.

As passagens ao vivo formaram o terceiro formato em número de ocorrências e representaram um número surpreendente dentro do telejornal, já que normalmente, pelas regras e pela lógica operativa do telejornalismo, devem ser evitadas, na medida em que podem representar perigo ao conteúdo porque exigem excelência técnica e profissional. As passagens ao vivo no *Jornal da Record* eram longas e, às vezes, contavam com a presença do repórter, outras, com imagens que cobriam a narração dos acontecimentos. Nas datas em que mais foram utilizadas, dias 20 e 31 de julho, ilustravam os fatos criminosos do PCC e tinham como principal objetivo oferecer uma atualização, dar ritmo, realidade e credibilidade ao que

estava sendo apresentado. O período também era de Copa do Mundo, mas a Rede Record não fez uma cobertura incisiva do evento. As passagens ao vivo estiveram muito mais ligadas à editoria de polícia do que propriamente à temática da Copa do Mundo.

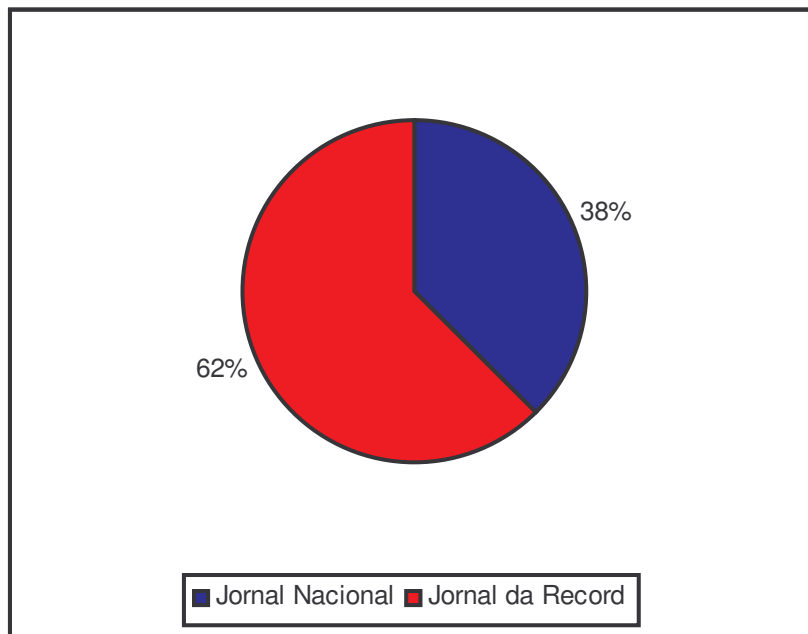
No que diz respeito às notas secas, com uma ocorrência mais tímida de 5%, o *Jornal da Record* utilizou esse formato para divulgar notas oficiais emitidas pelo governo sobre decisões ou posicionamentos dos governantes sobre as áreas de economia, política e, principalmente, segurança pública. Esse formato também foi acessado para finalizar as matérias (nota pé), no sentido de atualizar as informações que tinham sido transmitidas anteriormente. A presença dos apresentadores no *Jornal da Record* é muito marcante, visto que a leitura das notícias são sempre muito bem marcadas em termos de ritmo e de tensão ou descontração.

O conteúdo, nesse período analisado, ainda trouxe duas reportagens especiais: uma delas promovendo a emissora quando discutia religião e anunciava o material que seria exibido no Repórter Record, um outro produto da televisão; e uma segunda reportagem especial que discutiu a violência e suas causas no Brasil, mas que não ouviu os indivíduos anônimos.

É interessante destacar que o formato entrevista não esteve presente em quaisquer das edições analisadas. O *Jornal da Record* seguiu a mesma tendência verificada na *Jornal Nacional*. Os entrevistados, em geral, foram representados por meio das sonoras (entrevistas feitas fora do estúdio) editadas e incluídas nas matérias.

No que diz respeito aos indivíduos anônimos, do total de unidades apresentadas, estiveram presentes por imagem ou ainda por fala e imagem em 80 dessas unidades e normalmente em matérias. Isso representou aproximadamente 62% de presença dos indivíduos anônimos no *Jornal da Record*, contra 36% de conteúdo em que os indivíduos anônimos efetivamente não foram representados. Dessa maneira, em 62% do conteúdo do telejornal, os indivíduos anônimos nem sequer foram representados por imagem, sendo totalmente excluídos do material, conforme demonstra o gráfico 10.

GRÁFICO 10 – Representações dos indivíduos no *Jornal Nacional* e *Jornal da Record*



FONTE: FERREIRA, Fernanda V. Elaborado a partir de dados coletados em edições do *Jornal da Record*. Brasília, 2007.

Como os indivíduos anônimos ocuparam 62% do conteúdo total da amostra, foi necessário criar categorias para entender a utilização das fontes pelo telejornal. De acordo com o gráfico 11, é possível identificar o fato de que, hegemonicamente, o conteúdo apresentado contém a fala e a imagem dos indivíduos anônimos. Isso remete a um dado importante: do total dos conteúdos nos quais os indivíduos anônimos foram representados, esses tiveram 55% de espaço para ser representados por imagem e fala.

Diante disso, pode-se entender que o *Jornal da Record*, quando representou os indivíduos anônimos, concedeu maior espaço a esses no que diz respeito à fala e à imagem do que para as outras fontes, representando um dado importante para a compreensão das representações dos indivíduos anônimos no *Jornal da Record*.

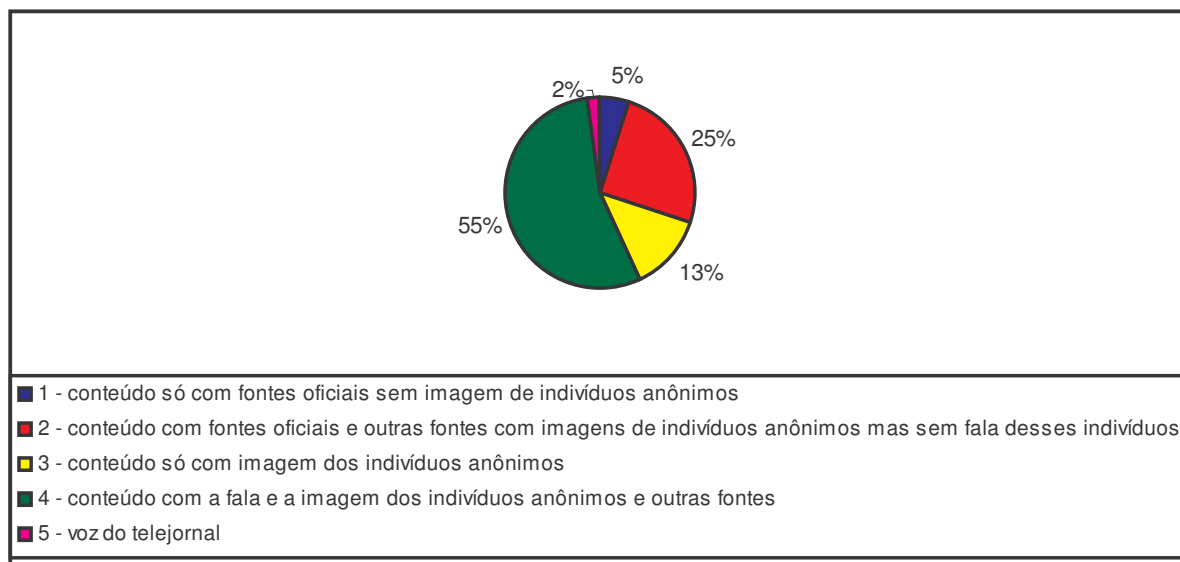


GRÁFICO 11 – Categorias das fontes presentes no *Jornal da Record*

FONTE: FERREIRA, Fernanda V. Elaborado a partir de dados coletados em edições do *Jornal da Record*. Brasília, 2007.

É importante ressaltar que os indivíduos anônimos representados no telejornal por meio de fala e imagem foram incluídos em períodos que condiziam com os maiores índices de matérias relacionadas às editorias de polícia e nacional. Os dias 20 e 31 de julho foram recordes no telejornal em ocorrência de matérias vinculadas às temáticas de violência, principalmente (75%) ligadas aos ataques do PCC, aos alvos civis, ao número de pessoas mortas por ocorrência das ondas de violência, depoimentos de familiares e amigos de policiais mortos por bandidos e o restante mostrou o tráfico de drogas, roubos à mão armada, bem como matérias ligadas a assuntos da cotidianidade dos indivíduos. Entre esses assuntos, é possível citar matérias sobre a alteração na legislação trabalhista de empregadas domésticas, alteração na carteira de habilitação, tratamentos de saúde para mulheres que utilizaram o Sistema Único de Saúde (SUS) para engravidar, matérias que mostraram os problemas enfrentados pelos funcionários da Varig, o caso dos sertanejos do Rio Grande do Norte que encontraram petróleo no quintal de casa e, a partir disso, teriam uma nova fonte de renda.

A segunda categoria presente que se destaca é a que envolve o conteúdo com fontes oficiais e outras fontes com imagens dos indivíduos anônimos, excluindo sua fala. Representando 25% do total de matérias analisadas, esse conteúdo apresentou a fala das fontes oficiais, oficiosas e *experts* (advogados, pesquisadores da área de economia, médicos, técnicos de futebol, meteorologistas), mas não incluiu a dos indivíduos anônimos, mesmo quando esses estiveram envolvidos diretamente com o assunto, ou seja, quando o fato apresentado teve influência direta na vida desses indivíduos. Eles, portanto, funcionaram como paisagem, apenas como ilustrações para caracterizar os fatos e conferir realidade ao que era noticiado pelo telejornal.

Além disso, um número que, apesar de tímido, também aparece é o que remete ao conteúdo só com imagem dos indivíduos anônimos, representando um índice de 13% do total do conteúdo apresentado. Nessa categoria, os indivíduos anônimos foram representados apenas por imagem. Dessa maneira, pode-se entender que tal categoria coincide com uma parte do número de notas cobertas apresentadas pelo telejornal quando as imagens serviam para ilustrar comentários do apresentador sobre as temáticas, principalmente da área policial que foram apresentadas.

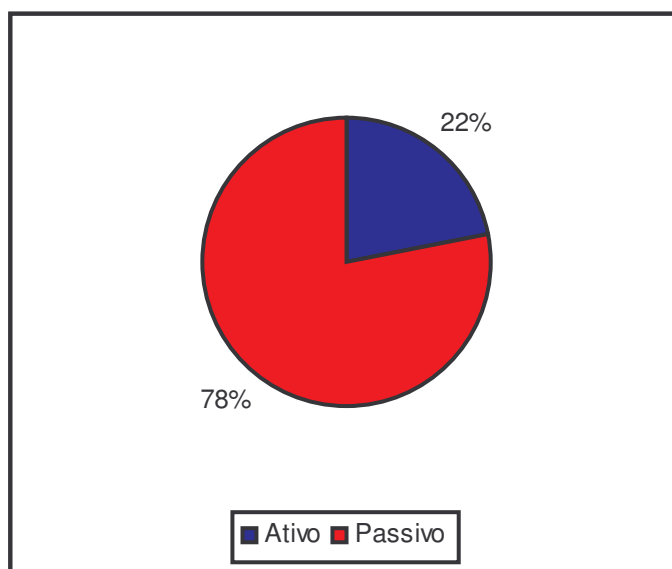
Por último e com menor expressão, restaram os índices das matérias que apresentaram as falas apenas das fontes oficiais sem imagem dos indivíduos anônimos representando aproximadamente 5%, um percentual pequeno se for comparado ao do *Jornal Nacional*. O conteúdo que envolveu a voz do telejornal representou pouco mais de 1%. Esse dado aliado ao fato de que o telejornal inseriu um número representativo de indivíduos anônimos aponta para uma direção: o *Jornal da Record* concede maior espaço às fontes anônimas do que o *Jornal Nacional*. Essas fontes no *Jornal da Record* foram ingredientes imprescindíveis e foram aqueles personagens que contribuíram explicando e argumentando pela população, em causa própria ou da coletividade, construindo um discurso que não depende, exclusivamente, de fontes institucionais, em que as pessoas comuns encontram espaço e visibilidade¹⁰⁷ garantida.

É preciso indagar, entretanto, se esses indivíduos anônimos foram representados constantemente no *Jornal da Record* e como se deu essa representação. Para tanto, foi necessário avaliar se esses personagens comuns foram representados de modo ativo ou

¹⁰⁷ Cabe salientar que o fato de os indivíduos anônimos terem espaço no telejornal não significa que essa visibilidade seja positiva, ativa, capaz de mudar o curso dos fatos.

passivo na construção das noções de realidade a partir dos fatos noticiados, bem como em quais temáticas foram incluídos. De acordo com o gráfico 12, é possível visualizar e entender melhor como se deu essa representação.

GRÁFICO 12 – Condição dos indivíduos anônimos



FONTE: FERREIRA, Fernanda V. Elaborado a partir de dados coletados em edições do *Jornal da Record*. Brasília, 2007.

Os indivíduos anônimos do telejornal em questão são, fundamentalmente, passivos em relação aos fatos noticiados, à capacidade de intervenção e de mobilização para alterar o curso dos acontecimentos ou, ainda, em capacidade argumentativa para impor seus direitos e necessidades, posicionando-se de forma ativa como um sujeito efetivamente realizador.

Como mencionado anteriormente, os indivíduos anônimos foram representados de maneira passiva, representando um índice alarmante, 78% de sua representação, principalmente nos fenômenos que os envolveram em cenários de violência, crimes, quando estiveram envolvidos de modo negativo com a justiça ou ainda quando eram lesados por desconhecerem seus direitos. Os quatro momentos mais marcantes da amostra, dias 31 de maio, 24 de junho e 12 e 31 de julho demonstraram a ocorrência desses assuntos no *Jornal da Record*.

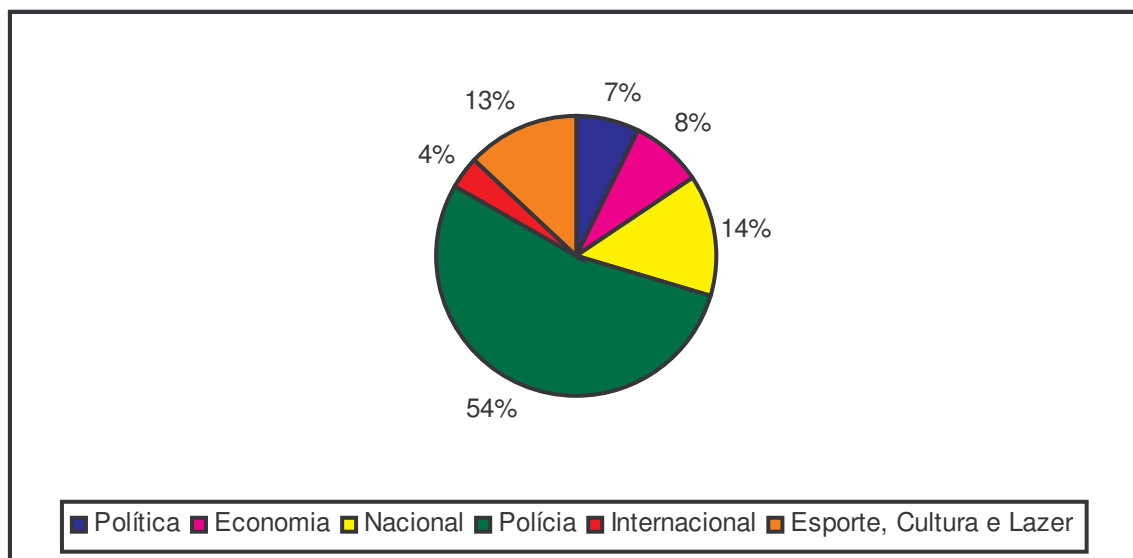
Os indivíduos anônimos foram também representados de maneira ativa, com um índice de 22%, principalmente nos dias 26 de junho, 20 e 31 de julho. Nesses dias, foram representados em matérias ligadas às temáticas esportivas e à possibilidade de serem indivíduos economicamente ativos, inseridos no mercado de trabalho. Dessa maneira, tem-se que os indivíduos anônimos só foram representados de maneira ativa quando realizaram alguma ação positiva dentro dessas temáticas.

Como houve uma predominância de assuntos ligados às situações negativas – crimes, confrontos entre policiais e bandidos, ônibus sendo queimados, tragédias por ocorrência de desequilíbrios climáticos e outros cenários na amostra analisada –, a representação dos indivíduos anônimos foi essencialmente negativa, indicando uma cidadania passiva. Representaram-nos participando do telejornal apenas para servir de exemplo e ilustrar os fatos cotidianos e, dessa forma, esses participaram do debate dos temas polêmicos e das contradições da vida em sociedade como paisagem. É importante ressaltar que esses fatos cotidianos que incluíram os indivíduos anônimos sempre estiveram relacionados a algum acontecimento negativo e esses indivíduos não tinham qualquer poder de intervenção, apenas relataram passivamente os seus problemas, aflições e mazelas.

Diante disso, é imprescindível verificar as principais temáticas em que estiveram envolvidos os indivíduos anônimos no *Jornal da Record*. Para tal análise, o trabalho buscou enquadrar o conteúdo encontrado nas editorias economia; polícia; política; esporte, cultura e lazer; nacional e internacional.

O gráfico 13 demonstra que os personagens foram inseridos em ordem de ocorrência, nas temáticas relacionadas à violência, problemas nas áreas de saúde, transporte e emprego, conflitos internacionais, esporte e mercado de trabalho.

GRÁFICO 13 – Editorias nas quais foram representados os indivíduos anônimos no *Jornal da Record*



FONTE: FERREIRA, Fernanda V. Elaborado a partir de dados coletados em edições do *Jornal da Record*. Brasília, 2007.

A editoria de polícia foi predominante no *Jornal da Record*, representando 54% de todo o conteúdo que envolveu os indivíduos anônimos. O formato prevalente nessa editoria foi o de matérias que mostraram pessoas comuns vítimas da criminalidade, da violência, indignadas com a falta de segurança nos grandes centros urbanos e a impotência dos indivíduos diante dos acontecimentos, bem como aqueles indivíduos anônimos que não podiam falar e se enquadraram na terceira classe de cidadãos. Nessa editoria, os indivíduos anônimos tiveram grande participação, tanto no que diz respeito à imagem quanto à fala. Geralmente, os indivíduos pertencentes às primeira e segunda classes de cidadãos contaram os fatos que presenciaram e lamentaram o caos instaurado no País, mostrando-se angustiados e fragilizados. As fontes oficiais também participavam do conteúdo e representaram 40% das fontes ouvidas nessa editoria e, por meio de um discurso vertical, acabaram diminuindo a importância da fala das pessoas comuns.

Nessa editoria, as principais fontes utilizadas foram as oficiais, ligadas às instituições e repartições públicas, como o então governador de São Paulo Cláudio Lembo, delegados e inspetores de polícias, policiais militares e civis; fontes ligadas às organizações, como o

presidente da Associação do Sistema Prisional, que, algumas vezes, foi entrevistado para mostrar o dilema de insegurança que envolveu os agentes penitenciários, entidades representativas que discutiam os direitos humanos, considerando o sistema carcerário; e, sem dúvida, a presença expressiva de indivíduos anônimos, representados por donas-de-casa, moradores de bairros mais humildes, profissionais liberais, pais, filhos e parentes de vítimas da criminalidade, que tiveram espaço para falar e foram representados contando seus problemas, medos e, principalmente, relatando como homicídios e assaltos aconteciam. Esses indivíduos anônimos representados na editoria de polícia tiveram papel fundamental ao terem sido os colaboradores para conferir detalhes aos fatos noticiados. Foram, sem dúvida, os testemunhos das ações violentas ocorridas por todo o estado de São Paulo e outras regiões do País.

É importante destacar que o *Jornal da Record* apresentou 14% do conteúdo que envolveu os indivíduos anônimos na editoria nacional. Essa editoria tratou de assuntos ligados aos direitos dos consumidores, como rótulos mais esclarecedores nos produtos vendidos no supermercado; direitos dos trabalhadores, como foi o caso de matérias que envolveram empregadas domésticas pela alteração na legislação trabalhista da categoria; assuntos que envolviam questões de saúde pública, atendimento nos hospitais, especialidade da cirurgia plástica, indicando que o Brasil tem profissionais competentes nessa área e os brasileiros gostam desse tipo de cirurgia; matérias que mostraram a dificuldade que algumas mulheres têm para engravidar, bem como a possibilidade de fazer o tratamento por hospitais privados ou particulares. Nessa editoria, geralmente, as fontes mais comuns foram os indivíduos anônimos, seguidos das fontes oficiosas. No que diz respeito a essas fontes, é possível afirmar que foram representadas, em alguns casos, reivindicando seus direitos, expondo sua vida privada e seus desejos e, muitas vezes, seus sonhos. Nesse sentido, pode-se dizer que os indivíduos anônimos de segunda classe dividiram o espaço dado com indivíduos anônimos de primeira classe. Em matérias sobre os direitos dos consumidores, donas-de-casa falaram ao telejornal e empresários e profissionais liberais que faziam compras no supermercado também foram fontes.

Se, por um lado, a editoria nacional mostrou indivíduos que sofriam com a ausência do Estado nas áreas de saúde, infra-estrutura e transporte público, por outro, a editoria de esporte, cultura e lazer mostrou quadro mais positivo e animador composto por indivíduos que realizaram ação positiva nesses cenários. Nessa editoria, foi comum a inserção de falas e imagens de técnicos de futebol, como Carlos Alberto Parreira e Luís Felipe Scolari, mas

também houve a presença de fontes especialistas, como médicos das seleções brasileira e portuguesa; e, uma maior representatividade, cerca de 15% dentro dessa editoria, foi de fontes representadas por indivíduos comuns que podiam estar ligados ao assunto da Copa do Mundo, consumidores de produtos da Copa, comerciantes de lojas e restaurantes ou, ainda, estiveram ligados à temáticas culturais, como comércio e leitura de livros, crianças e jovens que representaram uma parcela dos leitores; espetáculos de rua que mostraram o samba e o frevo, em que foi comum a presença de indivíduos negros sorrindo, mas não puderam ser representados por intermédio de fala e, ainda, atletas que, por algum tempo, não foram representados na mídia por estarem envolvidos com drogas, mas agora, recuperados, foram mostrados como exemplos de luta.

A editoria de economia, por sua vez, mostrou a realidade do brasileiro e o inseriu na discussão quando a temática era mercado de trabalho. Os indivíduos anônimos só eram representados de modo positivo nessa editoria se estivessem trabalhando ou ainda fazendo uso dos seus direitos trabalhistas. Matérias que incluíam indivíduos de segunda classe foram comuns na amostra e os personagens foram, quase sempre, empregadas domésticas, trabalhadores braçais localizados na zona rural ou na zona urbana. Pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) subsidiaram as informações apresentadas pelo *Jornal da Record*. Matérias que mostraram a inserção de pessoas com mais de 50 anos de idade no mercado de trabalho, de atividades alternativas para geração de emprego e renda. Nessa editoria, percebeu-se um percentual de indivíduos comuns que falaram para o telejornal, demonstrando principalmente as suas experiências e desejos, como o desejo de continuar trabalhando.

Para a inclusão e a representação dos indivíduos anônimos no conteúdo, as editorias política e internacional foram bastante tímidas. Definitivamente, essas duas áreas raramente trouxeram indivíduos anônimos para a discussão. Quando isso aconteceu na editoria de política, os indivíduos apresentavam uma atitude de descrédito em relação à vida pública e desconstruíam a atividade política nas suas falas por ocasião dos episódios ligados à corrupção em que se envolveram nomes da política brasileira. Apesar de o telejornal apresentar algumas matérias incluindo e ouvindo os indivíduos anônimos no conteúdo de matérias ligadas à política nacional, a maior parte do conteúdo dessa editoria não incluiu os indivíduos anônimos ou ainda colocaram esses apenas como imagens, panos de fundo do fato social apresentado.

Outra editoria com menor representatividade no *Jornal da Record* foi a internacional, 4% do total apresentado. As cenas de violência, terror, ataques com bombas, militares e civis machucados e carregados em outros países, principalmente no Oriente Médio, tiveram um destaque maior, juntamente com matérias ligadas a problemas climáticos, disputas territoriais, conflitos étnicos ou religiosos, como massacres de civis, atentados em Bagdá, morte de talibãs no Afeganistão e seqüestros de israelenses por terroristas e guerrilheiros do Hezbollah. Algumas matérias dessa editoria incluíram os indivíduos anônimos brasileiros, como foi o caso dos brasileiros no exterior que sofriam com os conflitos no sul do Líbano. Na representação desses indivíduos anônimos, o que se pôde observar é que eles tiveram uma participação ligada à emoção ao pedir ao governo brasileiro que os ajudassem a retornar ao País.

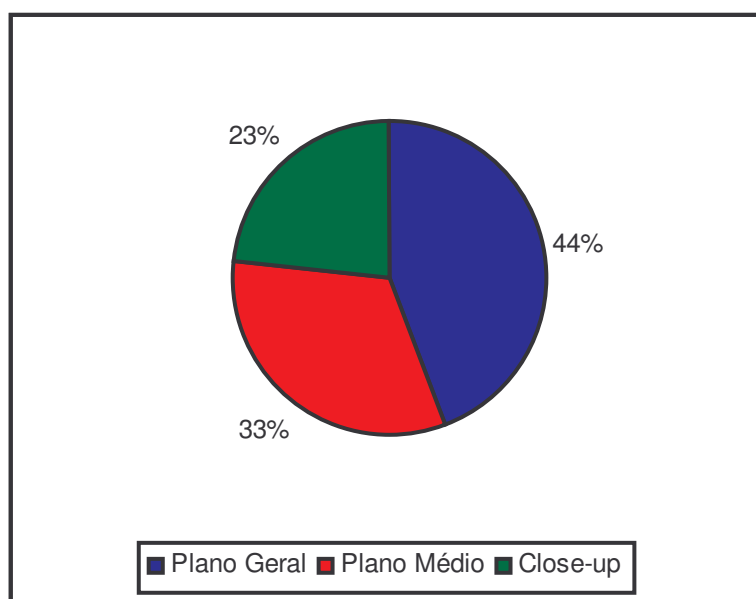
Ao analisar de forma sistemática a condição e os cenários em que os indivíduos anônimos foram representados, surgiu, então, a necessidade de averiguar se esses indivíduos foram ou não identificados. Verificou-se que o *Jornal da Record* teve um número muito próximo entre o índice de não-identificação e o de identificação dos indivíduos anônimos por legenda. Por um lado, de acordo com os dados obtidos, 42,4% dos indivíduos anônimos representados não foram identificados e 39,5% foram identificados por meio de legenda com o nome e a ocupação/profissão dos personagens. Por outro, o número de indivíduos representados e identificados pelo repórter representou 18,1% do total. Isso significa que além de manter os indivíduos anônimos no conteúdo do telejornal, mesmo que participando passivamente, o *Jornal da Record* deu crédito e lugar de fala para esses indivíduos na medida em que os identificou. Dessa maneira, quando foram representados, esses indivíduos também foram interpretados pela maneira como foram enquadrados na câmera da televisão. Percebe-se, a partir do gráfico 14, que o enquadramento prevaiente foi o plano geral, com um índice de incidência de 44,1%, contra 32,7% do plano médio e 23,2% do plano *close-up*.

E mais, a editoria de política geralmente apresentou os indivíduos anônimos como pano de fundo da imagem, em plano geral e em segundo plano e com pouca importância, considerando as fontes apresentadas em primeiro plano. As imagens que mostraram os indivíduos comuns não tinham representatividade em relação ao todo mostrado na tela, reduzindo, assim, o grau de importância desses personagens. Seja como for, a editoria de polícia, no *Jornal da Record*, utilizou planos *close-up*, nos quais foram mostradas características particulares de cada indivíduo anônimo representado. A dor, a angústia, o sofrimento e a tristeza foram caracterizados por destaques dados no enquadramento do olhar,

das mãos aflitas, do choro e das lágrimas, do abraço com familiares e, principalmente, da fala crítica de alguns indivíduos anônimos ao comentar a situação da violência no País.

Nas editorias nacional, economia, esporte, cultura e lazer, o *Jornal da Record* variou bastante na utilização dos planos. Nelas foi possível perceber a diversidade da utilização dos planos geral, médio e *close-up* (esse último, em menor proporção), demonstrando equilíbrio nas imagens e nas matérias ligadas ao futebol e à dança, certo acompanhamento e movimento de câmera para conferir ritmo ao assunto apresentado. Quase sempre que os indivíduos anônimos falaram para o telejornal foram representados em plano médio, sem muito destaque para sentimentos e emoções.

GRÁFICO 14 – Enquadramento dos indivíduos anônimos no *Jornal da Record*



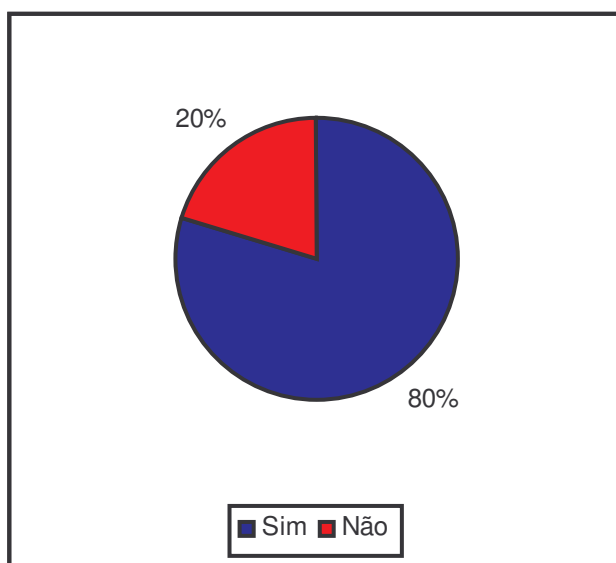
FONTE: FERREIRA, Fernanda V. Elaborado a partir de dados coletados em edições do *Jornal da Record*. Brasília, 2007.

Ao terem sido representados muitas vezes no telejornal, fundamentalmente de maneira passiva, foi necessário esclarecer se os indivíduos anônimos estiveram presentes no conteúdo com o objetivo de validar o que a emissora ou o telejornal pensa a respeito dos assuntos em pauta. Para isso, foi feita uma análise acurada dessas representações. O dado levantado mostrou que, quando estiveram presentes no conteúdo jornalístico, os indivíduos anônimos tiveram a função de validar o que a emissora ou o jornal defendiam: 83,7% dos indivíduos anônimos

representados serviram como pano de fundo e reforçaram a crença e a ideologia do veículo, contra 16,3%, que foram ativos e se colocaram diante do conteúdo sem o objetivo de validar a emissora, com pensamento próprio a respeito do assunto, como indicado no gráfico 15.

Nesse caso, os indivíduos falaram sobre suas atividades profissionais, do seu potencial criativo, da capacidade realizadora quando o assunto em pauta foi esporte, cultura ou lazer. Percebia-se que os indivíduos ficaram mais livres para falar quando essas temáticas apareciam, de modo que não pretendiam validar ou se identificar com o telejornal, mas apenas demonstrar, por intermédio de suas falas, o que realmente pensavam acerca do assunto. Um dado importante é que os indivíduos anônimos podiam, também, falar durante mais tempo no *Jornal da Record*. Falavam, em média, de seis a doze segundos.

GRÁFICO 15 – Indivíduos anônimos e a validação da opinião do *Jornal da Record*



FONTE: FERREIRA, Fernanda V. Elaborado a partir de dados coletados em edições do *Jornal da Record*. Brasília, 2007.

Nesse sentido, percebe-se que os indivíduos anônimos, em geral representados, não tiveram poder de intervenção nos acontecimentos por intermédio de suas falas. Portanto, foi necessário entender como se davam os discursos no conteúdo do *Jornal da Record*. Para levantar esse dado, foi necessária observação atenta para entender como se processavam as

construções de sentidos a partir, até mesmo, da ordenação e do enfoque dados às falas das fontes oficiais, oficiosas, *experts* e indivíduos anônimos.

O dado verificado foi que, de certo modo, o *Jornal da Record* apresentou relativo equilíbrio na presença dos discursos autoritário (100%), polêmico (100%) e lúdico (85%). Entretanto, salta aos olhos o fato de em todas as edições terem existido discursos autoritários e polêmicos, bem como presença marcante do discurso lúdico, geralmente ligado ao fato de o telejornal trabalhar com ideais, sonhos e experiências de vida de personagens que tinham características valorizadas nas matérias.

Talvez essa recorrência do discurso lúdico possa ser explicada pelo fato de, no *Jornal da Record*, haver presença razoável do índice de representação ativa dos indivíduos anônimos e recorrência de conteúdos que os inseriram ligados a cenários positivos como mencionado anteriormente.

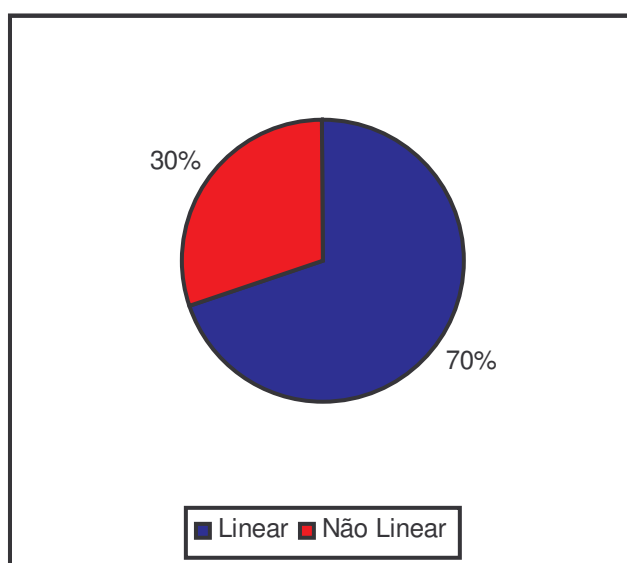
Dessa maneira, pode-se compreender que o discurso do *Jornal da Record*, ao mesmo tempo em que se mostrou autoritário por intermédio das falas inseridas no seu conteúdo, polemizou as questões e minimizou ou tornou mais flexível o material informativo ao mesclar matérias de cunho negativo com outras nas quais os indivíduos anônimos também foram representados de modo positivo, realizando alguma ação considerada importante dentro da dinâmica social brasileira.

Esses dados, sem dúvida, influenciaram na relação estabelecida entre imprensa e cidadania no telejornal em questão. Percebeu-se que a linha da relação linear se manteve constante em quase todos os momentos do gráfico, à exceção do dia 26 de junho, quando a linha que representa a relação não-linear apresentou comportamento crescente. Esse período coincidiu com participação ativa dos indivíduos anônimos, bem como com assuntos e temáticas consideradas positivas do ponto de vista da sociedade brasileira, como futebol e samba.

O dado que mostrou a relação não-linear, entretanto, se manteve acima de zero durante quase todo o período analisado, o que configura um cenário de certo modo positivo ao se pensar a relação cidadania estabelecida entre cidadãos e imprensa. É importante salientar que só o fato de o telejornal conceder mais espaços para os indivíduos anônimos do que para as fontes oficiais, como mencionado anteriormente, é um grande avanço no que diz respeito à relação estabelecida entre cidadania e imprensa.

Ademais, o pico mais alto do gráfico que indicou a relação linear mostrou que o dia 31 de julho foi exatamente um dos dias com conteúdo mais trágico, violento e negativo da amostra analisada, em que os indivíduos anônimos foram representados angustiados, reclamando, sofrendo a ação e não puderam atuar como sujeitos realizadores. O gráfico 16 ilustra o comentário:

GRÁFICO 16 – Relação entre imprensa e cidadania no *Jornal da Record*



FONTE: FERREIRA, Fernanda V. Elaborado a partir de dados coletados em edições do *Jornal da Record*. Brasília, 2007.

Diante, portanto, do exposto neste capítulo, foi possível estabelecer uma caracterização e uma descrição do conteúdo e do formato do *Jornal da Record*, bem como da representação dos indivíduos anônimos nesse produto informativo e a relação existente entre a imprensa, no caso, o telejornal, e a cidadania. Os dados aqui apresentados serão melhor analisados no capítulo comparativo deste trabalho, que irá relacionar as informações obtidas a partir da análise dos dois telejornais escolhidos.

8. OS INDIVÍDUOS ANÔNIMOS NO *JORNAL NACIONAL*: NA CONTRAMÃO DA CIDADANIA

Ao partir do pressuposto de que a mídia exerce papel preponderante na contemporaneidade, é imprescindível compreender quais e como foram as representações dos indivíduos anônimos no debate diário das questões públicas mais importantes escolhidas para compor a pauta do telejornal. A partir do que discutiu Jürgen Habermas, é possível afirmar que, em princípio, qualquer tipo de ação de fala pode ser mobilizada de modo estratégico e, desse modo, não necessariamente precisa ser revelada ao receptor.¹⁰⁸

O *Jornal Nacional*, ao apresentar, no seu conteúdo informativo, um número representativo de fontes ligadas a instituições públicas, ministérios, Congresso Nacional demonstrou que o espaço, em tese, destinado às discussões públicas de assuntos de interesse público foi verticalizado, na medida em que apresentou o discurso de instituições ligadas ao poder em todas as editorias do conteúdo informativo.

8.1 OS INDIVÍDUOS ANÔNIMOS NÃO PARTICIPAM DA VIDA POLÍTICA

A presença hegemônica das fontes oficiais e, literalmente, a exclusão dos indivíduos anônimos na editoria de política, por exemplo, mostrou que o *Jornal Nacional* não se configurou como um espaço de debate e conflito de interesses, visto que os interesses das pessoas comuns não foram incluídos no telejornal, principalmente nas temáticas que envolviam a discussão sobre a dinâmica da política brasileira. Esse dado demonstra que, como uma ação estratégica, a comunicação no *Jornal Nacional* foi uma via de mão única do ponto de vista de assuntos ligados à política, uma vez que o discurso vertical e único das fontes

¹⁰⁸ Habermas, J. *O pensamento pós-moderno – estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

ligadas às instituições públicas pôde expor e dominar o discurso do telejornal nesta área temática.

Esse aspecto pode ser entendido, do ponto de vista da cidadania, ao considerar que o resultado desse processo de preponderância do espaço midiático resultou na manipulação crescente que o poder institucional da comunicação exerce sobre os grandes temas que emergem da sociedade civil. Dessa maneira, a comunicação midiática transformou-se em um substituto da política e, nessa lógica, opera uma exclusão da fala daqueles indivíduos que contestam e reivindicam seus direitos do ponto de vista da temática da política nacional. Com isso, pode-se afirmar que os indivíduos anônimos brasileiros representados como paisagem e pano de fundo no *Jornal Nacional* não tiveram cidadania global, visto que não puderam opinar sobre a diversidade temática apresentada pelo telejornal.

De tal sorte, o discurso político no *Jornal Nacional* foi composto por cidadãos de primeira classe – geralmente ricos e brancos –, que exerceram poder pela posição que ocuparam no cenário político, pelo prestígio social e pelo dinheiro que possuem. Considerando a discussão de Eugênio Bucci,¹⁰⁹ em um país onde os índices de analfabetismo são elevados, a televisão assume papel preponderante e se torna a mídia mais importante no espaço público. Isso se reflete de modo negativo, uma vez que, na discussão política, os indivíduos anônimos não foram incluídos no debate e, por conseguinte, a tendência será a de não terem acesso ao conteúdo da discussão; e mais, continuarem excluídos do debate político. Conforme expôs Luiz Martins da Silva, o caso brasileiro revela a herança de uma sociedade que ainda não assumiu a primazia e, por isso, mantém a relação: Estado – Sociedade.¹¹⁰ Dessa maneira, é de questionar a função social da mídia, visto que ela é uma representação dos fatos a partir do social e para o social, não significando, entretanto, que seja inteiramente permeável ao social, mas no caso da política, o telejornal nem sequer utilizou as falas dos indivíduos anônimos, deixando-os relegados a segundo plano, sem qualquer grau de interferência sobre o curso dos fatos apresentados, mesmo que esses estivessem ligados ao cotidiano dos indivíduos, revelando uma representação da cidadania dos indivíduos anônimos de forma passiva e sem importância no curso dos fatos noticiados.

O discurso político no *Jornal Nacional* é fragmentado, rápido e descontextualizado, seguindo a lógica operativa do telejornalismo. Ao passo que não insere os indivíduos

¹⁰⁹ Cf. BUCCI, E. *Brasil em tempo de TV*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1996.

anônimos por meio de falas, desconsidera a importância da sua participação, excluindo a possibilidade de debate democrático e atuação dos indivíduos anônimos, e reduz sua capacidade de intervenção nos acontecimentos. Por não serem representados participando da vida política, os indivíduos anônimos podem cada vez mais se distanciar da vida pública, de forma que as decisões e resoluções políticas “deixem” de fazer parte da sua vida e do seu interesse cotidiano. Há, então, uma tendência a manipular os indivíduos para que cada vez menos participem das discussões políticas.

Do ponto de vista imagético, é possível observar que na apresentação do conteúdo ligado à política, os indivíduos foram representados em segundo plano e não envolvidos com o que foi discutido no telejornal pelas fontes oficiais. Na maioria das vezes, eram pessoas comuns que passaram pelo local em que as imagens foram gravadas e foram desfocadas para não prevalecerem sobre as fontes oficiais que sempre estiveram representadas em primeiro plano nas imagens do conteúdo informativo político do *Jornal Nacional*. Isso também se explica pelo fato de que o movimento e o ritmo dessas pessoas comuns caminhando e passando atrás dos atores políticos muito provavelmente poderiam provocar uma diminuição da importância do discurso, minimizando seus efeitos. Por isso, em primeiro plano, na editoria de política, sempre estiveram presentes os atores políticos ligados às instituições públicas mencionados em capítulos anteriores. Geralmente, dando entrevista a toda imprensa, essas fontes foram enquadradas no mesmo nível que o telespectador, falando diretamente e, muitas vezes, indicando que estariam dando aquela entrevista direto para o receptor. Ou seja, demonstrando que o que a fonte dizia sobre determinado assunto teria ligação direta com o telespectador. Ademais, em algumas vezes, as imagens foram feitas dando uma ideia de superioridade do falante em relação ao telespectador – por meio do posicionamento da câmera de baixo para cima. Esse posicionamento de câmeras, sem dúvida, reflete na carga emocional e psicológica que o telejornal pretende passar.

Sobre o que constitui as imagens da televisão, Gustavo Bueno ofereceu uma importante contribuição ao demonstrar em um de seus modelos que o que não está na tela não faz parte da realidade social.¹¹⁰ Ao não ser incluído no telejornal, os indivíduos anônimos não fazem parte de determinada realidade. Isso determina a capacidade de participação ou não da construção de noções da realidade social criada para os indivíduos receptores, formando um

¹¹⁰ SILVA, L. M. da. Imprensa e cidadania: possibilidades e contradições. In: MOTTA, L. G. (org.). *Imprensa e poder*. Brasília: UnB, 2002.

¹¹¹ BUENO, G. *Televisión: apariencia y verdad*. Barcelona: Gedisa editorial/Capellades, 2000.

tudo significativo por meio de imagens e falas. Nas temáticas que envolveram a política brasileira, houve uma predominância do discurso autoritário, até pela presença única de fontes oficiais reforçando que o que está na tela faz parte do mundo, e o que faz parte do mundo também está na tela em uma relação diretamente proporcional.

8.2 NOS CENÁRIOS VIOLENTOS, OS INDIVÍDUOS ANÔNIMOS EXISTEM E SÃO REPRESENTADOS

Crimes, homicídios, roubos, tráfico de drogas, dor, sofrimento, medos, angústia e impotência, esses foram os cenários nos quais esteve presente a maior parte dos indivíduos anônimos no *Jornal Nacional*. Donas-de-casa, moradores de bairros de classe média e favelas, trabalhadores, policiais militares, pais que lutam para que se faça justiça contra assassinos de seus filhos foram os indivíduos anônimos enquadrados na segunda classe de cidadãos – por definição, aqueles cidadãos pertencentes à classe média modesta, os trabalhadores assalariados com carteira assinada, pequenos proprietários e funcionários da zona rural ou urbana, os quais efetivamente estão sujeitos aos rigores da lei, que representaram cerca de 15% dos indivíduos anônimos representados.

Com menos representatividade (10%), traficantes, bandidos, detentos de penitenciárias, filhos acusados de matar os pais exemplificaram os indivíduos pertencentes à terceira classe de cidadãos, chamados de “elementos”, “bandidos”, ou “criminosos” pelo jargão jornalístico, que estiveram presentes no conteúdo por meio de imagens, mas não tiveram lugar de fala no telejornal. Isso indica que esses indivíduos foram representados sempre algemados, sendo levados pela polícia aos departamentos e apareceram quase sempre sem camisa, cabisbaixos e sem qualquer poder de intervenção.

Esses indivíduos anônimos de segunda e terceira classes quase sempre estiveram presentes no debate sobre as questões que envolviam violência. Entretanto, o posicionamento de suas falas, sempre após a fala das autoridades públicas, minimizou o poder que eventualmente poderiam exercer no conteúdo. Fragilizados e impotentes diante dos fatos sociais, os indivíduos relataram suas angústias e, numa condição de existência passiva, não

imprimiram maior diferença para o conteúdo apresentado pelo *Jornal Nacional*. As falas desses personagens tiveram sua importância e sua representatividade minimizadas pelo discurso autoritário das fontes institucionais. O Estado, por meio de delegados de polícia, inspetores, representantes do governo do estado de São Paulo, sempre aparecia com a promessa de desenvolver ações estratégicas para combater o crime organizado. Eles não comentaram as ações do crime organizado do ponto de vista do cidadão, mas da perspectiva da organização maior, o Estado, como uma entidade social organizada. Na editoria de polícia, a fala das fontes oficiais exemplifica a linearidade e a autoridade dos discursos estatais.

Uma vez representados imageticamente direcionados falando em um mesmo nível ou em outro superior aos receptores, não foi estabelecido conflito entre as falas das fontes ligadas ao governo e dos indivíduos anônimos. Nesses casos, as temáticas e discursos não foram polêmicos, a sobreposição das falas demonstrava, quase sempre, indivíduos testemunhas e envolvidos em cenários de violência que reclamavam passivamente contra a insegurança, questionavam a violência, contavam como aconteceram as ações violentas, muitas vezes com riqueza de detalhes, mas jamais polarizavam com as fontes oficiais. Essas, por sua vez, apareciam no conteúdo “resolvendo o problema”, demonstrando que a polícia estaria controlando o que já havia sido considerado e qualificado pelo telejornal, como desordem social.¹¹²

O discurso vertical, linear e autoritário das fontes oficiais contrapôs-se aos testemunhos dos fatos sociais representados pelos indivíduos anônimos. Esses não discutiam medidas, soluções, alternativas para a situação de segurança pública, o espaço destinado a esses personagens esteve sempre ligado a meros relatos da realidade, reclamações, depoimentos que exprimiam o estado emocional e de indignação das pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, nos cenários violentos.¹¹³

¹¹² “Não é fácil você identificar as lideranças negativas passíveis de transferência. É um trabalho que o estado de São Paulo está fazendo e deverá fazê-lo com toda a cautela, é evidente”, falou Maurício Kuehne, do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça. “Uma vez declarada a guerra, vamos dizer assim, você precisa pensar em como sair dessa guerra. E só tem uma saída. É vencer”, disse Saulo de Abreu (*Jornal Nacional*, 12/7/2006).

¹¹³ “Mandou todo mundo deitar com a cara no chão, falou pra gente não reagir, que não era com a gente. Passamos o maior medo deitados”, disse uma testemunha. “Eu só vi os fios soltando, passando perto da gente”, contou uma moradora da região. “É aterrorizante, a gente não é acostumado com isso”, disse outro. “Moro aqui há 52 anos, e nunca vi uma coisa dessas aqui”, contou um comerciante. “Parei para a passageira e os caras apareceram do nada. Mandaram descer e já foram jogando gasolina. Tacaram fogo”, contou o motorista Adriano Almeida (*Jornal Nacional*, 12/7/2006). “Ele tava com muito medo. Ele tava muito apreensivo por causa dele ser policial, ele tinha medo”, disse ela. “Dois elementos passaram de bicicleta quando um gritou e falou: Atira, atira para matar que ele é filho de carcereiro”, contou o delegado Odair Grilo. “Mandaram eu ficar na moral se

Nesse aspecto, o tipo de cidadania exercido pelos indivíduos anônimos se enquadra na cidadania passiva e não global, uma vez que esses personagens não têm poder para intervir e discutir com igualdade e pluralidade as temáticas apresentadas no telejornal. Assim, descaracteriza-se a noção de que a mídia é um espaço para debate e discussão, em que idealmente deveria se estabelecer um contexto de conflitos, tensões e contradições, no qual a argumentação estratégica se refletiria em um maior ou menor grau de convencimento e participação para a resolução de conflitos.

Da forma como foram dispostas as falas dos indivíduos anônimos e a partir do conteúdo que apresentaram, pode-se afirmar que o *Jornal Nacional*, seleciona as falas e prioriza algumas delas dependendo do assunto a que está relacionada. Por essa razão, outros fatores se encarregam de descumprir princípios e propósitos para que a mídia se estabeleça como um espaço público de forma que o mundo da vida acaba sendo colonizado pelo mundo sistêmico e o social acaba sendo subjugado às categorias maiores da dominação, de poder e de dinheiro. Dessa maneira, pode-se afirmar que o espaço público midiático não esteve aberto às classes menos favorecidas e pobres, a não ser quando seus membros estiveram envolvidos em assassinatos, conflitos, tragédias ou número elevado de mortos. Efetivamente, o *Jornal Nacional* não se propõe a fazer um tipo de jornalismo chamado de jornalismo público, em que os cidadãos que são representados são sujeitos realizadores e construtores do processo social.

A condição de submissão dos indivíduos anônimos é mais explícita ainda quando há uma compreensão dos enquadramentos utilizados para representar os indivíduos anônimos na editoria de polícia. Quando falavam ao *Jornal Nacional*, esses personagens foram enquadrados em plano médio e *close-up*. Em plano médio, os indivíduos apenas relataram os fatos sociais; por outro lado, em plano detalhe, o telejornal evidenciou os sentimentos, os sofrimentos e, principalmente, o medo e a impotência dos indivíduos anônimos. Imagens lentas, do geral para o específico foram utilizadas para mostrar principalmente, o medo, a revolta e a condição de submissão ao crime organizado.

O desejo de justiça daquelas pessoas humildes que perderam familiares por meio da violência urbana, ademais, se difere também do desejo de justiça daqueles indivíduos com nível de instrução e classe social mais elevados. Isso pode ser observado na matéria que

mexesse eles atiravam. Eu vi a arma”, diz uma vítima. “A gente tem vontade de largar tudo. A gente começa a ter uma sensação que tem mais bandido que gente boa, diante da nossa insegurança, diante da nossa realidade”, fala um comerciante (*Jornal Nacional*, 4/7/2006).

mostrou a família de Liana e Felipe, jovens brutalmente assassinados.¹¹⁴ Os pais dos dois jovens entenderam que a justiça foi feita. Outro exemplo foi o julgamento de Suzane Richtöffen, extensivamente acompanhado e noticiado pelo telejornal. Isso demonstra que os crimes que acontecem nas classes sociais mais elevadas são investigados e julgados.

As classes menos favorecidas não foram representadas em um momento sequer no telejornal. Dentro do conceito de verdade e aparência, pode-se afirmar que, ao não serem mostrados na televisão, especificamente no *Jornal Nacional*, a justiça existe e é colocada em prática, neste caso, apenas para aqueles indivíduos que detêm condições sociais mais elevadas. Pessoas humildes envolvidas em crimes bárbaros ficam sem respostas em relação aos crimes que envolvem seus parentes e familiares, ou seja, ficam à margem da representação social, indicando que a morte de pessoas comuns, moradores de favelas, por exemplo, não têm nenhum significado se comparada à de pessoas mais favorecidas, como a família Richtöffen.

Dessa maneira, ao expor os indivíduos anônimos no telejornal com um tipo de cidadania passiva, colocando as fontes oficiais como as únicas autoridades de fala consideradas pelo telejornal, a maneira como foram dispostos esses discursos, de forma que apenas as fontes oficiais puderam concluir os assuntos apresentados, demonstra a tendência do telejornal de ofuscar a imagem dos indivíduos anônimos em detrimento das fontes oficiais, e aumentar a relevância dos indivíduos anônimos, caracterizando-os como meros testemunhos da realidade sem qualquer poder ou grau de intervenção. Maria Thereza Fraga Rocco, ao discutir as autoridades dos discursos na televisão, afirma que é notório e perceptível que, em algumas ocasiões, haja o predomínio de um indivíduo sobre o outro quando o telejornal privilegia uma fonte em detrimento de outra, bem como a maneira como serão dispostas, o lugar que elas vão ocupar no discurso televisivo (se aparecem em primeiro lugar ou por último) definem a fala que irá prevalecer dentro do contexto de determinada notícia. Conforme afirma a autora:

A pessoa que diz é a autoridade, portanto goza de prestígio e, por conseguinte, o que disser será acatado, sobretudo levando-se em conta a forma pela qual acaba por dizer algo. Assim o verbal interage com o pessoal, tornando- indissociável.¹¹⁵

¹¹⁴ “Eu esperava uma pena máxima, essa foi a máxima da máxima”, falou a mãe de Felipe (*Jornal Nacional*, 12/7/2006).

¹¹⁵ ROCCO, M. T. F. As palavras na TV: um exercício autoritário?. In: NOVAES, A. (org.). *Rede imaginária – televisão e democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 247.

O posicionamento da fala, entretanto, não é o único fator a ser levado em conta, mas também o conteúdo que traz a fala dessas fontes: se são ou não identificadas e como são identificadas pelo telejornal. Conforme demonstrado anteriormente, um número razoável de indivíduos anônimos não foi identificado no telejornal como um todo (71,6%), mas, por outro lado, quando se discute a importância das fontes, observa-se que aqueles que têm alguma ocupação ou profissão definida foram, na maioria das vezes, identificados por legenda pelo telejornal (10,2%). Esses dados percentuais indicam um desequilíbrio na identificação das fontes de informação e demonstram que os indivíduos anônimos pertencentes às classes sociais mais desfavorecidas não foram considerados fontes essenciais para a construção das notícias no telejornal, ao terem sido representados sem importância e representatividade.

Ao ver-se representado nestes cenários sob as condições mencionadas, pode-se afirmar que o mundo do cérebro real não é independente do mundo das aparências. Sendo assim, conforme Gustavo Bueno, é possível estabelecer uma relação entre o mundo real e o mundo da televisão, na medida em que o que constitui nossa realidade é também o que está nas telas da televisão, é possível demonstrar que há uma correspondência entre a realidade do mundo e a realidade da televisão.¹¹⁶ A verdade, nesse caso, está relacionada muito mais à realidade aparente do que com a realidade do mundo. Dessa forma, os indivíduos anônimos, mesmo vivendo em contextos diferenciados dos que foram apresentados, podem ter entendido aquela realidade representada como sendo a realidade do mundo, da vida cotidiana, bem como a sua própria realidade, a forma como foram representados, sem autoridade e poder de intervenção diante dos fatos noticiados.

Isso se reflete, sobremaneira, na forma como esses indivíduos estruturam a noção de realidade para construir a sua própria. Nas amostras analisadas, a realidade a aparência que se tem é a de indivíduos frágeis, fracos, sem poder de intervenção, sujeitos à eficiência ou não do poder público, de acordo com o que ela esteve representada na amostra.

8.3 NACIONAL: OS INDIVÍDUOS SOFREM COM PROBLEMAS ESTRUTURAIS, AS FONTES OFICIAIS E OS REPRESENTANTES “DEFENDEM” SEUS DIREITOS

¹¹⁶ BUENO, *op. cit.*

Ao considerar a importância que teve a representação dos indivíduos anônimos no *Jornal Nacional* na editoria nacional (14%), devem ser explicitados alguns pontos importantes. Os indivíduos anônimos representados nas temáticas mencionadas, não participaram ativamente do debate público sobre as questões de infra-estrutura nas áreas de saúde e educação. A ausência do Estado caracterizou o tema dessa editoria, que abordou os problemas enfrentados principalmente nessas áreas pelos brasileiros anônimos. Quando a temática, por exemplo, disse respeito ao atendimento de hospitais públicos, os indivíduos anônimos não tiveram poder de intervenção: ao contrário, eles funcionaram novamente como elementos que conferiram realidade aos fatos noticiados. Eles não agiram estrategicamente para defender seus direitos, apenas ofereceram relatos de fatos, de problemas e de reclamações e, por isso, não foram identificados como indivíduos atuantes que puderam fortalecer o debate, intervir e alterar as condições existentes na realidade na qual estiveram inseridos.

Do ponto de vista da cidadania, isso significa que os indivíduos comuns foram meros representantes dos problemas, e, em alguns casos como na questão da venda da Varig, aqueles funcionários e trabalhadores nem sequer foram incorporados ao debate. Dessa maneira, os indivíduos anônimos representados nesta editoria não foram capazes de falar sobre temáticas variadas e diversificar o seu discurso, uma vez que não exerceram cidadania plena ou global e, portanto, não tiveram capacidade de influenciar o poder político, exercendo um tipo de cidadania passiva em relação aos fatos noticiados. Dessa maneira, a amostra demonstra o que Vieira (2001) já havia discutido sobre os desafios que a cidadania tem para serem superados.¹¹⁷ De acordo com o autor, o primeiro deles seria seu âmbito potencialmente ilimitado, podendo abranger qualquer problema envolvendo as relações entre cidadãos e Estado. O segundo obstáculo é a dualidade no interior do conceito: concepção fina como *status* legal, isto é, cidadão como membro pleno de uma comunidade política particular; uma concepção espessa, como atividade desejável, na qual a extensão e a qualidade da cidadania estariam ligados à função de participação do cidadão em determinada comunidade ou em determinado assunto. E, nessa última reside o maior problema: os indivíduos anônimos representados no *Jornal Nacional* não participaram ativamente da discussão, servindo apenas para conferir realidade aos fatos apresentados.¹¹⁸

¹¹⁷ Cf. VIEIRA, L. *Os argonautas da cidadania – a sociedade civil na globalização*. São Paulo: Record, 2001.

¹¹⁸ Sobre uma matéria que mostrou pesquisa informando que em 2010 boa parte da população brasileira viveria em favelas, os comentários dos indivíduos anônimos foram: “A discriminação é muito grande para quem mora em favela”, diz um morador. “Tem muita gente passando fome aqui dentro”, denuncia uma moradora. “Sem

Os indivíduos anônimos representados nesses cenários pertenciam principalmente à segunda classe, formada por pessoas de classe média humilde, trabalhadores registrados, funcionários de empresas, como os funcionários da Varig, motoristas, e, geralmente variaram entre brancos, pardos e pretos.

No que diz respeito à lógica operativa, segundo Heródoto Barbeiro e Paulo Rodolfo de Lima, “o texto do telejornal tem uma estrutura de movimento, instantaneidade, testemunhalidade, indivisibilidade de imagem e som, sintetização e objetividade”.¹¹⁹ Os indivíduos anônimos representados pelo telejornal nesta editoria ofereceram seus depoimentos de modo muito rápido e instantâneo, uma vez que o telejornal não prioriza as fontes anônimas para a constituição do discurso jornalístico. A relevância dessas fontes foi minimizada, já que no enquadramento foi comum a utilização dos planos geral e médio, outras vezes da chamada tomada geral, que parte do geral para o particular, mostrando os indivíduos anônimos no plano médio. As imagens dos indivíduos anônimos no telejornal tinham significações implícitas e explícitas nessa editoria. Nos contextos relacionados à saúde, foram mostrados indivíduos à mercê do Estado, dos médicos e do atendimento público.

Em outras circunstâncias, os indivíduos anônimos também foram representados: donas de casa e moradores de cidades onde a quantidade de chuvas ocasionou inundações e tragédias comentaram entristecidas, as conseqüências das condições climáticas.¹²⁰ Nesses cenários, as fontes anônimas foram identificadas apenas pelo repórter e indicaram através da utilização de planos detalhes, a dor e a fragilidade destas pessoas que perderam suas casas e sua história junto com as enchentes nas cidades. Sem poder de intervenção, sentindo-se impotente, a dona-de-casa ressaltou em sua fala o fato de que “infelizmente” aquilo não havia sido um sonho. De um lado, do ponto de vista da lógica operativa do telejornalismo, imagens das casas e das pessoas recolhendo seus pertences foram mostradas com um ritmo lento, e, com uma narração que demonstrou certo compadecimento e sentimentalismo do repórter, como se ele estivesse compartilhando, também a dor da perda dos moradores.

dúvida, é mais fácil adquirir certos tipos de problemas e certos tipos de doença na favela”, comenta outro morador (*Jornal Nacional*, 16/6/2006).

¹¹⁹ BARBEIRO, H & LIMA, P. R. de. *Manual de telejornalismo – os segredos da notícia na TV*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p. 56.

¹²⁰ “Levou tudo, né? Casa, sonho, a vida da gente que estava aí. Infelizmente, não foi um pesadelo foi realidade o que aconteceu com a gente”, lembra ela (*Jornal Nacional*, 28/7/2006). “O que foi dito para o povo é que o tráfego aéreo estava ruim e que por isso teríamos que mudar de aeronave. Eu não ouvi nada e nem senti nada”, contou a passageira Elizabeth Cruz (*Jornal Nacional*, 16/6/2006). “Agora vou conseguir, vou no *check-in*”, comemora o rapaz (*Jornal Nacional*, 16/6/2006).

Por outro lado, quando o assunto esteve ligado à educação, poucos indivíduos anônimos participaram porque foram representados por instituições e organizações privadas ou representantes de classes, as chamadas fontes oficiais, tais como líderes e representantes do movimento negro no Brasil que deram sua contribuição para o debate, mas tinham suas falas sempre sobrepostas pelas fontes oficiais. Da maneira como foram dispostas e editadas, esses representantes perdiam em representatividade do discurso em relação às autoridades públicas. Se, por um lado, o governo e seus representantes declararam que o problema de cotas nas universidades públicas estava sendo debatido e seria solucionado, por outro, indivíduos muitas vezes despreparados e sem autoridade de fala, discutiam os seus direitos, mas não se colocavam contrários às fontes oficiais. Isto significa que a edição das falas também altera a compreensão da realidade e importância dos fatos quando, por exemplo, as falas dos representantes de classes têm menos força inclusive na entonação e ritmo, na veemência e certeza do que estão afirmando dentro do contexto da educação.

Do ponto de vista da imagem, o conteúdo informativo que fez parte das notícias ligadas à editoria nacional, houve uma contextualização com ambientes físicos relacionados ao assunto. Matérias gravadas nas ruas, em hospitais, dentro de universidades, próximos a bibliotecas, em escritórios, aeroportos e próximos a imagens de companhias aéreas. Tal contextualização espacial foi discutida por Gustavo Bueno, que afirmou que as pessoas tendem a assimilar as mensagens dos telejornais como verdadeiras, objetivas e não como recortes intencionais e subjetivos do real.¹²¹ Idealmente, de acordo com a teoria liberal da imprensa, a informação deveria conter os atributos de verdade e de objetividade da realidade social, entretanto, tendem a legitimar práticas sociais dominantes, como denunciou a teoria crítica. Isso significa que a produção de sentido a partir do ritmo lento, da contextualização espacial, dos enquadramentos utilizados e da sobreposição das falas, pode ser alterada pelo telejornal, mas também por quem interpreta e compreende o assunto discutido. Isso se dá também pela rapidez da capacidade de percepção visual inerente ao ser humano bem como a aparente simultaneidade do reconhecimento do seu conteúdo e da sua interpretação. Por isso, Martine Joly pondera que é comum a confusão entre percepção e entendimento (interpretação).¹²² Dessa forma, uma pessoa que recebe uma imagem e a percebe não necessariamente a compreendeu, mesmo que tenhamos a impressão de que as duas ações são simultâneas.

¹²¹ Bueno, *op. cit.*

¹²² JOLY, M. *Introdução à análise da imagem*. Campinas: Papirus, 1996.

8.4 CIDADÃOS PORQUE SÃO BRASILEIROS OU CIDADÃOS PORQUE SÃO TORCEDORES?

Sonhos, sentimentos de nacionalidade, cidadania e participação, simbolicamente, essas foram as significações das imagens e das falas dos indivíduos anônimos na editoria de esporte do *Jornal Nacional*, que tratou fundamentalmente dos jogos da Copa do Mundo. Os indivíduos participaram do debate, sugeriram trocas, substituições, puderam ser árbitros, julgaram e estabeleceram uma relação de igualdade com as fontes oficiais, como os técnicos das seleções mais importantes dentro da dinâmica social brasileira, como o Brasil e Portugal. Isso porque, Luís Felipe Scolari foi o técnico da seleção portuguesa durante a Copa do Mundo. Nesse sentido, percebe-se a preocupação do telejornal em contextualizar e mostrar torcidas gaúchas em defesa do técnico Scolari, e os torcedores brasileiros felizes e contentes com o desempenho e as vitórias da seleção com o passar dos jogos. No Brasil ou na Alemanha torcedores mudaram suas rotinas e passaram a ter um sentimento de brasilidade muito maior do que em outras editorias apresentadas pelo telejornal. O “ser brasileiro” foi motivo de orgulho e não importaram os esforços, os torcedores, através das suas falas e imagens, indicaram a vontade e o sentimento de dever com a nação.¹²³

Essa noção representada no telejornal tem muito a ver com a discussão acerca da cidadania, visto que indivíduos anônimos no *Jornal Nacional* se sentiram brasileiros, com direitos, sonhos e com expectativas quando se configuraram como torcedores ativos, sujeitos realizadores, capazes de apostar e sonhar com o hexacampeonato da seleção. A condição de cidadania desses indivíduos foi, portanto, positiva, uma vez que representaram os personagens como sujeitos, capazes de realizar alguma atividade positiva, cidadãos globais das primeira e segunda classes. Independentemente de cor, raça, idade, classe social e gênero, nas imagens, todos se uniram sem diferenças. O único momento em que esta diferença foi perceptível foi quando o telejornal mostrou os brasileiros que já tinham comprado os ingressos antecipados e ficaram em situações mais privilegiadas e a representação dos indivíduos que dormiam em

filas, que assistiam de outros lugares os jogos da seleção brasileira. Esta, portanto, foi a única distinção nesta editoria.

As imagens sempre coloridas, alegres e demonstrando otimismo e expectativa, foram permeadas pelo verde e amarelo, movimentos de bruscos de câmera para acompanhar a torcida, e uma diversidade de enquadramentos bastante equilibrada. Os indivíduos anônimos, apesar de dividirem o espaço com as fontes oficiais, tiveram grande participação nessa editoria. O telejornal tentou mostrar, através de falas e imagens, como os brasileiros eram apaixonados por futebol e como isso transforma a dinâmica social brasileira. Geralmente acompanhada por barulhos das torcidas, em ambientes de descontração e composta por muitas cores e movimentos, as imagens dos indivíduos anônimos tiveram uma grande representatividade no telejornal ao enfatizar o sentimento cívico, do ponto de vista do futebol, dos brasileiros em questão.

A partir da análise das fontes oficiais e especialistas que também compuseram o conteúdo dessa editoria, a fala e as imagens dos técnicos e médicos tiveram importância para construir o imaginário social. Carlos Alberto Parreira, técnico da seleção brasileira, sempre se mostrou sóbrio, manteve a tranquilidade diante das câmeras e, mostrou que estava estrategicamente articulado, até mesmo, com a seleção. Por um lado, as imagens em plano geral e médio do técnico pensativo, analisando cuidadosamente cada possibilidade de enfrentar os times adversários foram substantivas. Por outro, os médicos que cuidaram da saúde dos jogadores da seleção também tiveram papel fundamental ao, incluir ou excluir determinados jogadores de algumas partidas. O telejornal tentou passar segurança e confiança aos torcedores na medida em que colocou a fala do médico sempre após a fala do técnico, validando a opinião anteriormente mencionada. Neste caso, percebeu-se a articulação do telejornal, dentro da sua lógica operativa, para conceder lugar de fala e autorizar o conteúdo dos discursos sobre os fatos noticiados a partir da sobreposição dos discursos das fontes.

Segundo Kênia Maria Menegotto Pozenato, “pode-se, portanto, ver que uma imagem, segundo a aproximação da câmera, segundo o emprego dos planos de filmagem, pode ser ‘trabalhada’ para influenciar psicologicamente o telespectador, pois os planos ‘criam’ a ação”.¹²⁴ Nesse aspecto é importante mencionar que dependendo do que pretendia a emissora, jogadores foram enquadrados de baixo para cima, de cima para baixo ou ainda na mesma

¹²³ “É a única oportunidade que a gente teve. Tentamos os ingressos e nada. Do buraquinho, está dando tranqüilo”, garantiu uma torcedora brasileira (*Jornal Nacional*, 16/6/2006).

altura do telespectador. Jogadores como Ronaldo, criticado pelo seu peso e outros que se machucaram em treinos ou partidas, foram retratados de modo diferenciado. A forma de representação das imagens e da narração foram características, uma vez que ao dramatizar ou exaltar os jogadores a partir de adjetivos, comuns na linguagem jornalística ou, ainda, de leituras com ritmos diferenciados, produziam sentidos para os telespectadores, podendo atribuir um sentido positivo ou negativo ao que era mostrado pelo telejornal.

Lorenzo Vilches afirma que, a imagem televisiva pode construir um discurso retórico com as suas próprias regras de funcionamento, mostrando a causa a partir do efeito, a parte a partir do todo, produzindo redundância ou repetição com objetivo de produzir ênfase na comunicação visual e sonora.¹²⁵ Sob esse ponto de vista, pode-se compreender que as representações dos indivíduos anônimos no telejornal na editoria de esporte também tiveram relação com as representações das fontes oficiais e especialistas, a partir de uma relação de causa e efeito, conforme discutida em parágrafos anteriores.

Nessa editoria, houve a recorrência do discurso lúdico porque as matérias trabalharam com o imaginário social, do ponto de vista dos sonhos, desejos, alegrias e tristezas, satisfações e insatisfações, com a representação da vitória ou da derrota de jogadores com seu estado físico e de saúde, ou ainda, com relação às partidas de futebol. Por isso, nessa editoria, o telejornal conseguiu mostrar elementos simbólicos que caracterizaram o discurso lúdico no conteúdo informativo.

8.5 TRABALHADORES CIDADÃOS ATIVOS: OS INDIVÍDUOS ANÔNIMOS NA EDITORIA DE ECONOMIA

Indivíduos da segunda classe, satisfeitos e felizes com a possibilidade de terem entrado no mercado de trabalho, por fazerem parte da dinâmica e do contexto social brasileiro. Eis as linhas gerais do cenário mais comum de representação dos indivíduos

¹²⁴ POZENATO, K. M. M. *Retórica e jornal televisivo*. Caxias do Sul: EducS, 1997, p. 48.

¹²⁵ VILCHES, L. *La lectura de la imagen – prensa, cine, televisión*. Barcelona: Paidós, 1984, p. 67.

anônimos brasileiros na editoria de economia (6%) no *Jornal Nacional*. O discurso desses indivíduos foi sempre otimista, acreditando em um futuro melhor para sua família, para a melhoria da qualidade de vida e poder de compra. Dessa forma, os indivíduos anônimos brasileiros participaram do debate sobre crescimento de empregos na área da construção civil, da elevação do PIB e de alternativas para dinamizar sua economia.¹²⁶ Nessas ocasiões, os indivíduos anônimos foram representados como atores realizadores e participativos do processo social, capazes de realizarem ações positivas dentro do contexto social do País.

Do ponto de vista da imagem, os indivíduos representados no telejornal na situação anteriormente descrita foram enquadrados principalmente em plano médio, mas, geralmente sorrindo e otimistas em relação ao futuro profissional e ao comentarem sobre a aposentadoria.¹²⁷ Em outras ocasiões, foram representados sorrindo, mas com o compromisso de sustentarem suas famílias.¹²⁸ Entretanto, o telejornal demonstrou que os trabalhadores não pareciam querer parar de trabalhar como empregados, mas sim como donos do próprio negócio.¹²⁹

O discurso dos indivíduos anônimos também foi “casado” com as imagens que os representaram. Na amostra analisada, o que se pode observar é uma consonância entre os discursos e as significações das imagens que foram representativas. Nesse sentido, considerando a dinâmica social, brasileiros anônimos representados de modo positivo indicavam, de acordo com Gustavo Bueno,¹³⁰ que o que está no mundo também está na televisão e vice-versa, ou seja, a realidade do mundo cotidiano também é representada no telejornal.

Ademais, tem-se a representação de personagens reivindicando seus direitos como consumidores.¹³¹ Os indivíduos anônimos representados no *Jornal Nacional*, muitas vezes serviram como pano de fundo, mas no caso específico dessa matéria ligada à economia, os indivíduos que compuseram o cenário, as imagens, e fizeram parte do conteúdo discursivo foram os de primeira e segunda classe, principalmente, essa última. Nesse sentido, eles exerceram a cidadania passiva, visto que não foram apresentados em condições de se impor

¹²⁶ “Foi no mesmo dia que eu fui contratado. No mesmo dia. Cheguei, tava precisando e encaixei”, conta Cival, carpinteiro (*Jornal Nacional*, 31/5/2006).

¹²⁷ “Lá pelos 80, 85, espero, né?”, diz Cícera (*Jornal Nacional*, 4/7/2006)..

¹²⁸ “Não posso, eu é que sustento a família”, diz ela (*Jornal Nacional*, 4/7/2006).

¹²⁹ “Eu acho que a maior vantagem de trabalhar por conta própria é a liberdade que você tem. Você é muito mais dono do seu tempo, da sua vida”, comenta ele (*Jornal Nacional*, 4/7/2006).

¹³⁰ BUENO, *op. cit.*

ou de exigir seus direitos, mas apenas de reivindicar, reclamar dos problemas que os afligem, como, por exemplo, o fato de não terem informações importantes no rótulo dos produtos consumidos. Indivíduos que aparentaram indignação, por desconhecerem seus direitos, foram enquadrados em plano médio. Nesse tipo de matéria, entretanto, foi usual a utilização de tomadas gerais para o particular, fechando nos indivíduos anônimos.

Além dos personagens comuns, as fontes que representam classes e também os especialistas também estiveram presentes no conteúdo informativo, como foi o caso de representantes do Procon, médicos, nutricionistas que avaliaram a situação do ponto de vista científico. As falas, então, desses indivíduos de primeira e segunda classe foram intercaladas com as falas das fontes de primeira classe consideradas especialistas, com nível superior. Essas matérias ligadas a consumo tendiam a aproximar o assunto dos brasileiros na medida em que trataram de temáticas que estão diretamente ligadas aos indivíduos. Dessa forma, as fontes oficiosas e *experts* também tiveram um papel importante, visto que ajudaram a construir e a dar relevância e credibilidade aos discursos dos indivíduos anônimos representados que podem ser agrupados na categoria de discursos polêmicos, uma vez que, polarizam com empresas privadas e instituições públicas ao reivindicarem seus direitos.

Quase sempre foram lidas por apresentadoras e por repórteres do sexo feminino para aproximar ainda mais das donas-de-casa e das consumidoras, principalmente, de supermercados. Essa também foi uma forma que o telejornal encontrou para discutir economia doméstica na cotidianidade dos indivíduos anônimos. No que diz respeito à construção de sentidos a partir da imagem, o ritmo também foi um elemento analisado no conteúdo de matérias dessa editoria. A leitura do texto foi pausada, inspirando tranquilidade, mas também movimento e ritmo que acompanhou a seqüência de imagens utilizadas e o movimento dos personagens que ficaram como paisagem dessa área temática.

Assim, pode-se perceber que a representação dos indivíduos anônimos no *Jornal Nacional*, especificamente na editoria de economia, teve duas nuances do ponto de vista da cidadania e da representação dos indivíduos: a positiva/ativa e a negativa/passiva.

¹³¹ “Ninguém tem noção. A gente compra sem saber”, diz uma consumidora (*Jornal Nacional*, 31/5/2006).

8.6 NO EXTERIOR: INDIVÍDUOS ANÔNIMOS PASSIVOS PEDEM SOCORRO

A editoria internacional, apesar de ter tido pouca representatividade percentual, apenas 6% do conteúdo total, demonstrou que os indivíduos anônimos ali representados tiveram uma condição submissa em relação principalmente ao governo brasileiro e às instituições mundiais que lutam pelo direito à vida. Privados da sua liberdade de ir e vir e de seus direitos civis e sociais, os indivíduos anônimos não participaram do debate público, não tiveram qualquer poder de intervenção a partir da discursividade argumentativa. Ao contrário, foram caracterizados pela necessidade de ajuda, pela submissão a setores públicos ligados ao Estado.

Diante do conflito no sul do Líbano, o *Jornal Nacional* teve a preocupação de mostrar o que aconteceu naquela região, principalmente pela proximidade do fato em relação à sociedade brasileira, motivado pelas manifestações em frente à Embaixada de Israel. Enquanto indivíduos anônimos pediram ajuda¹³² diretamente por telefone do sul do Líbano, o telejornal mostrou também outros indivíduos anônimos em destaque, mas de outras nacionalidades que não a brasileira.¹³³

Esse fato tem uma importância significativa, posto que o *Jornal Nacional*, no processo de seleção das fontes, escolheu aquelas distantes geograficamente para falar ao telejornal. A título de comparação, pode-se entender que o espaço destinado aos indivíduos anônimos brasileiros foi menor do que o espaço que teve o discurso dos indivíduos de outras nações, conforme citado anteriormente. Porquanto, percebe-se que o telejornal tem uma atuação e cobertura mais global, priorizando o mundial em detrimento do nacional ou regional.

As imagens em plano geral dos indivíduos anônimos brasileiros representados nas manifestações tiveram um papel importante uma vez que mostrou a mobilização dos brasileiros em favor de uma causa sua. Entretanto, a única informação verbal foram as faixas colocadas em frente à Embaixada, as quais indicavam o motivo da manifestação. Com efeito, os indivíduos anônimos que estavam no sul do Líbano foram representados por meio de uma

¹³² “É muita tensão, a gente quase não dorme, não consigo trabalhar, muito aflito”, conta ele. “Muito perigoso a gente pegar o carro e ir lá para Beirute, para embaixada. Porque tão ‘bombeando’ tudo o que tá na frente”, disse Ale Hejeije. “Por favor, olhem pra gente, que a gente tá numa situação muito terrível. Não dá mais pra agüentar”, disse Tagrid El Banna (*Jornal Nacional*, 12/7/2006).

¹³³ “Não tínhamos comida. Dormimos no chão. Todo mundo passou mal. Fomos tratados como animais”, disse um canadense. “Eu ainda tenho parentes presos lá”, falou uma americana. “Estão destruindo o país. Eu chorei quando deixei o Líbano”, comentou outro americano (*Jornal Nacional*, 20/7/2006).

cidadania passiva, submissa e sem poder de intervenção por meio de fotos que as famílias das vítimas forneciam para o telejornal. Isso porque falaram para o telejornal por meio de telefone e se mostraram extremamente aflitos, envoltos em situações indignas dentro de um processo de caos social, pedindo e clamando ajuda para a comunidade internacional e, principalmente, para o governo brasileiro. Esses indivíduos anônimos, portanto, foram representados como vítimas, sofrendo a ação dos conflitos fora de seu país.

Ainda no que diz respeito à lógica operativa do telejornal e à imagem, a apresentação dos fatos internacionais procedeu-se por meio de locução tensa, alternada entre os apresentadores do *Jornal Nacional*. As imagens, por sua vez, também foram chocantes na medida em que mostraram espetacularmente a realidade contada pelos indivíduos anônimos brasileiros ou não representados.

9. OS INDIVÍDUOS ANÔNIMOS E O *JORNAL DA RECORD*: UM PASSO LENTO RUMO À CIDADANIA

Ao considerar que a mídia exerce papel fundamental nas sociedades contemporâneas por oferecer recortes do todo da realidade social e apresentar aos receptores noções da realidade, é imprescindível considerar que a forma como são representados os indivíduos anônimos brasileiros no *Jornal da Record*, considerado por pesquisas Ibope o vice-líder de audiência, altera a compreensão dos indivíduos receptores, bem como oferece uma diversidade de representações no conteúdo diário do telejornal. Nesse sentido, a descrição e o mapeamento feito no capítulo descritivo contribuem para a análise dos dados apresentados.

O *Jornal da Record* apresentou quase o dobro de indivíduos anônimos representados no conteúdo informativo, 62%, quando comparado ao *Jornal Nacional*, com 38%. Esse dado salta aos olhos, pois sugere que o *Jornal da Record*, numericamente, demonstra valorizar a presença dos indivíduos anônimos no seu conteúdo. Dessa forma, cabe avaliar quais foram os contextos em que esses estiveram inseridos e, efetivamente, como podem ser avaliadas as suas representações do ponto de vista teórico.

9.1 INDIVÍDUOS ANÔNIMOS VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA URBANA

Ao considerar a presença expressiva de indivíduos anônimos no telejornal, deve-se observar que o cenário em que estiveram presentes mediante imagem e fala foi, principalmente, aqueles que apresentaram imagens violentas, conflitos, homicídios, caracterizando desordens sociais. Nesse contexto, os indivíduos anônimos pertenceram às segunda e terceira classes de cidadãos. Entretanto, o que se pode observar diante da amostra analisada é que houve uma preponderância dos indivíduos da segunda classe na composição

do cenário da editoria de *polícia*, mesmo porque foram eles que falaram para o telejornal e demonstraram seus sentimentos em relação aos episódios violentos já mencionados. Ademais, em menor proporção, foram representados os indivíduos da terceira classe de cidadãos, que não falaram para o telejornal, mas foram representados como os causadores dos problemas sociais enfrentados pela população como um todo. Dramas individuais também ocuparam essa editoria, tais como seqüestros e homicídios de pessoas comuns.

Do ponto de vista da discussão pública, os personagens anônimos não puderam contribuir de maneira substantiva, visto que eles apenas relataram os fatos. De acordo com Nancy Fraser,¹³⁴ a idéia de uma esfera pública habermasiana designa um teatro nas sociedades modernas com uma participação política possibilitada pela conversa, pela discussão. No seu entendimento, a esfera pública habermasiana é o espaço em que alguns cidadãos deliberam sobre assuntos comuns, é o lugar para a produção e a circulação dos discursos que podem, em princípio, ser uma crítica ao Estado. Diante da impossibilidade de os indivíduos anônimos discutirem os fenômenos, o telejornal não configurou a chamada esfera pública habermasiana.

Nessas ocasiões, o *Jornal da Record* apresentou os indivíduos anônimos em condições essencialmente emotivas, ao relatar a tristeza de ver seus familiares mortos pela onda de criminalidade.¹³⁵ Assim, os indivíduos anônimos trabalhadores foram representados em situações de risco social, fragilizados e desestruturados, sem poder de intervenção, exercendo cidadania passiva e não global, dado que, ao não reagirem e apenas relatarem os fatos e ao não poderem opinar sobre pontos de vistas diferentes, os indivíduos anônimos não exercem sua cidadania plena. Essa última, por sua vez, passa longe dos indivíduos anônimos representados nessa editoria. Sem garantias de vida, de ir e vir, de liberdade para se expressar, os indivíduos anônimos cada vez mais reforçam sua situação de anonimato, propriamente dito.¹³⁶

¹³⁴ FRASER, N. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, Craig. *Habermas and the public sphere*. Cambridge: Mit Press, 1993.

¹³⁵ Na matéria do dia 12 de julho, o telejornal mostrou o drama individual de duas famílias que perderam seus filhos: uma porque o menino esteve envolvido com traficantes; e outra porque o policial e a irmã do policial foram mortos. “Ele era uma pessoa muito boa e tinha o sonho de ser policial, não dá para acreditar (...) A minha irmã também era uma pessoa muito boa. (...) Ele queria se casar”. No mesmo dia, uma testemunha diz: “Pânico, foi terrível. O senhor não tem noção, Foi horrível, foi horrível, foi a pior noite da minha vida”, ao comentar sobre a morte de três vigilantes baleados em serviço. Uma outra testemunha diz: “Até quando vai isso? Os pais de família morrendo assim, né? No próprio serviço, né?”. Outra fonte anônima explica: “Ele só pedia socorro, socorro, para alguém salvar, mas infelizmente não dependia de mim” (*Jornal da Record*, 12/7/2006).

¹³⁶ As fontes-testemunhas utilizadas no conteúdo informativo do *Jornal da Record* e relacionadas com o drama da violência, não foram, em sua maioria, identificadas por legenda, e uma parcela substantiva delas foi representada com voz e imagem distorcida. A título de exemplificação, a matéria do dia 31 de julho que mostrou

Ao analisar a questão da cidadania, é possível afirmar que a mídia seleciona os indivíduos que compõem o conteúdo informativo, o que corrobora a afirmação de Luís Martins da Silva,¹³⁷ que demonstra o fato de que a mídia, como mediadora entre Estado e sociedade, é o espaço público midiático que dá voz aos cidadãos comuns apenas quando esses se apresentam em situações de dor, desvantagem social, em situações conflitantes e trágicas, o que acaba revelando uma contradição entre os pressupostos da cidadania e da aparição pública dos cidadãos como indivíduos que utilizam essa esfera comunicativa como um espaço de consenso e entendimento.

Sob o ponto de vista da representação das imagens, os cenários apresentados nessa editoria foram sempre de muita violência e vandalismo. Imagens que apresentaram movimentos de câmera variados garantiram ao telejornal certo ritmo e tensão para a apresentação das notícias que enquadraram os indivíduos anônimos em plano médio e *close-up*. Isso significou que, quando não podiam ser identificados, os indivíduos anônimos tiveram suas imagens e falas distorcidas e o conteúdo de suas falas foi representado por legendas, como foi o caso do cabo da polícia citado anteriormente, que, ao conceder entrevista, apareceu encapuzado. Essa imagem foi bastante simbólica na medida em que demonstrou os policiais em atitudes associadas diretamente às de bandidos – considerando que naturalmente os indivíduos que utilizam capuz são aqueles considerados criminosos, fora da lei.

A riqueza dos detalhes dos indivíduos anônimos pertencentes à segunda classe foi extensivamente demonstrada pelas imagens das entrevistas feitas ao longo da amostra. Rostos com a marca do sofrimento, olhares tristes, pessoas cabisbaixas que deram entrevistas para o telejornal, abraços de solidariedade às famílias das vítimas envolvidas nas ações criminosas. Na maior parte das vezes, os indivíduos anônimos representados nessa editoria sofriam a ação e, por isso, ao não poderem reagir diante dos acontecimentos, configuraram a paisagem, o cenário do *Jornal da Record*, apesar de terem relatado suas realidades.

Assim, tornar as notícias mais breves, menos densas, mais superficiais, ilustradas com recursos audiovisuais, que muitas vezes chegam a parecer um *show* pirotécnico de imagens e sons, é uma forma de transformar em espetáculo as notícias que, do contrário, não receberiam

que cadastro de policiais paulistas que poderiam estar nas mãos de criminosos: “enquanto a gente faz a segurança da população, a nossa segurança está ficando na mão de Deus”. Esta foi a declaração de um cabo da polícia (*Jornal da Record*, 31/7/2006).

¹³⁷ SILVA, L. M. da. Imprensa e cidadania: possibilidades e contradições. In: MOTTA, L. G. (org.). *Imprensa e poder*. Brasília: UnB, 2002, p. 47-74.

atenção do telespectador. Esse recurso imagético foi utilizado pelo *Jornal da Record* essencialmente nessa editoria. Foram matérias e notas cobertas responsáveis pela representação da situação da criminalidade do País. A leitura dos textos que compuseram essa editoria também teve um ritmo bastante acelerado quando os dois apresentadores do telejornal expuseram os fatos na chamada, intercalando a fala de um e de outro. Os cortes e fusões de imagens foram rápidos e secos e marcados por movimentos de câmera bruscos, que caracterizaram as imagens representadas.

Apesar da expressiva presença dos indivíduos anônimos da segunda classe, é importante mencionar que aqueles indivíduos marginalizados, tais como presidiários, traficantes conhecidos nacionalmente, presos envolvidos em homicídios que ficaram conhecidos nacionalmente, como o da família Richtöfenn e do caso Liana e Felipe, como Marcola, também foram representados. Eles não tiveram, entretanto, lugar de fala no telejornal. Geralmente enquadrados em plano médio e detalhe, os “elementos”, como são conhecidos pelo jargão policial, foram representados em algumas matérias sem qualquer direito cidadão, sendo, até mesmo, filmados em situações degradantes, como, por exemplo, amontoados em presídios, fotografados sem camisa, algemados e deitados, escondendo o rosto ou não. Fato curioso, no caso da matéria que envolveu depoimento do traficante Marcola, esse não se preocupou em nenhum momento em esconder o rosto e também não demonstrou constrangimento por estar sendo filmado. Uma outra forma de representação dessa classe de cidadãos foram as conversas resultantes de escutas telefônicas que ajudavam a mapear o crime organizado no País.¹³⁸ Nesse sentido, há diferenças na representação dos indivíduos anônimos pertencentes à segunda e à terceira classes, principalmente no que diz respeito aos enquadramentos, aos movimentos de câmera e ao tipo de imagens selecionadas para compor o conteúdo do *Jornal da Record*.

Existiu também a presença de fontes oficiais nessa editoria. Esse dado é importante, visto que algumas delas tentaram passar uma imagem, por meio do discurso e também das imagens em que apareceram representadas, de que a situação estava sob controle.¹³⁹

¹³⁸ No sentido de mostrar que a polícia estava agindo contra o crime organizado, uma matéria foi divulgada no dia 31 de julho, mostrando que depois de quatro meses de investigação, a polícia descobriu que um morador de bairro nobre era integrante do tráfico de drogas. Isso reafirma que, no senso comum, o contexto que pressupõe a ação de traficantes não inclui bairros nobres, da camada alta da população, mas ao contrário, favelas e bairros onde vivem pessoas de baixa renda.

¹³⁹ Um deputado, membro da Comissão de Segurança Pública, falou durante doze segundos e demonstrou tranqüilidade, passando a imagem da necessidade de resguardar os policiais, mas deixou transparecer que tudo estava “sob controle”.

Contradizendo as imagens apresentadas no telejornal, as fontes oficiais fizeram um discurso de que o crime organizado ia ser combatido e não havia motivos para que as pessoas promovessem alardes.¹⁴⁰

A fala dos representantes do Estado, nas mais diversas esferas, como a política ligada à segurança pública, os delegados e os inspetores de polícia, demonstrou, ao serem entrevistados pelo telejornal, que eles tinham domínio e dimensão do que estava acontecendo no País. Sob esse aspecto, Gustavo Bueno¹⁴¹ discute a questão da verdade e da aparência de verdade. Apesar do caos instaurado nos grandes centros urbanos e das imagens mostradas pela televisão, as fontes ligadas às instituições privadas insistiam em enfatizar que o crime organizado estava sob o controle das autoridades. Essas fontes foram enquadradas em plano médio e puderam falar ao telejornal sem ser questionadas sobre a realidade ou aparência do conteúdo do discurso apresentado. Enquadradas com a câmera na mesma altura do olhar do telespectador para a televisão e, às vezes, de cima para baixo, as fontes oficiais demonstraram poder incontestável diante da falta de diálogo entre essas e outras fontes representadas, bem como da autoridade do discurso apresentado.

Kênia Maria Pozenato explica que a televisão é um veículo poderoso demais para não se promover um equilíbrio do que vai ser ofertado e do que é de interesse do público telespectador.¹⁴² Esse equilíbrio, por exemplo, pode significar o peso das fontes, o espaço concedido a elas, bem como a autoridade de fala de cada uma delas. Tais características tendem a configurar noções de realidade para o telespectador.

No que diz respeito às fontes oficiosas, essas tiveram pouca representatividade no conteúdo da editoria de *polícia*. Integrantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e mesmo os representantes do Sistema Prisional falaram pouco ao telejornal e tiveram sua importância minimizada, principalmente pelo discurso das fontes oficiais, porque, geralmente, seus argumentos foram apresentados na mesma produção informativa que as fontes oficiais. Enquadradas em plano médio, os representantes de classe, sobretudo os ligados ao sistema de carceragem e prisional, não tiveram poder significativo de intervenção, mas, pelo menos,

¹⁴⁰ O então governador do estado de São Paulo Cláudio Lembo enfatizou em uma de suas falas: “Nós vamos acabar com a violência e vencer o crime organizado”. Nesse mesmo dia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva contestou e criticou o governo de São Paulo: “Se estivesse sob controle, não estaria o caos que estamos vendo” (*Jornal da Record*, 4/7/2006).

¹⁴¹ BUENO, G. *Televisión: apariencia y verdad*. Barcelona: Gedisa editorial/Capellades, 2000.

¹⁴² POZENATO, K. M. M. *Retórica e jornal televisivo*. Caxias do Sul: Educs, 1997.

pontuaram suas reclamações e indicaram os descontentamentos das classes que representaram.

9.2 NACIONAL: INDIVÍDUOS ANÔNIMOS DIVIDIDOS ENTRE O LÚDICO E O POLÊMICO

Tensão, raiva, cansaço caracterizaram os indivíduos anônimos representados como passageiros da Varig, durante a crise da companhia aérea, em que a Justiça do Trabalho conseguiu garantir o pagamento dos funcionários da empresa, demissão de funcionários; consumidores com mais direitos a partir da nova resolução sobre os rótulos de produtos vendidos em supermercados; tratamentos que realizam o sonho de mulheres que desejam ter filhos; a alteração na nova carteira de motorista, com o objetivo de evitar falsificações e a nova legislação das empregadas domésticas que pode aumentar a informalidade. Contextos diferentes, que trouxeram questões nacionais para o debate no *Jornal da Record*.

Ao considerar a mídia como espaço de debate e de discussão das questões públicas de interesse dos cidadãos, é importante salientar que os indivíduos anônimos no telejornal foram representados, nessa editoria, de forma bastante diversificada. Ao levar-se em conta as matérias sobre as demissões da Varig e a nova legislação das empregadas domésticas, é possível identificar que os personagens comuns não exerceram sua cidadania plena, uma vez que ficaram submetidos à empresa privada ou, ainda, no caso da alteração na lei, ao Estado e às autoridades políticas.

Empregadas domésticas e funcionários da Varig exerceram cidadania do tipo passivo. Não podendo intervir no curso dos acontecimentos, tais indivíduos apenas relataram suas realidades e demonstraram seus sentimentos. No caso específico da Varig, uma das funcionárias demitidas chorou e foi enquadrada em plano *close-up*, ressaltando a sua dor e sofrimento.¹⁴³ Isso aconteceu também porque culturalmente o trabalho é um elemento de inclusão dos personagens. É importante salientar que a empresa representa, para os seus

¹⁴³ “Tirar o uniforme foi muito doloroso. O meu coração está doendo” (*Jornal da Record*, 31/7/2006).

funcionários, algo simbólico, visto que a funcionária disse que tirar o “uniforme” da Varig foi muito doloroso.

As empregadas domésticas entrevistadas pelo telejornal, por sua vez, demonstraram cidadania passiva pelo fato de, ao serem representadas, falaram do lado de seus patrões, como foi o caso de uma empregada doméstica não identificada que falou durante oito segundos, mas sua fala não teve nenhum conteúdo significativo dentro do contexto, pois foi entrevistada ao lado de sua patroa, que havia falado um pouco antes dela para o telejornal. Houve, portanto, uma sobreposição de falas e discursos, em que o *Jornal da Record* pôde selecionar e estruturar os componentes do conteúdo informativo, conferindo maior ou menor importância às fontes pertencentes às classes menos favorecidas. O enquadramento imagético que representou essas empregadas domésticas foi o plano médio, em que elas normalmente foram representadas com um ar de “contentamento” diante da realidade dos fatos apresentados, sem poder de intervenção.

Mesmo falando de assuntos que poderiam prejudicá-las por causa da nova legislação, elas apareceram sorrindo e felizes, dizendo que dependendo da atitude do patrão, a nova legislação pode ou não ser positiva para sua classe. Isso acaba refletindo e esclarecendo o fato de, quando as fontes menos favorecidas são representadas no mesmo contexto espacial daqueles que detém algum tipo de poder sobre elas, tais fontes não se sentem à vontade para falar sobre os assuntos discutidos. Nesse sentido, além de haver uma sobreposição de autoridades de falas diferenciadas, a própria imagem dos indivíduos anônimos pode ser alterada, considerando o contexto no qual são imersos. Com um pouco de observação cuidadosa, é possível interpretar as imagens mostradas como sendo algo que parece forjado pelos indivíduos anônimos para poder se safar de situações constrangedoras no ambiente em que estão inseridos.

Sob outro ponto de vista, os indivíduos anônimos também puderam ser representados ao comentar situações que envolveram o sonho e a esperança deles. No caso da Varig, personagens comuns, passageiros, declararam ao telejornal que iriam dar uma nova chance à empresa e registraram o seu conservadorismo quando afirmaram que utilizam a companhia aérea por mais de 20 anos. Personagens anônimos pertencentes à primeira classe, foram representados otimistas em relação ao processo de venda da Varig. Enquadrados em cenários contextualizados, como aeroportos, filas de *check-in*, os indivíduos anônimos que opinaram no telejornal, validaram a opinião da emissora sobre os assuntos abordados.

Nesses cenários, as fontes oficiosas tiveram um papel importante quando efetivaram um debate sobre as questões apresentadas pelo telejornal. Representantes dos sindicatos dos empregadores e do dos empregados de São Paulo polarizaram seus discursos e tiveram divergências em torno das opiniões apresentadas. Fontes oficiosas, não identificadas, também exerceram influência sobre o conteúdo ao defenderem passageiros lesados pelos atrasos e pelos transtornos ocasionados pela Varig. Representadas por meio de plano médio, essas fontes caracterizaram-se principalmente pela defesa dos direitos dos indivíduos anônimos que compuseram o conteúdo informativo no telejornal.

Outros cenários também foram representativos, principalmente os que envolviam os indivíduos anônimos em discussões positivas do ponto de vista da cidadania. Matérias sobre tratamentos que podem realizar o sonho de mulheres que querem engravidar mostraram personagens de primeira e segunda classe e especialistas. Por um lado, as mulheres de primeira classe foram representadas em plano médio e detalhe, com o posicionamento da câmera de baixo para cima, exaltando a figura, sorrindo, encantadas com o ultra-som e mostrando as roupas do bebê que estavam esperando. Por outro, as personagens anônimas de segunda classe foram entrevistadas e apareceram chorando e relatando a dificuldade de conseguir engravidar, mas a felicidade de ter concretizado um sonho. Nesse sentido, percebe-se que o modo como foram representados indivíduos anônimos também pode ser alterado pela classe social na qual estão inseridos, bem como a sua dificuldade ou a facilidade de acesso aos serviços. As imagens exaltando o sorriso e o olhar dos indivíduos anônimos caracterizaram a representação do tipo de cidadania ativa, na qual os indivíduos são capazes de serem sujeitos realizadores, aparecem otimistas e esperançosos.

Nessa editoria, houve, portanto, as duas nuances de representação dos indivíduos anônimos, a positiva e a negativa. Assim, pode-se afirmar que o telejornal manteve o equilíbrio na apresentação dos fatos sociais, incluindo personagens de diferentes classes sociais, conferindo autoridade de fala a elas e reservando o mesmo tempo para as fontes que divergiam em opinião. O representante do sindicato dos empregados teve o mesmo tempo (nove segundos cada) que as mulheres que sonharam com a gravidez tiveram (trinta e dois segundos cada).

Destarte, a fala das fontes oficiais ligadas às instituições públicas não teve representatividade significativa em relação a todo o conteúdo. Quando essas fontes tiveram poder de fala, os indivíduos anônimos normalmente não tiveram espaço para falar e

estabelecer um debate entre as autoridades. Foi o caso da matéria que mostrou a instituição da nova carteira de motorista. Indivíduos anônimos foram representados apenas por imagens, mas não tiveram representatividade. Fontes ligadas ao Departamento de Trânsito (Detran) e ao Ministério das Cidades tiveram lugar de fala e indicaram que essa seria uma medida que iria beneficiar o cidadão. O discurso neste caso pode ser considerado autoritário já que o telejornal não procurou estabelecer uma relação entre as fontes públicas e as privadas, como auto-escolas, despachantes e os próprios indivíduos comuns representados apenas por imagens.

9.3 ESPORTE E OS INDIVÍDUOS ANÔNIMOS: ELES PARTICIPAM DA CONSTRUÇÃO SOCIAL

As editorias de esporte, cultura e lazer tiveram uma recorrência de 13% na amostra analisada. O caso da corredora Maurren Higa foi um exemplo de como o esporte foi utilizado para criar um discurso lúdico. A matéria demonstrou a superação do *dopin* e contextualizou a vida da atleta, mostrando nacionalismo e perseverança.¹⁴⁴ Além de matérias isoladas como essas, o telejornal apresentou notícias acerca da Copa do Mundo, mas não fez uma cobertura extensiva e detalhada do evento, como fez, por exemplo, o *Jornal Nacional*. O *Jornal da Record* apresentou os fatos mais relevantes dentro da dinâmica cultural e social brasileira no contexto da Copa do Mundo e mostrou também outras seleções importantes, como Portugal e Argentina. Como o desempenho da seleção brasileira não foi satisfatório nesse período, foi perceptível o tom de crítica subliminar do telejornal ao apresentar matérias com outras equipes. Nessas situações, o *Jornal da Record* ressaltou que as torcidas desses times os receberam com muita alegria e orgulho,¹⁴⁵ diferentemente das recepções dos torcedores brasileiros quando os jogadores voltaram da Alemanha depois de serem derrotados.

¹⁴⁴ Ao falar para o telejornal, a atleta fez planos para 2007 e disse que se sentia vitoriosa. É importante destacar que esportistas são, geralmente, apresentados como pessoas felizes, nacionalistas, vitoriosos e com boa forma e saúde física (*Jornal da Record*, 20/7/2006).

¹⁴⁵ A matéria mostrou que depois de um jogo emocionante contra a França, a seleção Argentina foi recebida com festa pelos torcedores “bem diferente da equipe brasileira”. Essa matéria ocupou 31 segundos e foi apresentada depois da que mostrou a chegada dos jogadores da seleção brasileira ao Brasil, que ocupou quatro minutos do telejornal.

Apesar de envolver os indivíduos anônimos no contexto imagético das matérias, tais indivíduos não foram representados por fala. Jogadores como Cafu, Cris, Gilberto, Ronaldinho Gaúcho, Adriano, Cicinho, os técnicos Parreira e Zagalo, o pai de Cafu e a mãe de Gilberto também foram entrevistados. Eles apareceram cabisbaixos, tristes, constrangidos e desmoralizados pela derrota. É interessante destacar que as imagens foram feitas em plano médio e gravados os questionamentos incisivos e críticos dos jornalistas por ocasião da derrota da seleção.

Ademais, os indivíduos anônimos foram representados em segundo plano e com enquadramento geral e panorâmico. Eles apareceram revoltados, gritando, xingando, protestando contra o mau desempenho da seleção. Essas falas ficaram em segundo plano, o telejornal não deu lugar de fala para os indivíduos anônimos, mas deixou como paisagem as informações visuais e sonoras como forma de apresentar os fatos. O tom do telejornal teve um tom de crítica em relação à seleção, como já mencionado anteriormente, mas as imagens mostraram muito mais do que as falas dos jogadores durante as entrevistas. Torcedores revoltados, em meio à confusão, foram representados com atitudes agressivas em relação aos jogadores. O posicionamento das câmeras mostrando os indivíduos anônimos alterou entre de cima para baixo ou então no mesmo nível do telespectador. Desse modo, é interessante destacar que sons e imagens que muitas vezes não estão em primeiro plano ou não são o objeto principal do telejornal, podem dizer muito mais do que aquelas que estão em destaque. Sobre esse assunto, Martine Joly¹⁴⁶ diz que tentar interpretar uma imagem não deve ser o exercício de saber o que o autor “quis dizer”, mas um exercício de entendimento das significações que essa imagem possa gerar em dado contexto social e esse resultado será uma análise do que isso pode representar em um dado contexto social.¹⁴⁷

A construção do discurso do telejornal a respeito da Copa do Mundo e, especificamente, da seleção brasileira teve um papel preponderante. Uma nota coberta em que apareceu apenas o apresentador e o repórter afirmou que “Jogadores dizem que não defendem mais a seleção”. Apesar da chamada impactante, o repórter explica depois que alguns integrantes do time vão se aposentar depois da derrota. Essa nota foi seguida de uma matéria em que o *Jornal da Record* mostrou que, depois da derrota da seleção brasileira, os brasileiros estava torcendo por outros times. Indivíduos anônimos pertencentes às classes média e alta, como administradores de empresas, empresários, donas-de-casa e indivíduos não identificados

¹⁴⁶ JOLY, M. *Introdução à análise da imagem*. Campinas: Papirus, 1996.

pelo telejornal, puderam falar sobre suas preferências pelos times da Alemanha e da Itália. A matéria foi bastante provocativa e satirizou a seleção brasileira por meio de uma sonora de um italiano que demonstrou algum desprezo em relação à equipe brasileira.

Apesar do tom de crítica, da sobreposição das falas, da exclusão, em determinados momentos, dos indivíduos anônimos do direito de fala, considera-se que quando esses personagens puderam participar mesmo que por meio de imagens, sem poder de fala, eles exerceram o tipo de cidadania ativa e foram cidadãos globais. Isso porque trataram de temáticas de abrangência global, como a Copa do Mundo, e não se limitaram a falar da seleção brasileira, incluindo nos seus discursos também outras seleções do mundo. Ao poderem reivindicar e mostrar o que pensaram sobre a equipe brasileira, os indivíduos anônimos tiveram direitos, como o de liberdade de expressão, o de ir e vir e o de participar do processo de construção das notícias que oferecem noções e constroem as realidades sociais. Apesar de não haver confronto e opiniões divergentes, a fala e as imagens dos indivíduos anônimos sobrepuseram-se em relação à dos jogadores e seus familiares e técnicos.

Nesse tipo de matéria, a utilização de cores associadas aos países representados, de movimentos bruscos de câmera para acompanhar o ritmo de fala dos jogadores e também dos indivíduos anônimos, bem como o movimento que fizeram ao protestar no aeroporto, foram características importantes dessa análise. O telejornal, sempre que possível, busca contextualizar o telespectador dentro da dinâmica social e cultural brasileira e dentro de contextos espaciais e imagéticos que produzirão sentido e significados para os telespectadores. Assim, a análise de indivíduos anônimos que começaram a torcer por outros países foi significativa, uma vez que apareceram abraçados às bandeiras da Itália e da Alemanha e também foram representados em ambientes que trouxeram a cultura desses países para o telespectador, tais como restaurantes com comidas típicas de cada país representado. Nesse sentido, uma imagem pode ser composta de diversos tipos de signos: icônicos, lingüísticos, plásticos que, juntos, integram o todo da mensagem visual e fazem ter significado para a audiência.

Outras matérias também compuseram a editoria de esporte e discutiram o Campeonato Brasileiro e as partidas de futebol que ocasionaram violência nos estádios. Quando o assunto foi a preocupação da torcida com os resultados do Campeonato Brasileiro, é interessante refletir que a torcida foi mostrada mediante imagem, mas não teve lugar de fala. As únicas

¹⁴⁷ Sobre a matéria anteriormente citada, a apresentadora diz: “a seleção volta aos pedaços”.

fontes foram os jogadores e o técnico do time São Paulo e, mesmo falando das derrotas enfrentadas pelo time, a entonação da apresentadora foi positivo. Os indivíduos anônimos apareceram, portanto, de forma passiva, aflita, apenas aguardando o resultado, e não tiveram espaço para discussão ou debate de suas preferências e opiniões. As imagens em plano panorâmico foram mostradas, mas, no decorrer da matéria, que ocupou dois minutos no telejornal, os personagens anônimos perderam a importância em relação ao assunto discutido. Nesse sentido, os indivíduos exerceram o tipo de cidadania passiva, não foram incluídos no debate no telejornal e não puderam participar ativamente do processo de construção das realidades sociais, mesmo que eles tenham sido o que realmente motivou a produção jornalística.

Ademais, indivíduos anônimos foram mostrados por meio de imagens ao promoverem atos de vandalismo em um estádio de futebol no último jogo do Grêmio. Mostrada mediante cenas violentas, o repórter denominou a atitude dos torcedores como “atos de selvageria” e utilizou, para discutir o assunto, apenas fontes oficiais, como o árbitro de futebol e o presidente do time. As duas fontes exaltaram a modalidade no Brasil, mas repudiaram a ação dos torcedores. O discurso, portanto, foi autoritário, uma vez que essas fontes indicaram como as torcidas deveriam se comportar. É interessante demonstrar que, nesse caso específico, o telejornal não fez questão de entrevistar nenhum torcedor, do Grêmio ou de outro time, construindo uma imagem de que as torcidas organizadas estariam difamando o esporte no País.

As imagens são mostradas e intercaladas entre a ação de vandalismo da torcida e a presença policial tentando conter os indivíduos anônimos. As imagens são rápidas e chocantes porque mostram cenas de violência explícita e de muita agressividade. O plano geral foi o mais utilizado para mostrar a movimentação da torcida, mas em alguns momentos o cinegrafista utilizou o plano-detalhe para destacar algumas atitudes de torcedores condenadas pelas fontes oficiais já mencionadas. O recurso de circular e destacar uma imagem, bem como o de retardar o movimento para que o telespectador tivesse a compreensão do que estava sendo mostrado também foi utilizado pelo *Jornal da Record*.¹⁴⁸ Destarte, a análise demonstra que se uma notícia é apresentada com som, ela pode ter significações diferentes para os receptores, pois o som pode aumentar significativamente o valor de uma imagem, bem

¹⁴⁸ *Jornal da Record*, 31/7/2006.

como o movimento de câmera e o tom da leitura dos apresentadores e repórteres, conforme explicitado anteriormente.

9.4 EMPREGO, TRABALHO E RENDA SÃO A MARCA DO SORRISO DOS INDIVÍDUOS ANÔNIMOS

Nas matérias da editoria de economia, as fontes oficiais não estiveram presentes. Em contrapartida, as fontes oficiosas, tais como representantes do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e pesquisadores de universidades, não foram identificadas no telejornal, tiveram uma participação bastante tímida, se considerarmos a presença dos indivíduos anônimos nas matérias ligadas a essa temática.

De modo geral, os indivíduos anônimos ocuparam 70% do discurso sobre economia, principalmente porque o *Jornal da Record* buscou aproximar a temática que, em princípio, nos telejornais de grande abrangência, trata apenas da economia nacional, sem regionalizá-la ou aproximá-la do telespectador, dos indivíduos comuns. Isso aconteceu em diversos momentos, como, por exemplo, quando foi ao ar uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada nas seis principais regiões metropolitanas do Brasil, mostrando quanto são e quanto ganham os trabalhadores brasileiros com mais de 50 anos; assuntos que envolveram os sertanejos do Rio Grande do Norte que encontraram uma nova fonte de renda, descobrindo petróleo no quintal de suas casas e matérias que mostraram como o gênero feminino é criativo e é capaz de encontrar alternativas de renda e emprego.

Esses são alguns exemplos das matérias dessa área que demonstraram a participação efetiva dos indivíduos anônimos no telejornal. Além de o telejornal ter diversificado e apresentado equilíbrio na apresentação da classe de fontes, os indivíduos anônimos puderam falar de suas experiências, sonhos e expectativas com relação ao futuro. A importância que tem o emprego na vida do brasileiro é destacada por uma matéria que mostra os índices do IBGE, quando um personagem anônimo procurava emprego em uma agência e foi apresentado da seguinte forma: “No meio de tantos, seu Antonio é apenas mais um”,

“frustração de quem não consegue uma vaga”, “meia hora depois ele carrega uma esperança” e, em seguida, o telejornal permitiu que o faxineiro falasse para o telejornal: “eu quero trabalhar, eu preciso trabalhar ainda”, “tô feliz e muito feliz graças a Deus”.

Esse foi o único personagem não identificado por legenda, todos os outros foram identificados nas matérias apresentadas e, normalmente, suas falas tiveram um tom positivo e otimista.¹⁴⁹ Todos os indivíduos anônimos foram representados em plano médio sorrindo, felizes e comemorando o fato de estarem empregados e continuarem trabalhando. Dentro da dinâmica social, é interessante destacar que o País, por apresentar índices preocupantes de desemprego, o fato de um indivíduo com idade próxima dos 50 anos estar empregado é motivo de orgulho. Para o brasileiro, estar incluído na lista dos indivíduos economicamente ativos também faz a diferença, porque há um sentimento de utilidade, de poder servir, visto que no Brasil, as políticas públicas para inserção dos idosos no mercado de trabalho são bastante tímidas.

É interessante destacar que, nessa mesma época, foi discutido no Congresso Nacional, o reajuste das aposentadorias e dos pensionistas. Apesar de os indivíduos anônimos não terem sido chamados para um debate, eles apareceram representados indicando que gostariam de continuar trabalhando, como foi o caso específico dessa matéria.

No que diz respeito à imagem, os indivíduos anônimos foram representados por meio de imagens lentas (quando o telejornal quis enfatizar a emoção dos personagens) e rápidas (quando os indivíduos anônimos apareceram ativos, trabalhando e felizes ao realizar suas tarefas). O movimento da câmera acompanhou a locução do repórter que foi bastante otimista e positiva e também o movimento dos indivíduos anônimos. Nesse sentido, percebe-se a preocupação do telejornal em “casar” o texto com a imagem, com a intenção de tornar as representações mais claras e produzir significados para o receptor a partir dos indivíduos anônimos representados.

Em matérias que envolveram pessoas mais humildes, como os sertanejos, todos os produtores foram representados sorrindo, um deles, o mais idoso, não foi identificado, mas os outros, uma mulher e um homem, falaram para o telejornal com um discurso otimista, com brilho no olhar, sonhando com o que poderiam fazer com a nova fonte de renda encontrada no

¹⁴⁹ Na edição do *Jornal da Record* de 20/7/2006: “é gratificante trabalhar, você se sente parte dessa roda gigante que é o mundo”, uma vendedora de loja, com 55 anos; “Ah! tem, ainda faltam 29 anos para eu me aposentar”, funcionária de empresa privada que está fazendo sua segunda faculdade e tem 49 anos.

quintal de suas casas. Os trabalhadores rurais foram apresentados com bastante simplicidade, conversando a seu modo, com características espaciais e com vestimenta que contextualizaram o fato. O ambiente produziu significações, como simplicidade, natureza e alegria. Para mostrar os sertanejos o telejornal utilizou o plano médio, mas para representar o lugar onde foram insertos, o cinegrafista utilizou o plano geral, fazendo as tomadas do geral para o particular.

Mulheres também foram representadas em matérias que mostraram “criatividade e muito suor, cada vez mais as mulheres se esforçam para garantir a sobrevivência da família”. Com mais de um minuto e meio, a matéria apresentou duas mulheres otimistas, uma doceira e outra costureira que podem ser classificadas na segunda classe de cidadãos. A fala¹⁵⁰ e a imagem dessas mulheres estiveram representadas pelo ambiente em que estiveram insertas, bem como pelas roupas que utilizaram. Assim, as mulheres desempenharam papel principal na matéria e tiveram sua fala validada por uma fonte oficiosa, a saber, uma pesquisadora do Sebrae, que elogiou as potencialidades e características positivas das mulheres.

Diante disso, a análise a ser feita sobre a participação dos indivíduos anônimos indica que, inseridos no mercado formal como trabalhadores economicamente ativos, os indivíduos anônimos podem participar do debate, expor seus sonhos e alegrias, em um contexto no qual o trabalho é um pré-requisito para garantir ao cidadão seu aparecimento com cidadania ativa no telejornal. Essa editoria relativiza, portanto, o que disse Luís Martins da Silva ao mencionar que as pessoas pertencentes à classes menos favorecidas são representadas em cenários em que aparecem fragilizados ou em cenários violentos.¹⁵¹ Isso significa que mesmo os indivíduos anônimos pertencentes à classe trabalhadora podem ser representados de modo ativo, com seus direitos garantidos no *Jornal da Record*, desde que sejam economicamente ativos, considerando a cultura brasileira em relação à emprego e renda.

A utilização de planos médios e, raramente, a utilização do plano detalhe, para mostrar os indivíduos anônimos, bem como a identificação desses indivíduos por legenda, caracterizaram a cobertura do *Jornal da Record* que entendeu que aqueles indivíduos anônimos deveriam ser identificados no telejornal. Esses personagens, portanto, tiveram lugar de fala e discutiram, principalmente, a temática do mercado de trabalho.

¹⁵⁰ “Para quem tem peito e muita raça, trabalho não falta”, identificada como costureira, falou durante oito segundos para o telejornal (*Jornal da Record*, 31/7/2006).

¹⁵¹ Cf. SILVA, L. M. da. Imprensa e cidadania: possibilidades e contradições. In: MOTTA, L. G. (org.). *Imprensa e poder*. Brasília: UnB, 2002

Participativos, ativos, cidadãos, os indivíduos anônimos foram representados por imagens que tenderam a impactar positivamente os telespectadores. A cadência e o ritmo da leitura dos apresentadores e dos repórteres também foram características importantes, visto que indicavam o tom positivo da matéria apresentada. Permeada, portanto, por um discurso lúdico, essa editoria representou o sonho, as vontades, os ideais dos brasileiros, os quais muitas vezes foram representados em outras editorias como passivos e excluídos da dinâmica social e cultural, bem como do processo de construção de sentidos e de noções de realidade.

9.5 OS INDIVÍDUOS ANÔNIMOS PUDERAM CRITICAR A VIDA POLÍTICA

A editoria de política teve uma representação de 7% em relação às outras que incluíram os indivíduos anônimos seja por meio de imagem apenas ou ainda por intermédio de fala e de imagem. O telejornal não enfocou a questão política, sobretudo, por ocasião dos atentados do Primeiro Comando da Capital (PCC) já discutidos anteriormente, bem como em detrimento da Copa do Mundo. Isso se reflete até mesmo em uma das matérias na qual o telejornal enfatiza: “Com a derrota do Brasil na Copa, candidatos se preparam para o início oficial da campanha”.¹⁵²

Nas matérias relacionadas à política, as principais temáticas foram agenda dos candidatos, investigações de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), viagens do presidente Lula e encontros que o Presidente teve com lideranças, intelectuais, como foi o caso de sua visita para discutir a situação do negro e da África. Nesse sentido, as fontes dessa editoria foram quase sempre os candidatos à Presidência da República e deputados e senadores investigados por esquemas de corrupção, tais como a máfia das sanguessugas e o mensalão. Esses personagens têm, portanto, toda autoridade de fala no discurso político, em que, se houver tensão e conflito, os únicos a participar da discussão serão as fontes oficiais, excluindo a fala dos indivíduos anônimos. Nas matérias de política, os indivíduos apareceram

¹⁵² A matéria com duração de 43 segundos mostra os três principais candidatos: Lula, Alckimin (esse último critica a política econômica de Lula) e Heloísa Helena (essa não tem lugar de fala no jornal).

apenas como pano de fundo; em segundo plano e, normalmente, com o enquadramento em plano geral, sem mostrar detalhes dos indivíduos anônimos.

O discurso dessas autoridades que tiveram lugar de fala foi vertical, na medida em que sequer incluiu os indivíduos anônimos no processo de construção de sentidos e noções de realidade. Entretanto, uma das matérias apresentadas demonstrou que a Justiça Eleitoral estava preocupada com a apatia do eleitor em relação à política. Dois personagens anônimos foram representados por meio de imagem e da fala, mas não foram identificados. Mostrando-se alheios à política pelos constantes escândalos de corrupção, os indivíduos foram representados como sendo indiferentes à política brasileira. Apesar de não ser estabelecido conflito, os indivíduos anônimos estabeleceram tensão entre cidadãos e a classe política.¹⁵³

Apesar de terem podido participar da discussão, a fala de um especialista em ciência política, inserida depois da fala dos personagens, ocupou mais espaço do que as duas falas dos indivíduos anônimos apresentados e minimizou a importância dos dois discursos, quando defendeu o fato de o cidadão brasileiro ter de se conscientizar e votar bem, fazer a escolha correta nas eleições. Esse discurso caracteriza o tipo autoritário, dado que a fala da fonte oficiosa ensina, ou pelo menos indica, como deve ser feita a escolha dos cidadãos nas eleições. Com isso, os indivíduos reclama, ou seja, pelo menos tem esse espaço no telejornal, mas na disposição e organização das falas, um especialista domina o discurso e diminui a importância dos personagens anônimos. Essa fonte oficiosa criticou o Estado, mas em seguida se identificou com ele, tendo em vista o fato de ter colocado nas mãos dos eleitores a culpa da corrupção no Brasil, indicando que os políticos só são eleitos pelos cidadãos. O discurso é, portanto, um tanto quanto vertical porque oprimiu os indivíduos e não deu condições para que eles reagissem diante dos fatos.

As matérias de política foram, geralmente, mais sóbrias em relação à espetacularização e aos cortes das imagens. Com ritmo de leitura tranqüila, os apresentadores e repórteres leram as notícias dessa área, mas não houve uma preocupação excessiva com imagens e também com a idéia de movimento, até pela natureza mais rígida do ambiente em que se faz política.

Nesse sentido, os indivíduos não exerceram cidadania ativa, mas pelo menos foram incluídos no debate que teve relação direta com eles, porque a pesquisa da Justiça Eleitoral indicou que entre 15% e 20% dos brasileiros estariam dispostos a votar em branco ou anular o

seu voto. A questão do voto, como já foi discutida anteriormente, está ligada diretamente à noção de cidadania e provoca confusão para a definição do cidadão, visto que, na maioria das vezes, os indivíduos sentem-se cidadãos apenas por terem o direito a voto. A matéria demonstrou com bastante clareza esse aspecto abordado por José Murilo de Carvalho¹⁵⁴. O próprio especialista que atuou no sentido de conscientizar a população indicou, por meio da palavra “cidadãos”, que para os indivíduos anônimos anteriormente apresentados serem considerados cidadãos deveriam ter a consciência do voto.

Isso reflete a natureza e a história da política no Brasil e está intrinsecamente ligada ao fato de que, normalmente, as campanhas publicitárias do governo federal enfocam a questão do voto como elemento fundamental e imprescindível para conferir cidadania aos indivíduos anônimos.

9.6 INDIVÍDUOS ANÔNIMOS: OS TESTEMUNHOS OCULARES DOS CONFLITOS INTERNACIONAIS

O cenário foi o mesmo do *Jornal Nacional*, mas a forma de apresentação dos fatos no *Jornal da Record* foi alterada pela presença dos indivíduos anônimos e das fontes oficiais nos conflitos internacionais que envolveram os indivíduos anônimos brasileiros. Matérias mostraram o drama e os riscos a que estão submetidas as pessoas que vivem em Israel. Um agricultor brasileiro que morava em Israel foi entrevistado e falou durante 12 segundos sobre o clima de insegurança no País.

Na fala do agricultor o que saltou aos olhos foi, sobretudo, o fato de mencionar que estava “acostumado” com os conflitos. Isso demonstra que, para alguns indivíduos anônimos, as tragédias e os problemas internacionais que provocam mortes diariamente no Oriente e em outras partes do mundo podem estar se tornando algo “natural”, presente na cotidianidade dos indivíduos. Apesar de as imagens em plano geral e médio e a sua própria fala apresentarem

¹⁵³ Uma mulher disse: “ta difícil demais, ta difícil confiar, fia”/um homem disse: “vou anular o voto, não tem como mais acreditar em político”.

¹⁵⁴ CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil – o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

um personagem sofrendo a ação, inseguro, a situação é naturalizada pelos próprios indivíduos anônimos.

A cidadania desse indivíduo, portanto, é de natureza passiva, pois apenas relata os fatos. O tom de crítica do repórter que entrevistou o agricultor, entretanto, demonstrou que à medida que as pessoas naturalizam os fatos cotidianos, anulam a gravidade do problema. Implicitamente, o repórter faz uma crítica ao Estado, que se apresenta como ineficiente diante da resolução dos conflitos.

Ademais, o governo brasileiro foi representado¹⁵⁵ quando foram discutidos os conflitos no Oriente Médio e a presença de brasileiros naquele local. Representado pelo embaixador brasileiro, o discurso é polêmico e autoritário, porquanto a apresentação das fontes acontece da seguinte forma: indivíduo anônimo,¹⁵⁶ fonte oficiosa,¹⁵⁷ oficial.¹⁵⁸ Ao falar por último, o embaixador do Brasil fecha a matéria afirmando que o Estado só poderia pagar a passagem a pessoas claramente desvalidas e não poderia ajudar outros indivíduos anônimos envolvidos no conflito. A ação emergencial do governo para solucionar o problema é, entretanto, o envio do avião, conhecido como Sucatão da FAB para resgatar mais brasileiros.

O discurso que, em princípio, deveria ser polêmico, acaba com um tom autoritário que demonstra até onde o governo brasileiro pode ajudar e, aqueles que, porventura, não tiverem condições, fica subentendido que deveriam pagar efetivamente ao governo brasileiro para poderem sair das áreas de conflito no Oriente Médio.

Assim, os indivíduos anônimos sofreram a ação autoritária do Estado, foram representados com cidadania passiva e não tiveram nenhum poder de intervenção para alterar o curso dos fatos sociais relatados e apresentados. Os indivíduos anônimos perdem importância diante das fontes oficiais ligadas ao Estado apresentadas e dispostas na edição do telejornal, garantindo que essas falas e imagens fossem, de modo geral, minimizadas no conteúdo informativo.

¹⁵⁵ *Jornal da Record*, 20/7/2006.

¹⁵⁶ Um empresário que é mostrado de maneira aflita em plano médio.

¹⁵⁷ Câmara de Comércio do Líbano – Brasil, que elogiou o Itamaraty, mas criticou a ação do governo brasileiro.

¹⁵⁸ Embaixadora de Israel e, por último, o embaixador do Brasil.

10. JORNAL NACIONAL VERSUS JORNAL DA RECORD: COMO OS INDIVÍDUOS ANÔNIMOS FORAM REPRESENTADOS

A partir do que foi exposto nos capítulos anteriores, têm-se o mapeamento e o entendimento do ponto de vista teórico de como foram representados os indivíduos anônimos brasileiros nos dois telejornais analisados.

10.1 AS DIFERENTES REPRESENTAÇÕES DOS INDIVÍDUOS ANÔNIMOS NA VIOLÊNCIA URBANA

Ao considerar a editoria de polícia, pode-se afirmar que o *Jornal da Record* concedeu maior espaço (54%) aos assuntos relacionados à violência urbana do que o *Jornal Nacional* (46%); e, portanto, também inseriu, de maneira mais significativa, os indivíduos anônimos nesses contextos.

Ao disponibilizar no seu conteúdo informativo maior espaço para as temáticas relacionadas à violência em comparação com o *Jornal Nacional*, o *Jornal da Record* incluiu também um número maior de indivíduos anônimos do que o *Jornal Nacional*. Isso significa que, comparativamente, o *Jornal da Record* representou as pessoas comuns em contextos mais violentos do que o *Jornal Nacional*.

Em contrapartida, o *Jornal Nacional* priorizou, nesses cenários, a utilização de fontes ligadas ao poder público que diminuíram significativamente a importância da fala dos poucos indivíduos anônimos representados no *Jornal Nacional*. O discurso dessas fontes foi bastante linear e determinante no que diz respeito à autoridade e ao lugar de fala. Essas fontes no

Jornal Nacional não se preocuparam em comentar a criminalidade do ponto de vista do cidadão de forma que, no *Jornal Nacional*, a representação da violência foi construída de forma que fosse centralizado o problema no Estado e excluída a reflexão sobre o impacto das ações dos criminosos na sociedade civil.

Além disso, o Estado, por meio dos discursos de representantes de instâncias do poder ligadas à área da segurança pública, foi representado no *Jornal Nacional* como um solucionador dos problemas sociais. Comparativamente, no *Jornal da Record* também houve essa centralização do debate no poder estatal, mas, do ponto de vista dos indivíduos anônimos, esses tiveram participação efetiva e significativa ao terem sido representados em uma proporção maior, significando que os problemas relacionados à violência urbana tanto diziam respeito ao Estado como aos cidadãos por atingir e por alterar a cotidianidade desses indivíduos. Por isso, a maior representação dos indivíduos anônimos no *Jornal da Record* indicou que tais indivíduos, apesar de terem sido representados com o tipo de cidadania passiva, fizeram parte daqueles fatos noticiados, bem como sofreram com as ações do crime organizado.

Destarte, o *Jornal da Record* enfatizou a presença dos indivíduos anônimos, representando-os como as principais vítimas da violência. Em contrapartida, o *Jornal Nacional*, ao representar em menor quantidade os indivíduos anônimos, tendeu a excluir esses personagens dos cenários que, efetivamente, disseram respeito e também fizeram parte do cotidiano dos indivíduos anônimos.

Apesar de terem sido representados nos dois telejornais, as pessoas comuns que foram fontes não tiveram capacidade de intervir, alterar, participar ou deliberar sobre os assuntos de interesse público discutidos pelo *Jornal Nacional* e pelo da *Jornal da Record*. A mídia, nesse sentido, especificamente o *Jornal Nacional* e o *Jornal da Record*, não se configurou na editoria de polícia como um espaço de debate, discussão e geração de conflitos e tensões, em que todos os atores presentes e envolvidos nesses cenários pudessem efetivamente discutir as questões em condições de igualdade de representação.

Ainda considerando os indivíduos anônimos sob o ponto de vista da cidadania, é importante salientar que os dois telejornais se comportaram praticamente da mesma forma ao representar os personagens comuns pertencentes à terceira classe de cidadãos, não concedendo lugar de fala e os representado apenas por imagens que diferiram entre o *Jornal*

Nacional e o *Jornal da Record*. Esse último utilizou mais imagens que representaram os indivíduos anônimos da terceira classe em condições insalubres nos presídios, ou ainda, desprovidos de direitos cidadãos, tais como as imagens que mostraram esses “elementos”, uma vez fotografados sem camisa nas delegacias, sem garantia dos seus direitos e da sua dignidade e privacidade. Nesse aspecto, esse tipo de imagem dos cidadãos de terceira classe não teve representatividade na amostra analisada.

No que diz respeito aos indivíduos anônimos de segunda classe e ao tipo de cidadania, verificou-se que ao apresentar esses indivíduos na editoria de polícia, o *Jornal da Record* também os incluiu em maior proporção do que o *Jornal Nacional*, em situações de dor, desvantagem social, conflitos, tragédias e mortes, contradizendo os pressupostos da cidadania, que considera que os cidadãos comuns devam utilizar a esfera comunicativa como espaço de consenso e de entendimento.

Nos dois telejornais os indivíduos anônimos foram representados na condição passiva do exercício de sua cidadania, uma vez que ficaram restritos a oferecer meros relatos de crimes, de ações violentas. No *Jornal da Record* também foi possível a esses indivíduos contar as histórias de vida e de sonhos dos envolvidos em cenários trágicos. No *Jornal Nacional*, por sua vez, pelo fato de esses personagens comuns não terem grande relevância nessa temática em detrimento da presença expressiva das fontes ligadas ao setor público, os indivíduos anônimos não tiveram espaço significativo para contar seus dramas individuais e demonstrar suas revoltas, angústias e tristezas, como aconteceu no *Jornal da Record*.

Deve-se considerar que o *Jornal da Record* concedeu mais lugar de fala para policiais que se tornaram vítimas da criminalidade do que o *Jornal Nacional*, demonstrando, mesmo que por meio de imagens e de falas distorcidas, o medo e a impotência da polícia, especificamente dos policiais, diante dos acontecimentos noticiados no *Jornal da Record*. Dessa maneira, esse telejornal abriu espaço para que esses indivíduos anônimos “denunciassem” também as condições de insegurança de sua profissão.

O fato de ter inserido essas falas fez com que o *Jornal da Record* implicitamente e de maneira tímida contrapusesse as falas das autoridades com as falas desses personagens anônimos, bem como das imagens mostradas, refletindo sobre o conceito de verdade e de aparência dos fatos sociais apresentados no telejornal. Apesar da disposição e da sobreposição das falas e do discurso autoritário das fontes ligadas ao Estado nos dois telejornais, o da

Record permitiu que representantes de classes de pessoas vítimas da violência também falassem, bem como os próprios indivíduos anônimos que demonstraram que a situação não estava sob controle, conforme as autoridades garantiram mediante seu discurso.

Em relação ao *Jornal Nacional*, o *Jornal da Record* abriu espaço do telejornal para a apresentação de dramas individuais, tais como seqüestros e mortes, que, do contrário, não constituiriam a realidade social mostrada na televisão. O *Jornal Nacional*, até pelo seu caráter de priorizar fontes do setor público e diminuir a utilização de fontes anônimas, tendeu a não noticiar fatos ligados à violência e disseram respeito a ambientes mais restritos e particulares.

Do ponto de vista da lógica operativa do telejornalismo e da construção e da representação imagéticas, as fontes ligadas ao Estado foram representadas nos dois telejornais por meio do enquadramento em plano médio e, quase sempre, na mesma altura do telespectador, ou seja, a câmera gravou as imagens dessas fontes, indicando cumplicidade entre elas e o telespectador.

Ademais, o *Jornal da Record* se utilizou mais de enquadramentos *close-up* do que o *Jornal Nacional* para representar os indivíduos anônimos, salientando as características do olhar entristecido, da preocupação e do sentimentalismo. O telejornal fez uma construção imagética dos indivíduos anônimos por meio dos enquadramentos de câmera, que enfatizou características pessoais e sentimentais dos indivíduos anônimos em relação aos fatos noticiados pelo *Jornal da Record*.

Ao considerar os aspectos inerentes à lógica televisiva, o *Jornal da Record* espetacularizou a temática da violência muito mais do que o *Jornal Nacional*. As imagens chocantes utilizadas como estratégia para prender a atenção da audiência, a alternância entre os dois apresentadores, a leitura em ritmo mais tenso e rápido do *Jornal da Record*, os movimentos de câmera mais bruscos, a cobertura imagética ao vivo, atualizando as notícias, e a utilização freqüente das imagens mais violentas dos cenários apresentados caracterizaram o *Jornal da Record* e o diferenciaram do *Jornal Nacional*, que teve uma cobertura de imagens que não foi tão atualizada e nem tão espetacularizada. Comparativamente, o *Jornal Nacional* apresentou imagens menos chocantes da criminalidade, diminuindo, em alguma medida, a importância do assunto tratado no telejornal.

Do ponto de vista da representação, verificou-se que o *Jornal da Record* dramatizou e espetacularizou, em maior grau, a temática da violência do que o *Jornal Nacional*. Dessa

forma, as representações e as noções de realidade construídas pelo *Jornal da Record* foram mais representativas do ponto de vista dos indivíduos anônimos como vítimas e pelo *Jornal Nacional* das fontes ligadas ao Estado como solucionadoras dos problemas que atingiram os indivíduos anônimos, mas não foram tão significativos no cotidiano desses indivíduos, considerando a menor presença dos indivíduos anônimos no Jornal da Rede Globo.

10.2 POLÍTICA: UM ASSUNTO DISTANTE DOS INDIVÍDUOS ANÔNIMOS

No que diz respeito à editoria de política, os telejornais deram pesos diferentes para a representação dos indivíduos anônimos nessa temática. Apesar de esses personagens terem sido representados em um percentual maior no *Jornal Nacional* (16%) do que no *Jornal da Record* (7%), pode-se afirmar que, do ponto de vista da mídia como um espaço para debate e discussão, o *Jornal Nacional* efetivamente não incluiu os indivíduos anônimos nas questões referentes à política, mas considerando que, pela ocasião das eleições, 2006 foi um ano importante, considerando que a cidadania é vista pelo senso comum como, principalmente, pelo direito ao voto.

Ao contrário, o *Jornal da Record* ouviu os indivíduos anônimos que puderam opinar sobre a vida política e sobre a decisão do voto. Apesar de terem reforçado a questão de personagens na condição passiva de cidadania, o *Jornal da Record* pelo menos inseriu esses indivíduos anônimos como parte integrante do conteúdo informativo. Isso revela que o *Jornal Nacional*, ao utilizar de modo significativo as fontes ligadas ao Estado, autoridades e especialistas, distanciou os indivíduos do debate sobre política, mesmo quando os assuntos estiveram ligados à vida cotidiana destes personagens comuns.

De forma geral, os indivíduos anônimos, ao serem representados nos dois telejornais, apareceram como paisagem e formaram o pano de fundo utilizado para conferir realidade ao que os telejornais mostraram acerca da política nacional. Dessa forma, os indivíduos anônimos não exerceram cidadania plena e global, uma vez que não integraram um contexto

de debate e discussão sobre os assuntos que, de maneira direta ou indireta, puderam influenciar o seu cotidiano. Mesmo a participação tímida dos indivíduos anônimos no *Jornal da Record* nessa editoria, teve a importância minimizada pela fala de um especialista que neutralizou o discurso dos indivíduos anônimos. Dessa maneira, os personagens anônimos não tiveram lugar de fala nos dois telejornais, sendo que o *Jornal Nacional* se apresentou mais resistente a inseri-los do que o *Jornal da Record*.

Considerando as imagens, os indivíduos anônimos constituíram o pano de fundo principalmente do *Jornal Nacional*, em que tiveram uma representação maior, mas não participaram do debate em nenhum momento da amostra. Do ponto de vista da construção imagética, as falas autorizadas foram representadas pelos dois telejornais em plano médio em cenários que caracterizaram a política brasileira, principalmente em Brasília, no Congresso Nacional e no Palácio do Planalto. Assim, esses foram os contextos em que o debate político se efetivou para a maioria dos cidadãos brasileiros telespectadores.

As imagens que constituíram a cobertura política foram, do ponto de vista técnico de ritmo, enquadramento, cortes, de posicionamento de câmeras, muito parecidas entre os dois telejornais, que sempre exaltaram a figura do ator político em detrimento dos indivíduos anônimos. Isso significa que a política é uma seara árida que não permite a “presença” dos indivíduos anônimos, bem como a sua participação ativa.

Os indivíduos anônimos, dessa forma, foram, em alguma medida, excluídos dessa realidade, e as noções de realidade criadas a partir dos dois telejornais indicaram que o que não esteve representado na tela não fez parte da realidade. Logo, admite-se que os indivíduos anônimos, ao não terem sido representados, também não participaram da vida política principalmente no *Jornal Nacional*. No *Jornal da Record*, eles opinam muito raramente, mas essa opinião não necessariamente altera a realidade dos fatos e o curso dos acontecimentos, apenas reforça a condição passiva de cidadania dos indivíduos anônimos.

10.3 INDIVÍDUOS ANÔNIMOS E SUAS DIFERENTES REPRESENTAÇÕES NOS DOIS TELEJORNALIS

No que diz respeito à editoria nacional, os indivíduos anônimos foram representados pelos dois telejornais como consumidores de serviços e bens privados ou públicos. A diferença entre os dois jornais foi que, nas temáticas abordadas por essa editoria, no *Jornal Nacional* os personagens comuns não puderam participar com lugar de fala como no *Jornal da Record* para defenderem suas opiniões. No *Jornal Nacional*, os problemas que estiveram ligados aos indivíduos anônimos foram “solucionados” e discutidos pelas fontes ligadas ao poder público ou ainda pelos representantes de classes e grupos. Ademais, o *Jornal da Record* ouviu os indivíduos anônimos envolvidos nos contextos já mencionados e concedeu lugar de fala a esses personagens.

Em questões que atingiram diretamente os indivíduos comuns, o *Jornal Nacional* não incluiu a fala dessas pessoas, mesmo que essas falas tenham sido imprescindíveis para contextualizar e aumentar a possibilidade de compreensão dos fatos por parte dos telespectadores. No *Jornal da Record*, por exemplo, nessa mesma editoria, os indivíduos anônimos também foram representados em contextos lúdicos, nos quais os sonhos e as esperanças das pessoas comuns foram destacadas pelo telejornal, principalmente, por intermédio da fala e da imagem. Percebeu-se, assim, que a cobertura informativa do *Jornal da Record* se diferenciou da cobertura do *Jornal Nacional* ao apresentar um certo equilíbrio dos fatos sociais em temáticas diversificadas.

Do ponto de vista da cidadania, os indivíduos anônimos, no *Jornal Nacional*, foram representados de modo essencialmente passivo em relação aos acontecimentos que envolveram a cotidianidade dos indivíduos. No *Jornal da Record*, por sua vez, os personagens comuns representados nos contextos considerados positivos do ponto de vista da dinâmica social brasileira, exerceram cidadania ativa, podendo opinar e interferir na realidade mostrada pelo telejornal.

Além disso, o *Jornal da Record* diversificou as classes sociais das pessoas comuns apresentadas. O *Jornal da Record*, ao representar classes sociais bastante diferentes no conteúdo informativo, também caracterizou equilíbrio na apresentação das fontes de informação. Ao contrário, o *Jornal Nacional* quando representou os indivíduos anônimos, utilizou pessoas mais instruídas com menor grau de instrução, pertencentes às classes sociais menos favorecidas para representarem assuntos mais negativos dentro do contexto brasileiro.

No que diz respeito à construção imagética, no *Jornal Nacional*, os personagens anônimos foram enquadrados principalmente em plano geral e médio, enquanto o *Jornal da Record* se utilizou dos enquadramentos em plano médio e em *close-up*. Isso significou que o *Jornal da Record* se preocupou e priorizou a representação dos sentimentos, das características pessoais e singulares dos indivíduos anônimos, utilizados como fontes-testemunhas dos acontecimentos.

Nesse sentido, o *Jornal da Record* explorou mais detalhes do ponto de vista emocional dos indivíduos anônimos do que o *Jornal Nacional*, o que configurou nos cenários apresentados e temáticas abordadas que a representação da cobertura informativa e imagética do *Jornal da Record* foi mais emotiva do que a do *Jornal Nacional*, que se mostrou mais distante dos personagens envolvidos.

De modo geral, as representações que se têm no *Jornal da Record* foram de indivíduos anônimos que estiveram envolvidos em discursos polêmicos e lúdicos, de indivíduos ora com cidadania ativa, ora com cidadania passiva, com sentimentos que irromperam a objetividade dos fatos apresentados. No *Jornal Nacional*, por sua vez, as noções e visões de mundo a partir da representação dos indivíduos anônimos estiveram ligadas ao contexto polêmico e autoritário, os personagens comuns exercendo cidadania passiva, e menos envolvidos em cenários emotivos.

10.4 TRABALHANDO, OS INDIVÍDUOS ANÔNIMOS FORAM CIDADÃOS ATIVOS

Na editoria de economia, percebeu-se que os dois telejornais incluíram os indivíduos anônimos exercendo cidadania ativa, global e plena quando foram representados como pertencentes à classe de cidadãos economicamente ativos em determinados cenários. Isso se deve ao contexto socioeconômico brasileiro, em que são reconhecidos como atores, realizadores e sujeitos efetivamente atuantes no processo de construção social da realidade, os indivíduos anônimos empregados, que estão trabalhando e com renda formal garantida.

A outra semelhança dos dois telejornais foi o fato de utilizarem como fontes de informação quase sempre os indivíduos anônimos de segunda classe, junto com poucos especialistas. Os indivíduos anônimos de terceira classe não participaram dos assuntos relacionados à economia porque efetivamente estiveram à margem do processo de construção social da realidade. Isso revela que os telejornais representaram subliminarmente que para se ter cidadania ativa, os personagens comuns precisariam estar inseridos em contextos sociais realizando atividades positivas, ou seja, contribuindo formalmente com o Estado, registrados, e participando da economia formal do País.

Tanto no *Jornal Nacional* quanto no *Jornal da Record*, os indivíduos anônimos foram representados pelas imagens, sorrindo, com aspecto saudável e felizes por se sentirem ativos no mercado de trabalho. O *Jornal da Record* privilegiou a identificação por legenda dos personagens comuns em relação ao *Jornal Nacional*.

Os dois telejornais tentaram contextualizar as matérias quando as adequaram aos cenários específicos de cada assunto tratado no *Jornal Nacional* e no *Jornal da Record* nessa editoria. As imagens, portanto, foram “casadas” com o texto e o ritmo de locução dos fatos foram, de modo geral, lento; e as imagens, por sua vez, variaram entre lentas, quando se referiram às emoções dos indivíduos anônimos, e um pouco mais rápidas, quando se referiram aos indivíduos anônimos ativos e felizes.

Assim, as significações produzidas pelos dois telejornais foram bastante próximas do ponto de vista do discurso, das imagens e da importância das fontes, bem como da disposição delas. O *Jornal Nacional* e o *Jornal da Record* sugeriram que os indivíduos anônimos tiveram autoridade de fala, foram ativos quando efetivamente foram reconhecidos como ativos no mercado de trabalho.

10.5 UM BRASIL DE CIDADÃOS TORCEDORES

Em relação ao *Jornal da Record*, o *Jornal Nacional* apresentou uma cobertura mais específica e voltada para a Copa do Mundo, em que os indivíduos anônimos dividiram o

espaço do telejornal com fontes ligadas ao futebol e aos atletas. Pela forma como apresentou os fatos noticiados, pela entonação e o tom de crítica em algumas matérias, o *Jornal da Record*, por sua vez, não priorizou a Copa e se mostrou mais crítico em relação ao desempenho da seleção brasileira do que o *Jornal Nacional*.

A variedade de assuntos abordados que inseriram os indivíduos anônimos nessa editoria também foi maior no *Jornal da Record* do que no *Jornal Nacional*, apresentando fatos positivos e negativos do futebol nos quais os indivíduos anônimos foram representados.

Ao considerar-se que o Brasil é tido e reconhecido internacionalmente como o país do futebol, os indivíduos anônimos foram efetivamente cidadãos ativos, principalmente no *Jornal Nacional*, que abordou extensivamente assuntos ligados à Copa do Mundo. Os personagens anônimos, portanto, exerceram cidadania ativa, foram representados em cenários positivos, como atores, sujeitos realizadores e construtores da realidade social. O sentimento de “ser brasileiro” esteve ligado ao conceito de cidadania por meio de fala e de imagens, das cores que representaram nacionalismo e amor ao País.

No *Jornal da Record*, por um lado, as temáticas também abordaram aspectos negativos dos indivíduos anônimos nos cenários de partidas de futebol, mediante a construção de discursos autoritários, em que os indivíduos anônimos não puderam polemizar e se defender. Por outro, a representação dos esportistas saudáveis, que retomaram sua carreira, ou seja, casos mais individuais e isolados também foram retratados pelo *Jornal da Record*.

Assim, as representações discursivas e imagéticas do *Jornal Nacional* e do *Jornal da Record* configuraram um cenário bastante positivo para os personagens comuns, em que, no *Jornal da Record*, foi possível, até mesmo, que os indivíduos anônimos demonstrassem suas insatisfações com a seleção brasileira por meio de imagens de protestos.

As cores, o ritmo, os movimentos mais bruscos de câmera foram signos icônicos, lingüísticos e plásticos que configuraram, tanto no *Jornal Nacional* como no *Jornal da Record*, que, para serem cidadãos brasileiros ativos, os indivíduos anônimos também tiveram que ser torcedores durante a Copa.

10.6 INDIVÍDUOS ANÔNIMOS TESTEMUNHOS FORA DO PAÍS

A editoria internacional teve menos representatividade nos dois telejornais em relação às demais editorias. Do ponto de vista do cenário internacional, os indivíduos anônimos brasileiros funcionaram como testemunhos oculares e vítimas das tragédias e conflitos fora do Brasil tanto no *Jornal Nacional* como no *Jornal da Record*. A condição de cidadania desses personagens foi passiva e a representação do discurso foi vertical e autoritária nos dois telejornais.

No *Jornal da Record*, entretanto, as emoções representadas por sentimentos, como medo e angústia, também foram bastante significativas. No *Jornal Nacional*, essas representações também aconteceram, mas não foram tão exploradas. Assim, do ponto de vista da configuração do espaço público como espaço de discussão, os indivíduos anônimos funcionaram, nos dois telejornais, como pano de fundo e paisagem de modo que foram representados com o objetivo de conferir realidade aos fatos apresentados nos dois telejornais.

CONCLUSÃO

Ao considerar os pontos de vistas apresentados ao longo deste trabalho, observou-se que o *Jornal Nacional* e o *Jornal da Record* tiveram uma estrutura de apresentação bastante parecida, seja pelo formato e seja pelos gêneros jornalísticos que apresentaram. Entretanto, na amostra analisada, foi possível estabelecer comparações entre os dois telejornais de modo que refletir sobre as representações dos indivíduos anônimos brasileiros foi o principal objetivo.

De acordo com o material analisado, pode-se afirmar que o *Jornal da Record* concedeu efetivamente maior espaço e lugar de fala para os indivíduos anônimos do que o *Jornal Nacional* e teve uma cobertura que inseriu os indivíduos anônimos em contextos diversificados dentro das mesmas editorias ou áreas temáticas. O *Jornal da Record* priorizou a utilização de fontes anônimas no conteúdo informativo e também permitiu a elas uma maior possibilidade de intervenção em cenários considerados positivos do ponto de vista da dinâmica social e cultural brasileira.

Ademais, o *Jornal Nacional* evitou a utilização dos indivíduos anônimos no conteúdo e recorreu às fontes ligadas às instituições privadas e, principalmente, públicas para construir o discurso jornalístico. Por considerar a presença efetiva dessas fontes, o discurso do telejornal foi bastante vertical e linear, no qual a opinião do Estado, por intermédio de seus representantes, prevaleceu sobre a opinião dos indivíduos anônimos.

Os personagens comuns foram, portanto, representados em diferentes contextos sociais dentro dos dois telejornais. É importante ressaltar, porém, que no *Jornal da Record* houve uma maior diversidade de fontes, considerando as três classes de cidadãos já discutidas neste trabalho. Por um lado, o *Jornal da Record* utilizou falas de pessoas comuns, mas, principalmente, da segunda classe de cidadãos, que relataram os fatos e contribuíram para a construção de visões de mundo nos mais diferentes cenários. Por outro, vale ressaltar que o *Jornal Nacional*, do ponto de vista da utilização de fontes, inseriu as falas dos indivíduos anônimos de maneira muito tímida em relação ao *Jornal da Record* e não incluiu a fala desses indivíduos em muitas situações nas quais

suas opiniões foram consideradas imprescindíveis pela proximidade dos acontecimentos ou pela relação existente entre o fato e os personagens anônimos.

Os contextos mais comuns nos quais esses indivíduos foram inseridos no *Jornal da Record* foram aqueles em que serviram de testemunhos de crimes, violência e tragédias, sofrendo a ação de criminosos ou a ação de empresas privadas ou públicas, nos quais puderam relatar as situações que tiveram envolvidos, expressar suas angústias e dificuldades perante os acontecimentos noticiados. Ademais, temáticas que trataram de assuntos ligados ao mercado de trabalho e ao esporte, principalmente o futebol, representaram esses indivíduos anônimos em cenários de mais otimismo, alegria, em que foram ressaltadas suas potencialidades, capacidades produtivas e o fato de terem sido torcedores brasileiros ativos, podendo elogiar ou criticar a seleção brasileira.

No *Jornal Nacional*, as representações dos indivíduos anônimos foram mais tímidas do ponto de vista percentual, mas considerando a amostra, os indivíduos anônimos também foram representados em cenários de violência, mas não puderam expor seus dramas individuais e não tiveram espaço para relatar os acontecimentos sob o seu ponto de vista. A fala desses indivíduos anônimos foi, em sua maioria, minimizada pelas falas das autoridades ligadas, principalmente, ao governo. De modo tímido em relação ao *Jornal da Record*, os indivíduos anônimos foram representados em contextos nos quais foram considerados como brasileiros economicamente ativos, trabalhadores formais e também no cenário da Copa do Mundo, no qual foram representados como cidadãos brasileiros.

Os indivíduos anônimos considerados de terceira classe foram representados nos dois telejornais apenas por meio de imagens. Apareceram cabisbaixos, algemados, sem camisa, deitados, em meio a outros presos, sendo fotografados nos departamentos de polícia, sem nenhuma capacidade de intervenção no curso dos fatos. Aqueles indivíduos anônimos que puderam se enquadrar na classe dos “elementos” e são conhecidos nacionalmente pela publicidade dada a seus nomes por meio da imprensa, foram representados olhando para a câmera em posição ereta e, normalmente, em plano médio e geral. Esses indivíduos não esconderam seus rostos das câmeras e sempre estiveram bem vestidos e com aspecto saudável.

No que diz respeito à cidadania, no entanto, os indivíduos anônimos exerceram nos dois telejornais, na maior parte do conteúdo analisado, o tipo de cidadania passiva, em que

não tiveram seus direitos sociais, civis e políticos garantidos, não opinaram sobre questões globais e, portanto, não puderam ser considerados cidadãos plenos. Por esse ponto de vista, reforçou-se o que Luiz Martins da Silva defende em relação à presença dos cidadãos comuns nos telejornais, indicando que eles são incluídos quando estão envolvidos em tragédias, conflitos, crimes ou em situações de dor e desvantagem social.

Por um lado, pode-se considerar o fato de as fontes consideradas pertencentes à primeira classe, geralmente, terem sido utilizadas e identificadas nos telejornais com lugar e autoridade de fala. Por outro, os indivíduos anônimos representados, que tiveram lugar de fala no *Jornal da Record*, foram identificados por legenda e pelo repórter um maior número de vezes do que no *Jornal Nacional*. Esse aspecto analisado indica que, em situações nas quais foram representados indivíduos anônimos de segunda e de terceira classe no telejornal da Rede Globo, esses não tiveram a possibilidade de serem identificados por meio de legenda na maioria das vezes.

No que diz respeito à autoridade de fala, pode-se afirmar que as fontes ligadas aos setores público e privado verticalizaram o discurso, principalmente do ponto de vista da política, em que apenas no *Jornal da Record* houve a possibilidade de os indivíduos anônimos discutirem política sob o seu ponto de vista. Mesmo assim, pode-se afirmar que a presença de especialistas minimizou a fala dos personagens anônimos. Assim, os indivíduos anônimos representados nos dois telejornais serviram apenas como paisagem ou pano de fundo para as questões noticiadas, para conferir realidade, mas no *Jornal da Record*, esses indivíduos puderam expor suas aflições e problemas pelos quais passaram.

Com efeito, a relação mantida entre Estado e sociedade civil apresenta contradições e, dentro disso, a relação entre imprensa e cidadania também apresenta conflitos. Mesmo porque é uma relação linear, pelo menos do ponto de vista da análise realizada nos dois telejornais, nos quais os indivíduos anônimos que compõem a sociedade e foram representados nos telejornais serviram apenas para validar a fala do Estado ou de grupos e setores da sociedade considerados dominantes e hegemônicos.

Nesse sentido, vale considerar o fato de o telejornalismo ter regras próprias de funcionamento e operacionalidade. Sob esse ponto de vista, considerou-se a superficialidade, a instantaneidade e a construção das notícias com o objetivo de atender à lógica televisiva. Sobre esse aspecto, pode-se afirmar que a amostra revelou que os dois telejornais seguiram

essas regras, no entanto, no caso do *Jornal da Record*, houve uma diferença considerável de representação dos indivíduos anônimos brasileiros. A televisão, apesar de estar presente em mais de 90% dos lares brasileiros, constitui-se como a mídia mais abrangente e, ao estender-se a um número maior de telespectadores, deve estabelecer critérios para que os diferentes grupos sociais interpretem o seu conteúdo que exige compreensão da linguagem verbal e não verbal. Isso significa que, além do texto, as imagens têm um papel preponderante para a constituição do discurso informativo na televisão.

Fez-se, portanto, necessário entender, a partir da construção imagética, quais foram os planos em que esses indivíduos anônimos foram inseridos e quais foram as representações imagéticas que incluíram tais personagens comuns. O *Jornal da Record*, por um lado, recorreu à utilização de planos *close-up* e plano médio para representar os indivíduos anônimos em situações de aflição, de angústia, de dor e de violência, exaltando detalhes dos indivíduos presentes no conteúdo informativo. Por outro, o *Jornal Nacional* utilizou o plano médio como recurso de enquadramento dos indivíduos anônimos e, em algumas situações, o plano *close-up*. Assim, os indivíduos anônimos representados no *Jornal da Record* tiveram características pessoais e emocionais mais destacadas do que os que foram representados no *Jornal Nacional*. Essas foram bastante significativas do ponto de vista da imagem e configuraram-se por meio do ritmo em que foram apresentadas, da narração do locutor (repórter ou apresentador), dos cortes, movimentos e posicionamentos das câmeras, elementos que simbolizaram, por exemplo, as condições dos indivíduos anônimos perante os acontecimentos. Com isso, vale ressaltar que as notícias que prevaleceram em percentual nos dois jornais foram aquelas ligadas à violência urbana, mas essas notícias tiveram significações diferenciadas nos dois telejornais. No *Jornal da Record*, recorreu-se muito mais à espetacularização tanto dos discursos como das imagens que tiveram como objetivo chocar a população e ressaltar a onda de violência no País.

Sendo assim, essas imagens que constituíram o quadro referencial dos indivíduos anônimos demonstraram principalmente que o que está no mundo está na televisão (violência); o que não está na televisão pode perder importância dentro de determinado contexto, além de ter relativizado o conceito de verdade e aparência, quando se considera o fato de os telejornais terem representado, por meio de imagens, alguns fatos sociais ignorados ou minimizados pelas autoridades ligadas aos assuntos e às áreas temáticas. Nesse aspecto, este trabalho oferece a contribuição de procurar entender as representações desses indivíduos anônimos uma vez que a mídia, especificamente esses dois telejornais de maior audiência da

televisão brasileira, constituem o quadro de referencialidade, informando, atualizando, integrando o País e, principalmente, construindo identidades. Assim, boa parte da realidade apresentada e ao indivíduo e o constitui é fornecida pelas notícias e pelos elementos que a compõe (fato, fontes, imagens e sons). Da mesma maneira, a representação que ele tem de si próprio é constituída pelas representações veiculadas na televisão.

Nesse sentido, os indivíduos anônimos ao reterem a percepção da realidade a partir dos dois telejornais que, de alguma maneira, representam os interesses de grupos mais inseridos política e economicamente, validam os interesses desses grupos e reproduzem as representações da coletividade, sem autonomia, apenas do ponto de vista desses grupos, legitima essas forças sociais, em detrimento de sua autonomia e de seu potencial esclarecedor. E, portanto, os indivíduos anônimos que se vêem nos dois telejornais se identificam com o retrato de indivíduos que, de modo geral, não participam da vida pública política, têm suas falas excluídas do processo de construção de noções e visões de mundo, servem apenas para relatar fatos e conferir realidade ao que é noticiado, estão inseridos em cenários violentos, são considerados cidadãos se estiverem participando da economia formal e das discussões envolvendo futebol.

Com isso, tem-se, a partir da análise das representações dos indivíduos anônimos nos dois telejornais, que esses personagens atuam como paisagem e pano de fundo, apesar de terem tido maior espaço e lugar de fala no *Jornal da Record* do que no *Jornal Nacional*, aparecendo como cidadãos ativos apenas quando exercem atividade profissional reconhecida pela sociedade ou torcem pelo País em determinadas ocasiões, como a Copa do Mundo.

Os indivíduos anônimos, portanto, não tiveram espaço para discutir e polemizar efetivamente sobre as situações em que estavam envolvidos na cotidianidade. Os dois telejornais configuraram um dos espaços públicos contemporâneos em que o maior desafio e obstáculo a ser superado é o da igualdade em que forças antagônicas deveriam atuar para, por meio da ampliação e do enriquecimento do debate, chegar a um consenso entre as partes com interesses distintos. E, assim, os telejornais desestimulam a prática da cidadania, ao conferir autoridade de fala ao Estado, à ciência e à política, legitimando essas instituições estatais, bem como as suas ações e, retratando os indivíduos anônimos brasileiros como indivíduos sociais sem poder de intervenção sobre o curso dos fatos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, R. Imprensa e controle da opinião pública (informação e representação no mundo globalizado). In: MOTTA, L. G. (org). *Imprensa e poder*. Brasília: UnB, 2002.

ARBEX, J. *O poder da TV*. São Paulo: Scipione, 2001.

BARBEIRO, H & LIMA, P. R. de. *Manual de telejornalismo – os segredos da notícia na TV*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BERGER, P. & LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 24.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BUCCI, E. *Brasil em tempo de TV*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1996.

BUCCI, E. & KEHL, M. R. *Videologias – ensaios sobre televisão*. São Paulo: Bomtempo, 2004.

BUENO, G. *Televisión: apariencia y verdad*. Barcelona: Gedisa editorial/Capellades, 2000.

CANCLINI, N. G. *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil – o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

EQUIZA, P. & ROGLÁN, M. *Televisión y lenguaje – aportaciones para la configuración de un nuevo lenguaje periodístico*. Barcelona: Ariel, 1996.

FERREIRA, F. V. *Gráficos elaborados a partir de edições do Jornal Nacional e Jornal da Record*. Brasília, 2007.

FOLHA DE S. PAULO. *Facção criminosa PCC foi criada em 1993*. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u121460.shtml. Acessada em: 9 de março de 2007.

- FRASER, N. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, Craig. *Habermas and the public sphere*. Cambridge: Mit Press, 1993.
- GARNHAM, N. The media and the public sphere. In: CALHOUN, Craig. *Habermas and the public sphere*. Cambridge: Mit Press, 1993.
- GOMES, W. Duas premissas para a compreensão da política espetáculo. In: FAUSTO NETO, A.; PINTO, M. J. *O indivíduo e as mídias*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- _____. Further Reflexions on Public Sphere. In: CALHOUN, C. *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge: Mit Press, 1993.
- _____. *O pensamento pós-moderno – estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- HOHENDAHL, P. U. The public sphere: models and boundaries. In: CALHOUN, C. *Habermas and the public sphere*. Cambridge: Mit Press, 1993.
- JOLY, M. *Introdução à análise da imagem*. Campinas: Papirus, 1996.
- LIMA, V. *Mídia: teoria e política*. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- MACHADO, A. *A televisão levada a sério*. São Paulo: Senac, 2000.
- MATTELART, A. & MATTELART, M. *Pensar as mídias*. São Paulo: Loyola, 2004.
- MEKSENAS, P. *Cidadania, poder e comunicação*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MIRANDA, R. & PEREIRA, C. A. *Televisão – o nacional e o popular na cultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento*. 2.ed. Campinas: Pontes, 1987.
- PATERNOSTRO, V. I. *O texto na TV – manual de telejornalismo*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

- POZENATO, K. M. M. *Retórica e jornal televisivo*. Caxias do Sul: Educus, 1997.
- RECORD. Disponível em: www.rederecord.com.br. Acessado em: março de 2007.
- RIBEIRO, L. M. *Comunicação e sociedade – cultura, informação e espaço público*. Rio de Janeiro: E-papers, 2004.
- _____. Comunicação, Cultura e Cidadania no Brasil. *Revista Comunicação e Espaço Público*, Brasília, ano IV, vol. 1, nº 2, dezembro de 2001.
- ROCCO, M. T. F. As palavras na TV: um exercício autoritário?. In: NOVAES, A. (org.). *Rede imaginária – televisão e democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- SILVA, L. M. da. Imprensa e cidadania: possibilidades e contradições. In: MOTTA, L. G. (org.). *Imprensa e poder*. Brasília: UnB, 2002.
- SOUZA, J. C. A. de. *Gêneros e formatos na televisão brasileira*. São Paulo: Summus, 2004.
- TRAQUINA, N. *Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*, vol. 2. Florianópolis: Insular, 2005.
- THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade – uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LIMA, V. *Mídia: teoria e política*. 2.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- VIEIRA, L. *Os argonautas da cidadania – a sociedade civil na globalização*. São Paulo: Record, 2001.
- VILCHES, L. *La lectura de la imagen – prensa, cine, televisión*. Barcelona: Paidós, 1984.
- WOLTON, D. *Pensar a comunicação*. Brasília: UnB, 2004.
- WOLF, M. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 2001.
- ZUNZUNEGUI, S. *Pensar la imagen*. Madri: Cátedra, 2003.